



His tória

PVC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 2

Alessandra Carvalho

Claudiane Torres

Edson Azeredo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Mônica Lima e Sousa



His tória

PVC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Cláudio Castro

**Secretário de Estado de Ciência,
Tecnologia e Inovação**
João Carrilho

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Rogério Tavares Pires

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Caroline Alves da Costa

Pré-Vestibular Cecierj

Diretor

Luiz Fernando Jardim Bento

Elaboração de Conteúdo

Alessandra Carvalho

Claudiane Torres

Edson Azeredo

Maria Manuela Quintâns Alvarenga

Mônica Lima e Sousa

Biblioteca

Any Bernstein, Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/

Material Didático

Diretor Geral

Ulisses Schnaider Cunha

Diretora de Design Instrucional

Diana Castellani

Diretora de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico

Cristina Portella e Maria Fernanda de Novaes

Ilustração da Capa

Renan Alves

Design Instrucional

Vittorio Lo Bianco

Renata Vittoretti

Revisão Linguística

Beatriz Fontes

Diagramação

Cristina Portella

Tratamento de Imagens e Ilustrações

Vinicius Mitchell

Produção Gráfica

Fabio Rapello

FICHA CATALOGRÁFICA

P922

Pré-Vestibular CECIERJ I. História I. Volume 2 / Carvalho, Alessandra...
[et al]. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2022.

144 p.; 21 x 28 cm.

ISBN: 978-85-458-0260-0

1. Pré-Vestibular Cecierj. 2. História. 3. Primeira Guerra Mundial. 4. Segunda Guerra Mundial. 5. Nazifascismo. 6. Guerra Fria. 7. Revoluções russas. 5. Imperialismo. 6. Brasil-Nova Republica. 7. Vargas. América latinas-Ditaduras. I. Torres,Claudiane. II. Azevedo, Edson. III. Alvarenga, Maria Manuela Quintâns. IV. Souza, Mônica Lima e. 1. Título.

CDD: 900



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Reservados todos os direitos mencionados ao longo da obra.

Proibida a venda.

História

sumário

1.	Imperialismo, Primeira Guerra Mundial e revoluções russas (séculos XIX e XX)	7
2.	A ascensão do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	27
3.	A Primeira República no Brasil (1889-1930)	45
4.	O primeiro Governo Vargas (1930-1945)	61
5.	Direitos humanos, Guerra Fria e as lutas de libertação na Ásia e na África após 1945	77
6.	O Brasil nas décadas de 1940 e 1950: política e sociedade	95
7.	Lutas sociais e ditaduras nas Américas após 1945	111

8. A ditadura civil-militar no Brasil: a ação repressiva, as políticas econômicas e as resistências (1964-1985)	127
--	-----

Apresentação

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

Paulo Freire, em Pedagogia da indignação (2000).

Escolhemos começar a apresentação do nosso material didático com uma citação do educador Paulo Freire porque ela expressa o que acreditamos como professoras e professores: todos nós estamos no mundo fazendo, ensinando e aprendendo. Ou seja, estamos cotidianamente construindo nossa história como pessoa e como coletividade.

Para essa construção, é fundamental refletir sobre a história da nossa sociedade e do mundo em que vivemos. Isso nos ajuda a compreender melhor o funcionamento dos sistemas político e econômico e como se estabeleceram as hierarquias sociais e raciais das quais fazemos parte, aumentando nossa capacidade de planejar e fazer o futuro.

O material didático foi elaborado com o objetivo de te ajudar nessa reflexão e é composto por dois volumes. É importante esclarecer que, nas unidades, procuramos fazer uma síntese dos conteúdos selecionados, uma vez que não poderíamos ter a pretensão de abranger toda a história da humanidade em tão poucas páginas... Optamos por incluir, ainda que de forma resumida, as histórias indígena, africana e asiática, em razão de sua reconhecida importância na compreensão da história da sociedade brasileira.

Esperamos que você goste e se sinta inspirado/inspirada a fazer, ensinar e aprender cada vez mais.

Alessandra, Claudiane e Edson

Imperialismo, Primeira Guerra Mundial e revoluções russas (séculos XIX e XX)

01

meta

Analisar a expansão imperialista europeia, a Primeira Guerra Mundial e as revoluções russas e seus impactos nas relações internacionais.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar a expansão imperialista europeia sobre os continentes africano e asiático, no século XIX;
- caracterizar as relações internacionais e o aumento das tensões entre países europeus no início do século XX;
- identificar os principais aspectos da Primeira Guerra Mundial e o impacto do conflito nas sociedades europeias;
- apresentar os principais aspectos políticos, sociais e econômicos do Império Russo no início do século XX;
- explicar as revoluções russas de 1917, considerando os principais agentes políticos e o contexto internacional;
- analisar a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a construção do socialismo no país.

Introdução

Estamos iniciando o Volume 2 do material didático. O ponto de partida é a segunda metade do século XIX, quando países europeus estenderam seu controle sobre outros continentes no processo que ficou conhecido como imperialismo. O que levou Inglaterra, França e Alemanha, entre outras nações, a investir no domínio de territórios na África e na Ásia?

Essa expansão imperialista estabeleceu a dominação política, econômica e cultural da Europa sobre boa parte do mundo. Mas também gerou conflitos que resultaram na chamada Primeira Guerra Mundial, responsável pela morte de milhões de pessoas, pelo fim de grandes impérios e pelo enfraquecimento econômico dos países europeus.

Um dos impérios destruídos foi o russo. Destruido pelas derrotas militares, pelos custos econômicos e humanos da guerra e, sobretudo, por forças revolucionárias que, em 1917, levaram ao poder os bolcheviques, defensores do comunismo.

Assim, temos muito o que conhecer nesta unidade. Entender como e por que esses processos se desenvolveram, as relações entre eles e que tipo de transformações eles provocaram. Observe, no mapa a seguir, que marcamos todos os continentes nesta unidade! Isso mesmo: os processos históricos discutidos aqui afetaram todo o mundo. Então, vamos lá!

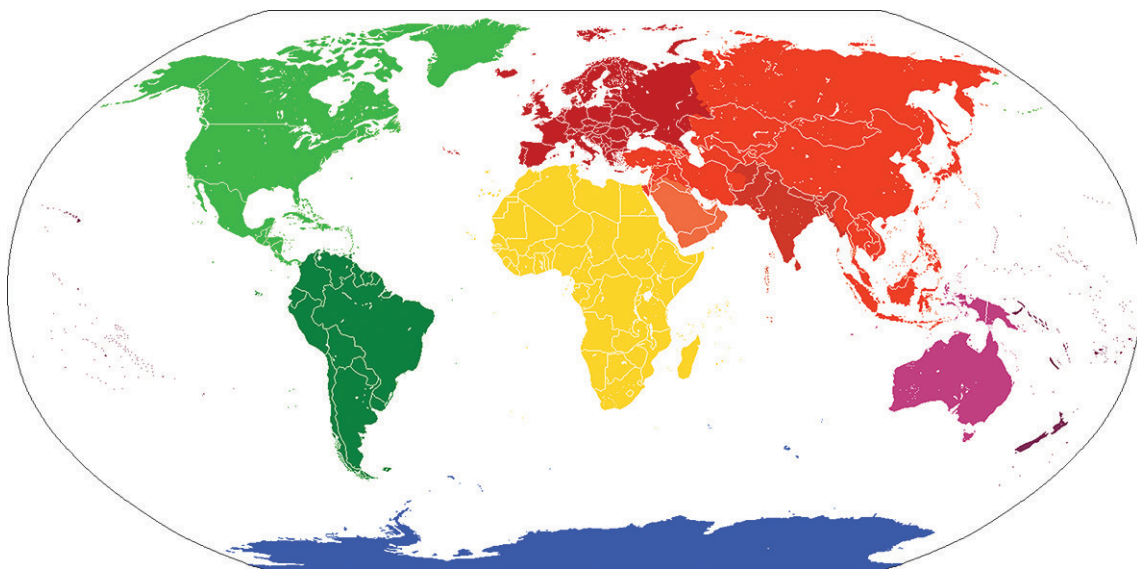


Figura 1.1. Regiões envolvidas no processo imperialista, na Primeira Guerra Mundial e nas revoluções russas. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Seven_continents_Australia_not_Oceania.png

A expansão imperialista europeia (1870-1914)

Leia com atenção o texto abaixo e sublinhe sua ideia principal:

O fator maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (HOBBSAWN, 2008, p. 95).

Agora, analise com atenção a imagem a seguir. Ela foi capa de um livro escolar francês em 1900. Identifique quem são os personagens representados, como eles estão posicionados, os elementos da paisagem e que cena a imagem transmite:



“As colônias francesas”

“Progresso,
Civilização,
Comércio.”

Figura 1.2: Capa de livro didático francês em 1900. Fonte: <https://www.lelivrescolaire.fr/page/16858681>

Você consegue encontrar pontos de conexão entre o texto e a imagem? O texto afirma logo no início que o principal fator do século XIX foi o surgimento de uma economia global que uniu todas as regiões do mundo. Ou seja: as relações econômicas entre os continentes se intensificaram, com o aumento da circulação de mercadorias, pessoas e informações. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawn, autor do texto, esse processo ligou os países “desenvolvidos” à parte do mundo que ele chama “não desenvolvida”. Mas, podemos colocar de lado a classificação de mais ou menos desenvolvido e destacar que essa economia global conectou os países capitalistas com sociedades bastante diversificadas na África e na Ásia, organizadas em sistemas agrícolas e comerciais diferentes.

Já a imagem é uma representação desse processo histórico feita para estudantes franceses em 1900. Ela traz em primeiro plano a imagem de uma mulher que chega a uma praia carregando

em sua mão esquerda um escudo pintado com faixas azul, vermelha e branca – as cores da bandeira francesa. Nesse escudo, ela anuncia: progresso, civilização e comércio! E quem a espera na areia? Pelas roupas e chapéus usados, é possível afirmar que, do lado esquerdo, estão pessoas negras e árabes; do lado direito, habitantes do continente asiático.

Pela imagem, vemos que, além do aspecto econômico, o processo de intensificação de relações entre os povos se baseou numa visão hierárquica do mundo: de um lado, estavam os europeus “desenvolvidos”, “civilizados” e “superiores” e, do outro, africanos e asiáticos “atrasados” e “inferiores”. Não é à toa que a França, na imagem, ocupa o lugar central e acima de todas as outras pessoas.

Assim, as relações entre os “desenvolvidos” e “não desenvolvidos” não estavam baseadas em igualdade ou trocas entre duas regiões soberanas. Ao contrário, elas resultaram de uma ação expansionista europeia entre 1870 e 1914, através da qual as populações da Ásia e da África perderam sua autonomia política e tiveram sua economia e governo dominados pelos estados europeus. Esse processo deu origem a impérios formados por colônias europeias em diferentes continentes. Daí a utilização, também, de termos como colonialismo ou neocolonialismo para conceituar a dominação dos países industrializados sobre a África e a Ásia, cujas populações foram exploradas pelo colonizador.

Observe no mapa da **Figura 1.3** as colônias europeias na África e Ásia:

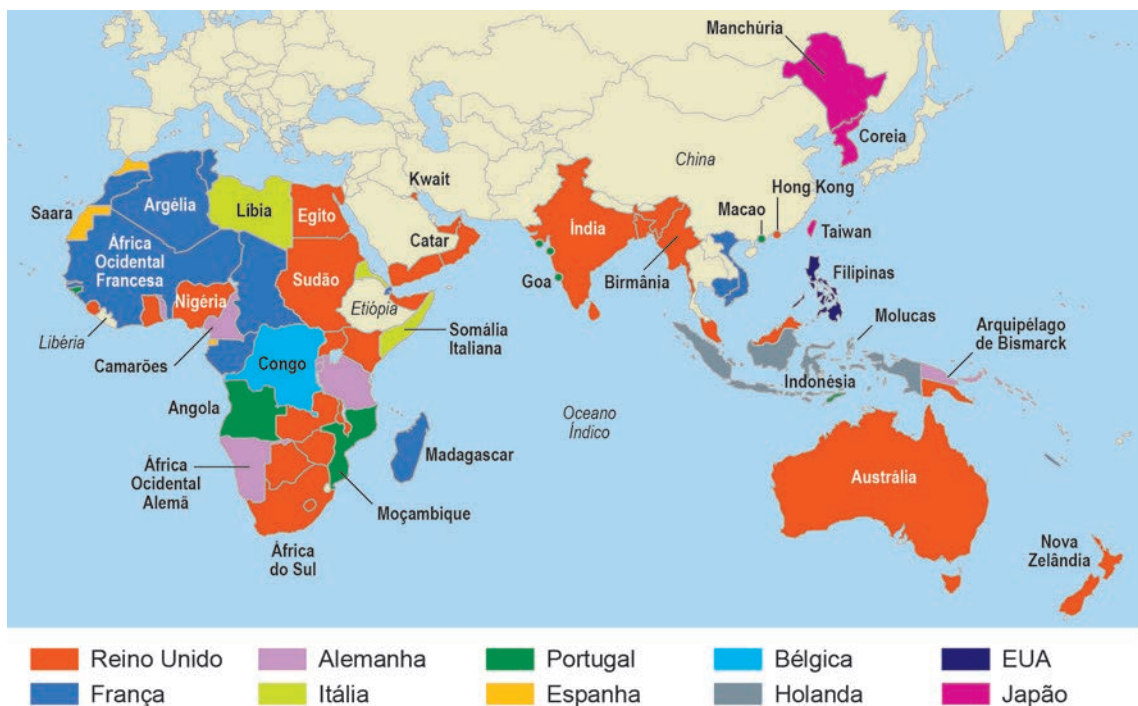


Figura 1.3. Divisão da África e da Ásia entre as nações imperialistas – séculos XIX-XX. Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-q5eX7mUhBYo/U8aLnN8L-0I/AAAAAAAA6jY/RhALLk3UCs0/s1600/O+IMPERIALISMO+E+A+PARTILHA+DA+A%CC%81FRICA+E+DA+A%CC%81SIA.jpg>

As motivações da expansão imperialista

A expansão imperialista deve ser compreendida a partir de múltiplas motivações. A seguir, nós as separamos em econômicas, políticas e culturais, mas é importante destacar que elas atuaram juntas. Um exemplo: muitos missionários foram para o interior do continente africano com o objetivo de cristianizar/"civilizar" seus habitantes. Ao fazerem isso, entravam em contato com povos e riquezas desconhecidas e registravam essas informações em cartas e relatórios, lidos por governos e empresários europeus para estabelecer ações para dominar e explorar determinada região. Ou seja, religião, política e economia caminhavam juntas no imperialismo.

Motivações econômicas: a Ásia e a África eram vistas pelos europeus como continentes com muitas potencialidades econômicas. Uma delas eram as riquezas minerais. Ouro, diamante e pedras preciosas enriqueciam o mercado de luxo, enquanto o cobre era matéria-prima fundamental para as indústrias. A borracha extraída das seringueiras sustentou a indústria química e automobilística, e o óleo das palmeiras foi largamente utilizado na fabricação de alimentos e artigos domésticos. No início do século XX, as ambições imperialistas europeias e, também, dos Estados Unidos se voltaram para a região do Oriente Médio, com a descoberta de grandes reservas de petróleo. Ao mesmo tempo em que exploravam minérios e matérias-primas, os europeus também exportavam para as colônias os produtos industrializados de suas fábricas. Foi assim na Índia, região até então exportadora de tecidos, que se tornou consumidora dos têxteis in-

gleses. Algumas colônias ainda se especializaram em produzir alimentos para as populações das metrópoles, numa atividade econômica controlada, principalmente, por colonos de origem europeia que se apropriaram de terras e da mão de obra local.

lá na plataforma

O Congo Belga tornou-se um grande exportador de borracha a partir da exploração violenta da mão de obra local, que gerou a morte de milhões de trabalhadores. Sobre esse assunto, consulte nossa plataforma virtual.

Motivações políticas: a exploração imperialista está diretamente ligada à ação dos governos europeus na defesa dos interesses de seus comerciantes, industriais e banqueiros. No final do século XIX, a competição econômica entre os países capitalistas só crescia e muitos governos passaram a adotar políticas protecionistas. Em outras palavras, cada governo buscava proteger suas empresas e assegurar a elas o acesso a matérias-primas e oportunidades de investimento por meio do estabelecimento de novas colônias. Ao mesmo tempo, era necessário impedir a entrada de outros países na mesma região, o que significava mobilizar exércitos e marinhas para protegê-la. Isso, com certeza, gerou constantes conflitos entre França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Alemanha...

lá na plataforma

Em 1884 e 1885, representantes de 13 países europeus e dos Estados Unidos se reuniram na cidade de Berlim (Alemanha) com o objetivo de estabelecer regras para a ocupação de territórios na África. Essa reunião ficou conhecida como Conferência de Berlim e você pode conhecer mais sobre ela no nosso ambiente virtual.

O apelo nacionalista foi largamente utilizado pelos governos europeus para conseguir o apoio das populações às suas ações na conquista de colônias. Se o Império Britânico, que se estendia sobre Europa, Ásia e África, garantia lucros aos industriais e banqueiros, também fazia com que homens e mulheres simples se sentissem felizes com o poder de sua nação refletido nas áreas dominadas. Vamos lembrar da imagem que usamos antes: imagine-se como um estudante francês cujo livro didático tem na capa uma representação da França levando o “progresso” e a “civilização” aos povos da África e da Ásia. Como você se sentiria? Assim, o nacionalismo ligou-se ao imperialismo, justificando guerras e apoio político à dominação e exploração de outros povos.

Motivações culturais: a ação imperialista se baseava em aspectos culturais, científicos e religiosos que defendiam a superioridade do homem branco sobre africanos e asiáticos. Para europeus e norte-americanos, o desenvolvimento econômico e tecnológico de seus países era a prova de que suas habilidades eram superiores às de outros povos. Como discutimos na Unidade 8 do Volume 1, teorias científicas racistas da época pregavam a existência de raças biologi-

camente diferentes, que possuíam capacidades diversas – o homem branco, cristão, europeu ou descendente dele pertencia a uma raça superior e, por isso, era responsável por liderar e dominar os grupos que, portanto, faziam parte das raças inferiores. Os religiosos executaram um intenso trabalho de conversão dos povos dominados ao cristianismo, classificando muitas religiosidades africanas como superstições. Aceitar o cristianismo era, para os colonizadores, um importante passo para levar os povos “atrasados” e “primitivos” até à civilização.

lá na plataforma

Uma das ideias imperialistas veiculadas destacava o que seria o “fardo do homem branco”: a missão de transmitir seus valores culturais e suas conquistas materiais e técnicas aos povos considerados inferiores. Acesse nosso ambiente virtual para conhecer outros materiais sobre esse tema.

As relações entre europeus e os povos africanos e asiáticos

A dominação imperialista se desenvolveu de acordo com as condições internas de cada região e os interesses das potências europeias. Em alguns lugares, ela assumiu a forma de colônias, cujo governo era liderado por funcionários europeus. Em outros, o controle político permaneceu na mão de autoridades africanas ou asiáticas, sob a supervisão de uma nação europeia – é o que chamamos de protetorado ou área de influência.

lá na plataforma

Quer saber mais sobre a diferença entre colônia, protetorado e área de influência? Dê uma olhada em nossa plataforma virtual.

Na maioria das regiões, foi somente no início do século XX que a presença europeia se intensificou no interior dos continentes. Mas como os povos africanos e asiáticos se comportavam diante do avanço sobre seus territórios?

Até o século XIX, China e Índia conseguiram resistir à interferência estrangeira em seus territórios. Porém, a partir de meados do século XIX, esse cenário mudou e a dominação europeia se estabeleceu com o uso da força bélica. Os Estados indianos se tornaram uma colônia inglesa, e a China se submeteu à ação política e econômica de Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos e Japão!

A dominação imperialista se impunha de forma violenta sobre as resistências locais, mas também através de outros mecanismos, como a cooptação de lideranças nativas, que ganhavam cargos no Estado colonial.

Nesse continente, a ação de cada potência imperialista apresentou aspectos que se relacionavam com as condições do território, a estrutura política e socioeconômica encontrada e a força econômica do país colonizador. Também na África, as relações entre europeus e os povos locais variaram do uso intenso da violência aos acordos e alianças com as elites locais. Mas essa história da dominação europeia é também a história das diversas formas de resistência

ao imperialismo por meio da luta direta, de boicotes, sabotagens e de negação e fuga do trabalho a serviço dos europeus.

lá na plataforma

Na Índia, foram os cipayos; na China, a Revolta dos Boxers; na África do Sul, as tropas de Shaka Zulu; na Namíbia, os povos Herero e Nama; a luta de Samuel Kimbango, nos anos 1920, no Congo. São muitas as histórias de resistência ao imperialismo que você pode conhecer na nossa plataforma virtual.

A Primeira Guerra Mundial ou a “Grande Guerra” (1914-1918)

A Europa no início do século XX

Para as classes médias e ricas da Europa, a chegada do século XX parecia anunciar um tempo de progresso. Eram novas tecnologias, novas colônias, uma vida urbana intensa... Entretanto, poucos anos depois, estavam todas envolvidas em um conflito militar sem fim, que provocou uma enorme destruição humana e material e transformou as relações internacionais. Para aqueles que viveram aqueles anos, o conflito ficou conhecido como a *Grande Guerra*, por conta de sua duração e dos enormes sofrimentos e sacrifícios que atingiram a população. Aqui, vamos chamá-lo de Primeira Guerra Mundial.

Mas o que teria levado a Europa, que há mais de 30 anos vivia um período sem confrontos armados e de prosperidade econômica, a se transformar, em 1914, no palco de uma guerra que envolveu quase todos os Estados? Uma combinação de fatores: a rivalidade econômica e política entre os países, os nacionalismos exaltados, as disputas entre os projetos expansionistas das diferentes nações e as alianças políticas e militares que se articulavam desde o final do século XIX.

O período anterior a 1914 parecia de relativa paz entre os europeus, mas era possível ver o crescimento das tensões e rivalidades entre as potências. Podemos associar esse crescimento a dois processos: a expansão imperialista sobre a África e a Ásia e os nacionalismos.

Cada vez mais, França, Inglaterra e os impérios Alemão e Russo se estranhavam na disputa por colônias e áreas de influência. Em alguns momentos, as negociações diplomáticas conseguiram resolver as diferenças, mas, em outros, as tensões se acumulavam e ameaçavam se transformar em um conflito armado.

Ao mesmo tempo, o nacionalismo se transformava num sentimento poderoso. Em países como Inglaterra, França e Alemanha, a exaltação da nação tomava conta de cidadãos e cidadãs e fazia com que os habitantes de outros países fossem vistos como inimigos. Já em grandes impérios como o Russo e o Austro-húngaro, que reuniam vários povos diferentes, movimentos nacionalistas reivindicavam a separação e a criação de um Estado próprio. Eles publicavam jornais, convocavam manifestações públicas e criaram organizações secretas para lutar por independência.

Esse quadro de tensões e rivalidades levou os países europeus a buscar se proteger firmando alianças de cooperação diplomática e militar entre si. Assim, no final do século XIX, começou a se estruturar um sistema de alianças que envolvia os principais países europeus. De um lado, a Tríplice Aliança, firmada em 1882, reunia Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Do outro lado, a Tríplice Entente (1904) contava com França, Rússia e Inglaterra.

O investimento bélico e em tropas militares também foi um mecanismo utilizado pelos Estados europeus nesse cenário tenso e conflitivo. Verificou-se, então, uma verdadeira corrida para produzir armamentos e munições e recrutar homens para os exércitos, estabelecendo uma “paz armada”.

A Grande Guerra (1914-1918)

A guerra eclode: A região dos Balcãs, que você encontra destacada no próximo mapa, era um foco de grande instabilidade na Europa. Nela, povos eslavos lutavam pela sua independência ao mesmo tempo em que os impérios Russo e Austro-húngaro buscavam aumentar suas influências sobre eles. A Sérvia, que conquistara a independência em 1882 e tinha se aproximado diplomaticamente dos russos, lutava para unificar em um só Estado, sob sua liderança, todos os eslavos – bósnios, herzegovinos, eslovenos e croatas.

Esse projeto da Sérvia a colocou como adversária do Império Austro-húngaro, que dominava a Bósnia-Herzegovina, e estimulou a organização de movimentos nacionalistas bósnios. Em junho de 1914, o herdeiro do Império Austro-húngaro, Francisco Ferdinando, foi assassinado por um nacionalista quando visitava a cidade de Sarajevo, capital da Bósnia. A Áustria acusou a Sérvia de cúmplice nesse atentado e fez uma série de exigências a esse país; avisou que, caso estas não fossem cumpridas, poderia haver uma ação direta militar. O Império Russo, então, respondeu que defenderia a Sérvia de uma agressão. E a Alemanha lembrou a todos sua aliança de cooperação militar com o Império Austro-húngaro, caso este fosse atacado.

O cenário de ameaças estava armado. Algum país iria ceder e dar um passo atrás? A resposta é não. O Império Austro-húngaro declarou guerra à Sérvia, e a Rússia reagiu anunciando a mobilização de suas tropas militares. O Império Alemão fez o mesmo, e França e Inglaterra, em poucos dias, cumpriram sua aliança militar com a Rússia. A Europa estava em guerra.

O conflito: De um lado, a Tríplice Aliança, também chamada de Potências Centrais; do outro, a Tríplice Entente (Aliados). A Itália esteve com a Tríplice Aliança apenas no início da guerra e, em 1916, integrou-se à Entente. Observe como a Europa se dividiu durante a Primeira Guerra Mundial:



Figura 1.4: Divisão dos Estados europeus na Primeira Guerra Mundial. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rios_Centrais#/media/Ficheiro:PotenciasEnLiza1914-pt.svg

A expectativa dos governos era de que as batalhas durassem poucos meses. Mas a guerra seguiu rumo diferente, e você pode acompanhar suas principais fases na linha do tempo a seguir:

A Primeira Guerra Mundial

LINHA DO TEMPO: A Primeira Guerra Mundial

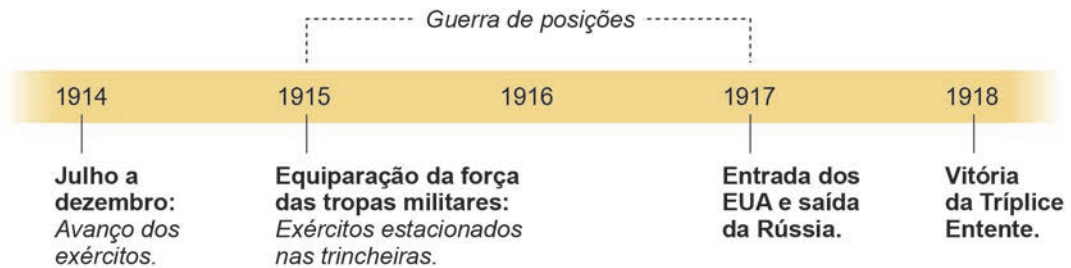


Figura 1.5: Linha do tempo: a Primeira Guerra Mundial.

lá na plataforma

Durante a guerra de posições, as trincheiras se tornaram a principal estratégia militar. Seu cotidiano era marcado por doenças, morte, fome e muito medo. É importante conhecer e refletir sobre essa experiência traumática vivida por milhões de soldados. Consulte o ambiente virtual para saber mais sobre o tema.

A guerra se prolongou por quatro anos e exigiu que os governos mobilizassem todos os recursos econômicos e humanos de seus países. Alguns problemas tornaram-se crônicos, como a falta de alimentos, a alta dos preços e a escassez de mão de obra, sobretudo, para a indústria. Os países precisaram reorganizar toda a economia para atender ao esforço de guerra. Na Alemanha, por exemplo, todos os homens entre os 15 e os 70 anos estavam à disposição do governo, e todas as fábricas do país, sob controle militar. Já França e Grã-Bretanha contaram com a ajuda dos Estados Unidos desde o início do conflito. Aos países da Entente, os norte-americanos forneciam empréstimos, armas, munições, alimentos, remédios e uniformes.

Os Estados europeus exigiram esforços também de suas colônias. Milhares de soldados argelinos e indochineses lutaram pela França, enquanto indianos e australianos defenderam a Inglaterra. As colônias colaboraram com gêneros alimentícios, matérias-primas e com o pagamento de impostos para a manutenção da economia de suas metrópoles.

lá na plataforma

A escassez de mão de obra para as indústrias teve impactos diretos no reforço do trabalho das mulheres e das reivindicações feministas. Dê uma olhada no nosso ambiente virtual.

Dois fatores mudaram os rumos da guerra no ano de 1917: a saída da Rússia e a entrada dos Estados Unidos. Com a chegada do partido bolchevique ao poder, em outubro de 1917, a Rússia retirou-se do conflito e assinou, em março de 1918, um acordo em separado com a Alemanha – o Tratado de Brest-Litovsky.

E o que levou os Estados Unidos, a decidir lutar contra as Potências Centrais? Em primeiro lugar, a neutralidade norte-americana se verificou apenas no momento inicial da guerra, quando o governo evitou participar em algum dos dois blocos em conflito. Com o avançar da guerra, os norte-americanos se aproximaram da Tríplice Entente fornecendo muitas mercadorias, o que rendeu muitos lucros para seus empresários e banqueiros. A isso se somaram ataques dos submarinos alemães às embarcações norte-americanas que transportavam mercadorias para a Inglaterra e seus aliados, o que ameaçava concretamente suas exportações.

A entrada dos Estados Unidos deu um novo fôlego à Tríplice Entente, que avançou sobre os exércitos da Alemanha. As derrotas seguidas levaram o governo a declarar o cessar fogo em novembro de 1918. A Grande Guerra chegava ao fim.

As revoluções russas

Em outubro de 1917, em meio ao caos provocado pela guerra, um movimento liderado por militantes comunistas e apoiado por soldados, trabalhadores e camponeses deu origem à primeira experiência socialista no mundo. Vamos procurar entender como e por que isso aconteceu, tendo duas ideias em mente:

- é importante considerar aspectos do contexto externo e do contexto interno da sociedade russa;
- algumas insatisfações já eram sentidas no Império Russo há muito tempo, outras surgiram, principalmente, a partir da Primeira Guerra Mundial.

A Revolução de 1905

O ano de 1917 não foi o primeiro em que os setores populares tentaram transformar a Rússia. Em 1905, forças políticas de oposição, operários, camponeses, estudantes e intelectuais organizaram enormes protestos contra o governo do país e exigiam mudanças.

Tudo começou com a falta de alimentos que afligiu a população no contexto de uma derrota militar para o Japão. Uma marcha popular foi organizada na capital do país e a resposta do czar, o soberano russo, foi a repressão violenta que matou centenas de pessoas – o “Domingo Sangrento”. A reação da população e dos opositores foi intensificar suas ações ao longo de

1905, obrigando o governo a recuar. Mas o que gerou protestos tão fortes? Para responder essa pergunta, é importante conhecer as características da sociedade russa no início do século XX.

Com 170 milhões de habitantes, o país era governado pelo czar, um monarca absolutista de direito divino que, com o apoio do exército, reprimia duramente as oposições e revoltas populares. Elementos liberais como uma constituição, a divisão de poderes e o direito de voto inexistiam na organização política russa.

Ao lado disso, 57% da população do império era constituída de nacionalidades não russas e enfrentava uma política de “russificação” imposta pelo Estado, que desprezava a língua, as tradições e os valores desses grupos. O ensino, a justiça e as manifestações artísticas só podiam exprimir-se em russo.

Em termos econômicos, o império estava baseado na agricultura e 80% da população trabalhava no campo. A posse da terra era extremamente concentrada, o que deixava os camponeses em situação de submissão à nobreza e com dificuldades de sobrevivência. Alguns núcleos de industrialização estavam se desenvolvendo, sobretudo nos setores têxtil e metalúrgico. Nas cidades, onde essas indústrias se localizavam, os operários viviam em péssimas condições e recebiam baixos salários.

Nesse cenário, surgiram várias forças de oposição ao czar. Estudantes, artistas, intelectuais, liberais e socialistas reivindicavam mudanças para melhorar as condições de vida na Rússia e conquistar maior participação política. Mas todas as organizações de oposição eram consideradas ilegais e reprimidas – aquelas que defendiam o estabelecimento de governos liberais e as que eram revolucionárias e apostavam no socialismo. Era o caso do:

- socialismo revolucionário: defendia a importância da organização e ação dos camponeses e da reforma agrária;
- Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR): defendia as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels e a organização e ação revolucionária dos operários para o fim da propriedade privada. Seus membros se dividiam em mencheviques (abertura do partido a diferentes militantes, com o objetivo de conquistar apoio social) e bolcheviques (partido mais fechado, com membros disciplinados e totalmente dedicados à ação política).

Todos esses grupos atuaram intensamente no ano de 1905. Em várias regiões da Rússia, surgiram os sovietes, uma forma de associação política criada pelos trabalhadores onde eles elegiam suas lideranças, debatiam seus problemas e decidiam suas ações coletivas. No campo, os sovietes assumiram “reivindicações tradicionais, como a nacionalização das terras, sem indenização, e sua distribuição sob responsabilidade dos comitês agrários” (REIS, 2017, p. 20).

Toda essa mobilização levou o czar a promover algumas mudanças, como a criação de um poder legislativo com representantes eleitos - a *duma*. Mas os parlamentares representavam sobretudo os setores mais ricos da população.

As revoluções de 1917

Quadro 1.1: Comparativo entre a Revolução de 1905 e a de fevereiro de 1917

	REVOLUÇÃO 1905	REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917
Grupos sociais e políticos	- operários, camponeses, estudantes, intelectuais, liberais, socialistas, anarquistas e comunistas.	- operários, camponeses, estudantes, soldados, intelectuais, liberais, socialistas, anarquistas e comunistas.
Contexto	- derrota militar para o Japão; - crise de abastecimento de alimentos e fome.	- derrotas militares na Primeira Guerra Mundial. - crise de abastecimento de alimentos e fome.
Início das ações	- passeata dos 200 mil contra a fome.	- passeatas e greves de trabalhadores.
Consequências políticas e sociais	- formação dos soviets; - criação da дума.	- abdicação do czar; - governo provisório: composto por socialistas moderados e burgueses liberais com um projeto liberal-democrático; - refundação dos soviets de camponeses, operários e soldados.

Se lermos com atenção o quadro comparativo, perceberemos que, após 1905, muitos problemas continuaram presentes na sociedade russa. Camponeses e operários ainda enfrentavam a falta de terra e baixos salários. Suas organizações continuaram sendo vigiadas e reprimidas pelo governo czarista. E, mais uma vez, as insatisfações explodiram em um contexto de guerra.

Como vimos, a Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial em 1914 ao lado da Inglaterra e França. Mas o conflito teve um alto custo para o império. Despreparados em termos militares e econômicos, os russos sofreram seguidas derrotas para os alemães. Com o prolongamento da guerra, mais soldados foram convocados, embora o governo não conseguisse enviar alimentos, roupas e armamentos para os campos de batalha.

Nas cidades, a falta de alimentos atingia as famílias e, em 1917, greves e manifestações explodiram na capital do país, São Petesburgo. Em fevereiro, durante uma manifestação de operárias, o governo ordenou às suas tropas que agissem contra a multidão. Mas os soldados se recusaram. Isso demonstrou que o czar perdia autoridade. E, também, gerou uma união entre operários e soldados. Em 2 de março de 1917, sem condições políticas, o czar abdicou do poder e a população de São Petersburgo recebeu sua queda como a proclamação de liberdade, igualdade e democracia.

lá na plataforma

O que tem a ver a manifestação de operárias russas, em 1917, com a instituição do Dia Internacional da Mulher? Para saber sobre isso, consulte nosso ambiente virtual.

O governo provisório

Imediatamente, foi formado um governo provisório com socialistas moderados e burgueses liberais. Era necessário pacificar o país e resolver o problema da guerra. As primeiras medidas estabeleceram o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e a anistia aos presos políticos, atendendo algumas das reivindicações populares.

Enquanto o governo implementava suas primeiras medidas, camponeses, soldados e operários organizavam seus próprios órgãos, revivendo os sovietes que tinham sido criados no ano de 1905. A reivindicação básica dos trabalhadores da cidade era comida, mas ela não chegava porque era necessário alimentar primeiro os soldados. Os soldados queriam o fim da guerra; operários, melhores salários e menos horas de trabalho; e os 80% de russos que viviam da agricultura exigiam terra.

Mas nada disso era atendido pelo governo provisório, que decidiu manter a Rússia na guerra e adiar a reforma agrária para depois do conflito. Nesse cenário, Vladimir Lênin, principal liderança bolchevique, defendeu dois lemas para os trabalhadores russos: “Pão, paz e terra” e “Todo o poder aos sovietes” – ou seja, o fim do governo provisório e a transferência do poder político para as organizações dos soldados, operários e camponeses.

lá na plataforma

O processo revolucionário russo de 1917 e suas reviravoltas pode ser conhecido melhor através de um vídeo resumo. Consulte-o em nosso ambiente virtual e fique por dentro do assunto.

Essas diretrizes dadas por Lênin conquistaram o apoio dos trabalhadores e, em agosto de 1917, os bolcheviques foram eleitos para comandar os principais sovietes, intensificando o ataque ao governo provisório. A partir de setembro, eles iniciaram uma ação para derrubar o governo provisório através das tropas armadas comandadas pelos sovietes. Em fins de outubro, uma segunda revolução teve lugar na Rússia: os bolcheviques derrubaram o governo provisório e tomaram o poder em nome dos sovietes de operários, soldados e camponeses. Sua tarefa: estabelecer uma sociedade comunista.

O governo bolchevique e a construção do comunismo (1917–1924)

Ao assumir o poder, os bolcheviques instituíram as seguintes medidas:

- criação do Conselho dos Comissários do Povo: novo governo da Rússia formado por representantes de soldados, camponeses e operários;
- reforma agrária;
- estatização das fábricas, bancos e empresas russas e estrangeiras;
- autonomia às nacionalidades não russas;
- saída da guerra e assinatura do tratado de paz com a Alemanha.

A derrubada do governo provisório gerou uma imediata reação armada de alguns setores da sociedade russa, que receberam o apoio de exércitos de países capitalistas como Inglaterra e França. Por isso, os primeiros anos após a revolução caracterizaram-se por uma guerra civil que devastou ainda mais o povo e a economia russa.

Para defender a revolução, milhões de homens foram recrutados para lutar no “Exército Vermelho”, comandado pelo bolchevique Leon Trotsky. O poder político se concentrou nas mãos dos bolcheviques, que implementaram o “comunismo de guerra”. A produção agrícola e industrial foi confiscada para abastecer os soldados; sindicatos, soviets, comitês de fábricas e comitês agrários perderam sua autonomia e tornaram-se órgãos submetidos ao Estado, o que provocou muita insatisfação entre operários e camponeses. Em 1921, a vitória dos Exércitos Vermelhos levou à consolidação dos bolcheviques no poder.

A revolução estava garantida, mas o país estava com a economia destruída. Com o objetivo de estimular a recuperação econômica do país, Lênin implantou a Nova Política Econômica (NEP), que permitia o retorno parcial de atividades privadas, a liberdade de comércio e a abertura de empresas no país. Ao mesmo tempo, estimulou a retomada da produção agrícola e industrial.

Politicamente, o direito de voto foi estendido a todos os homens e mulheres. No entanto, o poder centralizou-se ainda mais, com a transformação do Partido Comunista (antigo partido bolchevique) no único partido no país. Em 1922, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), reunindo diversas nacionalidades em um só Estado. O primeiro Estado socialista no mundo. Um marco no século XX.

Uma nova ordem geopolítica no mundo



Figura 1.6: Fronteiras europeias em 1919. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_europa.svg

Ao observar os mapas das **Figuras 1.4 e 1.6**, podemos constatar que a guerra alterou profundamente a organização política da Europa. Novos países surgiram nas áreas dos impérios Russo e Austro-húngaro, que se fragmentaram. Países como Iugoslávia e Tchecoslováquia reuniram no mesmo território diferentes nacionalidades, o que manteve a região em permanente instabilidade.

No campo político, a vitória da Tríplice Entente estimulou a construção de regimes liberais constitucionais e a expansão do direito de voto. Afinal de contas, homens e mulheres das classes trabalhadoras participaram ativamente dos esforços da guerra e cobravam maior participação política. Isso repercutiu, também, nas relações de trabalho, pois muitos países aprovaram leis de proteção ao trabalhador, como a jornada de oito horas.

lá na plataforma

O fim da guerra trouxe mudanças nas relações entre países europeus e suas colônias, com o fortalecimento de movimentos que contestavam o domínio da metrópole. Para saber mais sobre algumas dessas mudanças, como as primeiras ações de Gandhi na Índia, consulte nossa plataforma virtual.

Tanto os operários europeus quanto os movimentos anti-imperialistas nas colônias foram muito inspirados pela ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia. Para os primeiros, a vitória de um partido comunista e a construção de um governo operário servia como inspiração: a revolução poderia ser feita também em seus países. E eles realmente tentaram, como na Alemanha em 1918 e 1919. Já os que lutavam contra as metrópoles viram na luta contra o capitalismo feita pelos comunistas uma forma de libertar seus países do colonialismo.

Assim, a Revolução Russa de 1917 e o surgimento da URSS teve impactos em outros países europeus e outros continentes. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos surgiam como a mais forte economia capitalista, colocando-se à frente de uma Europa enfraquecida pela guerra. O mundo estava diferente após a Primeira Guerra Mundial.

Resumo

- Entre a década de 1870 e 1914, alguns países europeus, ao lado de Estados Unidos e Japão, desenvolveram uma ação expansionista que estendeu seu domínio político sobre vastas regiões dos continentes africano e asiático. Essa ação foi motivada por fatores econômicos e políticos e se baseou em valores culturais racistas que defendiam a superioridade racial de pessoas brancas sobre outros povos e sua missão de “civilizá-los”.
- Entre fins do século XIX e início do século XX, a expansão imperialista gerou uma série de tensões entre os países europeus, intensificadas pela força de nacionalismos agressivos. Isso fez com que os governos investissem em armamentos bélicos e na preparação de tropas, assim como na formação de alianças de ajuda diplomática e militar.
- Os conflitos entre os Estados europeus resultaram em um enfrentamento armado de grandes proporções entre 1914 e 1918, a Primeira Guerra Mundial. A longa duração da guerra esgotou as populações e as economias dos países participantes, incluindo as colônias. Após o conflito, ocorreram transformações na Europa, como o fim de impérios autoritários, o surgimento de novos países e o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores e contra a dominação imperialista.

- Em 1917, uma revolução popular liderada pelas lideranças comunistas tomou o poder na Rússia. Esse processo foi resultado das insatisfações com o regime autoritário czarista, da miséria que caracterizava o cotidiano dos camponeses e operários e da crise econômica, militar, social e política causada pela participação do país na Primeira Guerra Mundial.
- A construção do regime socialista na Rússia foi marcada pela ocorrência de uma guerra civil entre 1918 e 1921, durante a qual se deu a implantação de um governo autoritário de partido único e que reprimiu os opositores. Com o fim da guerra civil, o governo bolchevique, liderado por Lênin, implantou uma política de reconstrução do país que permitiu o retorno de práticas capitalistas.

Atividade

1. [...] Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. [...] a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna (HOBBSAWM, 1995, p. 51).

O texto afirma que a Revolução Russa foi um evento fundamental para o século XX e se colocou como uma alternativa ao capitalismo. Considerando o texto acima e as informações contidas na Unidade 1:

- a) Explique as transformações econômicas e sociais ocorridas na Rússia após a Revolução de 1917.
- b) Analise os impactos da Revolução Russa de 1917 em outros países.

Sugestão de resposta

a) Transformações ocorridas na Rússia após 1917:

- criação do Conselho dos Comissários do Povo: novo governo da Rússia formado por representantes de soldados, camponeses e operários;
- reforma agrária;
- estatização das fábricas, bancos e empresas russas e estrangeiras;
- autonomia às nacionalidades não russas.

b) Impactos da Revolução de 1917 em outros países:

- operários europeus acreditavam que com a vitória de um partido comunista e a construção de um governo operário, a revolução poderia ser feita também em seus países.
- movimentos anti-imperialistas nas colônias, que lutavam contra as metrópoles, viram na luta contra o capitalismo feita pelos comunistas uma forma de libertar seus países do colonialismo.

Ampliando horizontes

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução que mudou o mundo – Rússia, 1917*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

A ascensão do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

02

meta

Analisar a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar as relações internacionais nas décadas de 1920 e 1930;
- explicar a emergência e a ascensão dos movimentos de extrema-direita na Europa;
- caracterizar o fascismo e o nazismo em seus aspectos ideológicos, bases sociais e políticas nacionalistas;
- identificar as principais características da Segunda Guerra Mundial e seus impactos humanos e materiais.

Introdução

Na Unidade 1, discutimos a expansão imperialista e as novas relações políticas e econômicas entre os continentes europeu, asiático e africano. Estudamos, também, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, que deu início à primeira experiência de organização social comunista. Agora, vamos enfocar as relações estabelecidas entre as nações europeias nos anos que vão de 1918 a 1939, quando eclodiu um novo conflito armado mundial.

Nesse período, chamado de *entreguerras*, movimentos de extrema-direita, como o fascismo italiano e o nazismo alemão surgiram e conquistaram o poder. Que condições políticas, econômicas e sociais nos ajudam a entender esse processo? De que forma a construção da União Soviética (URSS) se refletiu no cenário internacional? Qual a relação entre os governos de extrema-direita e a Segunda Guerra Mundial?

No mapa a seguir, você observa que esses processos englobaram todos os continentes:

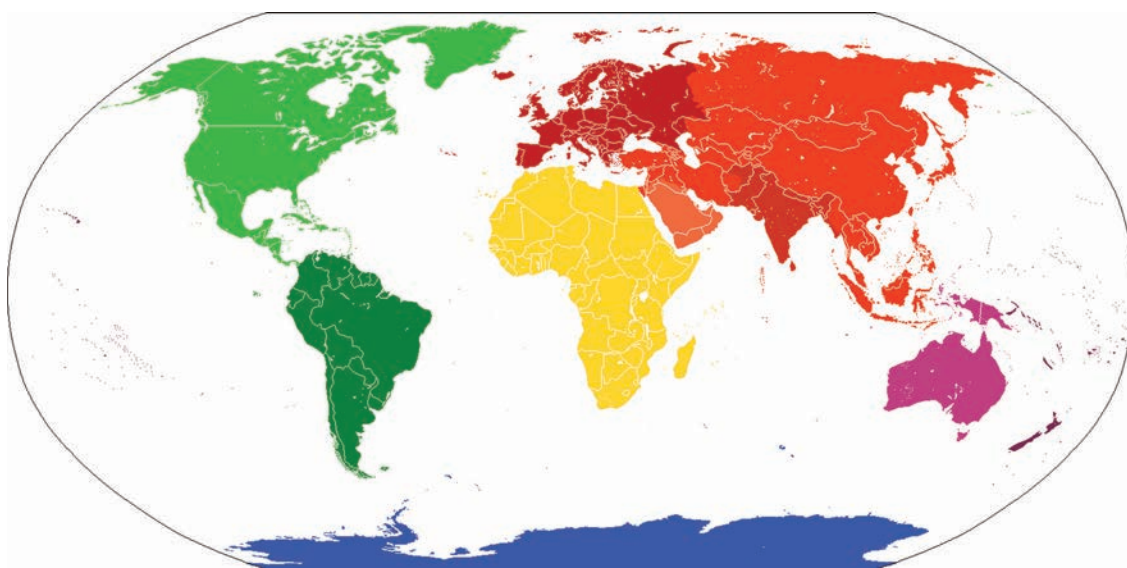


Figura 2.1. Regiões envolvidas nos processos do entreguerras e na Segunda Guerra Mundial. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Seven_continents_Australia_not_Oceania.png

O período entreguerras e a ascensão do nazifascismo

Sufrimento humano, instabilidade política e crise econômica:

Observe com atenção a linha do tempo a seguir:

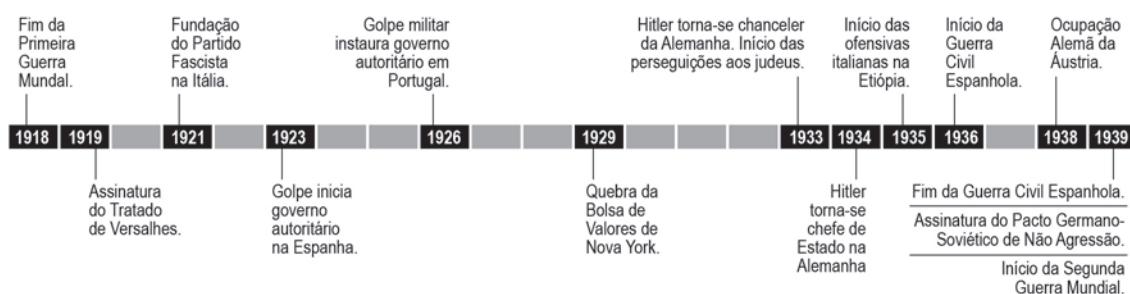


Figura 2.2. Linha do tempo: período entreguerras.

Golpes de Estado, ditaduras, surgimento de movimentos de extrema-direita, crise econômica, invasões expansionistas, uma nova guerra. A linha do tempo acima nos mostra que os anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial não trouxeram um ambiente de paz e estabilidade para os europeus. Como podemos explicar esse cenário?

O primeiro aspecto que devemos considerar é o sofrimento humano e a destruição material que o conflito provocou. Após 1918, os governos tiveram que lidar com economias desorganizadas, grandes despesas para ajudar as pessoas atingidas pela guerra e pressões de grupos, como mulheres e trabalhadores, que se sacrificaram ao máximo durante o conflito e exigiam participação política e direitos sociais. Na Inglaterra e na Itália, o direito de voto foi estendido a todos os homens; na Alemanha, as mulheres conquistaram o mesmo.

Aliadas às questões internas de cada país, é importante destacar que as rivalidades entre os Estados que participaram da guerra persistiram após o fim dela. Isso se deveu, em parte, às decisões tomadas pelos vencedores da Primeira Guerra, como no caso do Tratado de Versalhes. Em 1919, representantes de 32 países que fizeram parte da Tríplice Entente se reuniram na cidade de Paris para estabelecer o acordo de paz com a Alemanha, que foi, então, considerada a principal responsável pela guerra. Por isso, o país recebeu duras punições, que destacamos a seguir:

- pagamento de alta indenização para os países vencedores;
- perdas territoriais na Europa e de colônias na África e Ásia;

- imposição de limites às suas Forças Armadas (homens e armamentos);
- permissão para a França explorar por 15 anos o território alemão do Sarre, rico em matérias-primas para a indústria.

>> *saiba mais*

A criação da Sociedade ou Liga das Nações

*O Tratado de Versalhes previu a criação de uma organização internacional cujo objetivo era garantir a segurança coletiva e prevenir a ocorrência de outros conflitos armados — a Sociedade das Nações ou **Liga das Nações**. Entretanto, essa organização não contou com a participação dos Estados Unidos e proibiu a entrada da URSS até 1934. Em outras palavras, o país capitalista mais poderoso do mundo e o Estado comunista que se fortalecia ficaram de fora das negociações da Liga das Nações, o que acabou enfraquecendo seu poder de ação.*

Acordos semelhantes ao de Versalhes foram assinados com os Impérios Austro-húngaro e Otomano, cujos territórios se fragmentaram, como vimos na **Figura 1.6**, na Unidade 1. Nesses tratados internacionais, Inglaterra e França atuaram para fortalecer-se ainda mais como potências imperialistas, o que resultou em insatisfações de outros Estados europeus.

lá na plataforma

Saiba mais sobre o fim do Império Turco-otomano, o surgimento da Turquia e a situação no Oriente Médio em nosso ambiente virtual.

Dessa forma, os tratados do pós-guerra e a criação da Liga das Nações fracassaram totalmente na tentativa de evitar novas tensões entre os países. Na Alemanha, o Tratado de Versalhes foi chamado pela população de *Ditado de Versalhes*, uma vez que os representantes do país tiveram que se submeter às condições impostas por França e Inglaterra. Isso gerou no povo alemão “um sentimento de derrota e de humilhação [...] além de intensa crise econômica e social” (COSTA, 2019). Já a Liga das Nações, ao não permitir a entrada da URSS, mostrava que Estados como França e Inglaterra tinham como um de seus principais objetivos isolar o novo país, prejudicando o fortalecimento de um órgão de negociação coletiva.

O contexto internacional ficou ainda mais instável a partir de 1929, quando se instalou uma forte crise econômica no sistema capitalista, com queda da produção industrial, desemprego e alta dos preços dos alimentos. A crise teve início em outubro daquele ano nos Estados Unidos, quando ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, por causa do descompasso entre o crescimento da produção industrial e a estagnação do consumo – superprodução e subconsumo.

Centenas de bancos, indústrias e fazendeiros foram à falência, resultando em desemprego, pobreza e fome por todo o país. Os anos posteriores à quebra da Bolsa ficaram conhecidos nos EUA como *a grande depressão*.

Os efeitos da crise nos Estados Unidos afetaram toda a economia capitalista, pois esse país importava matérias-primas e alimentos e exportava mercadorias para inúmeros países. Seus bancos emprestavam dinheiro para vários governos e empresas. Quando veio a crise, o comércio internacional e o sistema financeiro sofreram uma drástica diminuição. Na Europa, os países que dependiam de empréstimos dos EUA se viram imediatamente sem recursos para sustentar suas atividades econômicas, o que intensificou o desemprego e a pobreza.

lá na plataforma

Para saber mais sobre os efeitos da crise de 1929 e o programa New Deal (Novo Acordo), estabelecido pelo governo dos Estados Unidos para combater a crise, acesse nossa plataforma virtual.

A URSS pareceu a única a escapar da crise econômica. No final da década de 1920, novas políticas econômicas começaram a ser implementadas, tendo por base:

- a coletivização da propriedade privada;
- a elaboração de planos de desenvolvimento econômico para cada setor da economia com a duração de cinco anos (planos quinquenais);
- o forte controle do Estado sobre as atividades produtivas.

Ao longo dos anos 1930, a URSS registrou altos índices de crescimento econômico, o que a fortaleceu diante de outros países. E fortaleceu, também, as forças e os partidos políticos de esquerda em muitos países.

Os movimentos e regimes de extrema-direita

Empresas fechando, inflação, desemprego, pobreza, disputas político-ideológicas intensas... Na Europa dos anos 1920, o sistema político e econômico liberal era cada vez mais questionado como o melhor para as sociedades. Cresciam as ideias de que a solução da crise exigia um Estado forte, que interviesse diretamente na economia, e que os partidos políticos eram incapazes de resolver os problemas da população. Nesse contexto, surgiu uma nova corrente política que rejeitava ao mesmo tempo o comunismo, o liberalismo e a democracia. Formado inicialmente por ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial e pessoas de setores pobres e médios, esse novo grupo se caracterizou por:

- defender um nacionalismo agressivo e um Estado forte autoritário;
- organizar-se em torno de uma liderança carismática;
- perseguir com violência seus adversários políticos e minorias étnicas e religiosas;
- usar intensamente os meios de comunicação para atacar seus adversários, vistos como “inimigos” da nação;
- alinhar-se ao capitalismo como sistema econômico, apesar das críticas ao liberalismo.

Essa corrente política foi classificada por pesquisadores como *extrema-direita* ou *fascismo*. Sua ascensão ao poder na Europa originou regimes totalitários e governos autoritários que chamaremos também de ditaduras e atacaram direitos de seus cidadãos, como a liberdade de expressão, pensamento e organização; a igualdade diante da lei; o acesso à justiça e a garantia da vida. Também limitaram os direitos políticos de participar do processo eleitoral como eleitores ou candidatos e impuseram à força formas de controle sobre o sistema educacional, as relações de trabalho, os meios de comunicação... Segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, o fascismo desenvolveu especificidades em cada país e, por isso, é correto usar o termo no plural: *fascismos* (SILVA, 2000). Mas os aspectos que citamos anteriormente estiveram presentes em todos.

>> saiba mais

Definição de regime autoritário e totalitário

Um regime autoritário é caracterizado quando a autoridade governamental concentra o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, colocando as instituições representativas do povo, como a Câmara dos Deputados e o Senado, por exemplo, em lugar secundário. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos sistemas políticos como partidos e eleições são reduzidas à expressão mínima, e as instituições passam a representar a autoridade que detêm o poder. Já os regimes totalitários se caracterizam por aspectos como: uma ideologia oficial que diz respeito a todos os aspectos da existência de toda a sociedade; um partido único de

massa dirigido por um ditador, estruturado de forma hierárquica, com superioridade; um sistema de terrorismo policial que apoia e ao mesmo tempo controla o partido; um controle extremo dos meios de comunicação de massa, como imprensa, cinema e rádio; a combinação habilidosa de propaganda e de terror que é possível graças ao uso do controle da organização das massas, conferindo força de penetração e de mobilização da sociedade.

lá na plataforma

O que define se uma ideologia é de esquerda ou de direita? Quais são as diferenças entre elas? Consulte o material que está no nosso ambiente virtual e saiba mais sobre esse tema.

No mapa a seguir, estão identificados os regimes ditatoriais que surgiram no período entreguerras na Europa:



Figura 2.2. Regimes ditatoriais na Europa entre 1922 e 1939.

lá na plataforma

Saiba mais sobre os regimes fascistas em Portugal e na Espanha no nosso ambiente virtual.

O fascismo na Itália

No início da década de 1920, a Itália enfrentava os problemas econômicos e sociais que identificamos anteriormente. Trabalhadores e setores médios ligados às forças de esquerda estavam cada vez mais organizados, defendendo direitos, mudanças no capitalismo e até sua substituição pelo socialismo. Ao mesmo tempo, formavam-se os primeiros grupos de extrema-direita, que entravam em confronto com grupos socialistas. Nessa ação, destacaram-se os *squadre d'azione* fascistas (comandos de ação), também conhecidos como *esquadristas*, formados majoritariamente por jovens estudantes e ex-combatentes e liderados por Benito Mussolini, que também havia lutado na guerra.

O uso da violência ilegal contra as forças de esquerda contou com a cumplicidade das forças policiais italianas, que não reprimiram os atos violentos. Também fez com que proprietários de terra, empresários e parte da elite política se aproximassem de Mussolini, visto como um líder capaz de derrotar o comunismo. Assim, a base social do fascismo foi se alargando. Em 1921, o movimento transformou-se em Partido Nacional Fascista (PNF), contando com mais de 300 mil membros, muitos deles atuando em milícias paramilitares subordinadas a Mussolini — os *camisas negras*.

No ano seguinte, os sindicatos socialistas convocaram uma greve geral, que foi duramente atacada pelos fascistas nas grandes cidades. Pouco tempo depois, Mussolini ordenou que os membros do Partido Fascista, uniformizados e armados, se encaminhassem para a cidade de Roma — ação que foi chamada de “Marcha sobre Roma”. Imagine seu significado: milhares de fascistas armados na capital do país. Mais do que combater os sindicatos, Mussolini conseguiu ameaçar os governantes da Itália — o rei Vitor Emanuel III e os parlamentares.

O rei terminou por decretar um estado de sítio no país e convidou o líder fascista para assumir o cargo de primeiro-ministro. Assim, o defensor de uma ditadura passou a ocupar o principal cargo em um regime democrático.

Nos anos seguintes, Mussolini e os líderes do Partido Fascista assumiram o controle de toda a estrutura governamental da Itália. Os partidos políticos, com exceção do fascista, foram proibidos. Qualquer oposição ao governo ou a Mussolini era duramente reprimida com prisão, tortura e assassinato. Foi o que aconteceu com jornalistas, estudantes, donas de casa, professoras, sindicalistas, atores, operários, camponeses, médicos, advogados, escritores... A censura se estabeleceu sobre todos os meios de comunicação.

Para justificar essa violência radical, os fascistas afirmavam que a nação deveria ser única e coesa. Críticas e diferenças ideológicas eram encaradas como prejudiciais e deveriam ser aniquiladas, reforçando o nacionalismo exacerbado. Mussolini foi declarado *duce* (do latim *dux*, chefe), cultuado como um líder infalível — “Mussolini tem sempre razão” —, que pregava uma propaganda fascista.

Em relação aos trabalhadores, a ditadura pôs fim à independência dos sindicatos e criou uma legislação trabalhista – *Carta del Lavoro* – que determinou a jornada de 8 horas diárias, a instituição de seguro contra acidente de trabalho e o controle da ação da classe trabalhadora. Na economia, o governo adotou medidas que buscavam aumentar a produção industrial e agrícola e combater o desemprego.

Os líderes fascistas buscaram conquistar apoio social a suas ações usando intensamente os meios de comunicação, como o cinema e o rádio. Grandes investimentos foram feitos na produção de filmes que veiculavam as ideias e os símbolos fascistas. A ditadura também promovia constantemente marchas e manifestações públicas de teor nacionalista, buscando divulgar um sentimento de união e de pertencimento à nação italiana.

O nazismo alemão

Tendo minado a antiga ordem social e obstinado pela política de rearmamento, guerra e expansionismo, o nazismo provocou um turbilhão de destruições que acabaria por tragar até os representantes da ordem estabelecida, conduzindo à derrota total do país em 1945 (ROLLEMBERG, 2017, p. 367).

O trecho escrito pela historiadora Denise Rollemberg, destaca algumas características do nazismo, que pretendeu estabelecer uma nova ordem social na Alemanha e na Europa através da guerra e do expansionismo. Assim como o fascismo italiano, o nazismo teve origem em grupos de extrema-direita e recebeu o apoio de industriais, banqueiros e de parte dos políticos. O nazismo se consolidou com a chegada de Adolf Hitler

ao poder em 1933. Vamos entender como se deu esse processo.

Em 1919, a Alemanha tornou-se uma república parlamentar com a promulgação de uma nova constituição na cidade de Weimar. As disputas políticas pelo governo da república se intensificavam, envolvendo comunistas, sociais-democratas, liberais e a extrema-direita. Em cidades como Berlim e Munique, levantes comunistas assustaram os liberais e a burguesia, que apoiaram a dura repressão a esses movimentos.

lá na plataforma

Saiba mais sobre o protagonismo de Rosa Luxemburgo, importante pensadora e líder comunista na Alemanha, lá no nosso ambiente virtual.

A extrema-direita alemã se reuniu no Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), cujo programa pregava um Estado forte, liderado por um chefe com autoridade suprema e incontestável. Antidemocrática, anticomunista, ultranacionalista e militarista, como o fascismo italiano, a ideologia nazista tinha algumas particularidades:

- superioridade racial: o povo alemão descenderia dos arianos, uma raça superior, e estava predestinado a dominar os povos “inferiores”;
- união dos arianos que viviam na Alemanha e outros países para formar um novo Império Alemão, o III Reich, sob a autoridade suprema do *Führer* (“guia”, em alemão);

- antissemitismo: os nazistas culpavam pessoas de origem judaica, de cidadania alemã ou não, pelos problemas enfrentados pelo país;
- espaço vital: para concretizar a superioridade racial dos arianos, era necessário anexar outros territórios cujos recursos e população deveriam ser explorados para o fortalecimento do *III Reich*. Isso significava defender abertamente uma política expansionista.

No nazismo, a violência, o racismo e o preconceito são ideias explícitas. Por isso, é preciso perguntar: como e por que tantos alemães as apoiaram? Com certeza, o fortalecimento do Partido Nazista esteve relacionado à crise econômica de 1929 e aos problemas sociais. A economia apresentava grandes dificuldades, com crescimento baixo e alta acelerada do preço dos alimentos. O país ainda tinha que pagar a indenização determinada pelo Tratado de Versalhes, o que revoltava a população, com o orgulho ferido desde a assinatura do “Ditado”.

Explorando o orgulho nacional, a rejeição ao avanço dos comunistas e a fragilidade do regime democrático para resolver a crise econômica, Hitler conquistou muitos adeptos com a defesa de um Estado forte e o apelo nacionalista. Tal como vimos na Itália, a formação de milícias paramilitares e a violência direta contra os “inimigos” fizeram parte dessa imagem de força do Movimento Nazista.

Em fins de 1932, o Partido Nazista elegeu cerca de 40% dos deputados para o parlamento. Isso fez com que, no início do ano seguinte, o presidente da Alemanha convidasse Adolph Hitler para ocupar o cargo de

chanceler (correspondente a primeiro-ministro) do país, que ele prontamente aceitou. Em pouco tempo, a constituição democrática foi abandonada e Hitler concentrou todos os poderes em suas mãos. Tornou-se, então, o *Führer*.

Utilizando uma violência sem limites e a perseguição a qualquer adversário, o regime nazista buscou eliminar qualquer oposição a seu governo. Estava implantado, assim, o *III Reich*, a ditadura nazista. O primeiro campo de concentração foi construído nos arredores da cidade de Munique, ainda em 1933, e para ele foram enviados adversários políticos para serem submetidos a torturas, trabalhos forçados e assassinatos.

lá na plataforma

Apesar de toda a violência da ditadura nazista, muitas pessoas continuaram buscando formas de combater o nazismo. Conheça algumas delas no nosso ambiente virtual.

Uma vez no poder, Hitler se apressou a implantar a política antissemita. Promulgou leis proibindo o casamento de alemães de origem judaica com “alemães de raça pura”; proibiu que judeus ocupassem cargos públicos e atuassem em várias profissões, como jornalistas. Pessoas homossexuais, negras e com deficiência, de cidadania alemã, foram alvo de segregação legal e de ações de extermínio, pois eram vistas como uma ameaça para a “pureza ariana”.

lá na plataforma

Conheça um pouco mais a violência nazista contra a população alemã negra e contra os homossexuais no nosso ambiente virtual.

Com exceção do Partido Nazista, todos os demais foram dissolvidos. Os sindicatos foram fechados, o direito de greve foi suspenso e estabeleceu-se a censura à imprensa e às artes. Como resultado dessa ditadura, milhares de alemães fugiram para países da Europa e das Américas, tentando escapar ao horror nazista.

Ao mesmo tempo, a ditadura nazista, em aliança com os grandes empresários alemães, implementou uma política de intervenção na economia com o objetivo de estimular o capitalismo no país. Desrespeitando o Tratado de Versalhes, a partir de 1934 o Estado investiu enormes recursos no rearmamento dos exércitos, movimentando a produção industrial. De maneira secreta e depois abertamente, Hitler começou a preparar a Alemanha para a guerra.

Essas ações eram divulgadas pela propaganda oficial como o ressurgimento da Alemanha, sob a liderança de Hitler. Sem dúvida, isso fez com que muitas pessoas o apoiassem e, até, justificassem as ações repressivas e violentas. Por isso, é possível dizer que a ditadura e as políticas nazistas foram construídas pelas lideranças políticas e, também, por parte da população alemã.

lá na plataforma

Um dos setores da população que recebeu grande atenção do Partido Nazista foi o dos jovens. Para saber mais sobre isso, consulte nossa plataforma.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

A Primeira Guerra Mundial foi uma experiência de sofrimento, morte e destruição para os europeus. E 21 anos depois, os países rumaram para um segundo conflito, ainda mais sangrento e destruidor. Que fatores podem explicar a eclosão de uma nova guerra?

As relações internacionais nos anos 1930

A política expansionista dos regimes nazifascistas

Desde o início, os regimes nazifascistas apoiaram-se em uma ideologia nacionalista e militarista que se desdobrava em projetos de expansão de seus territórios. No caso alemão, Hitler investia pesadamente no fortalecimento das Forças Armadas, na defesa da unificação dos povos de origem alemã e na conquista do *espaço vital*, com ambições sobre a Europa Oriental, onde viviam povos considerados inferiores.

Até 1935, Mussolini e Hitler mantiveram-se afastados. O ditador italiano recusava-se a aceitar qualquer perspectiva de anexação da

Áustria, onde viviam povos de origem alemã que o líder nazista queria unificar a seu país. Entretanto, Mussolini tinha seu próprio projeto expansionista sobre o norte da África e invadiu a Etiópia, ação que recebeu o apoio de Hitler. Já no fim de 1936, enquanto Hitler reconhecia o domínio italiano no país africano, Mussolini passava a considerar legítimo o interesse alemão na anexação da Áustria.

>> saiba mais

A formação do Eixo

Projetos expansionistas e o combate ao comunismo e à URSS! Daí nasceram as bases para a formação do Eixo em 1936, uma aliança entre Alemanha, Itália e Japão, que se consolidou definitivamente na Segunda Guerra Mundial.



Figura 2.3. Benito Mussolini e Adolf Hitler em 1940. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nazifascismo#/media/Ficheiro:Mussolini_and_Hitler_1940_\(retouched\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nazifascismo#/media/Ficheiro:Mussolini_and_Hitler_1940_(retouched).jpg)

Em março de 1938, a ditadura nazista concretizou a primeira ação para formar a “Grande Alemanha”: os exércitos invadiram a Áustria. Poucos meses depois, o expansionismo alemão deu mais um passo com a reivindicação da anexação da região dos Sudetos, parte da Tchecoslováquia. Além de importantes indústrias de base instaladas nessa região, lá vivia uma população de língua alemã de três milhões de pessoas aproximadamente. Observe no mapa a seguir essas ações:



Figura 2.4: Expansionismo alemão entre março de 1938 e março de 1939. Fonte: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/linha-do-tempo/inicio-da-segunda-guerra-mundial-2/>

Com o aval dos governos da Inglaterra e da França, a reivindicação de Hitler foi atendida em uma reunião realizada na cidade de Munique, mas com a condição de que a Alemanha não fizesse novas anexações. Cinco meses depois, os exércitos alemães marcharam sobre outra parte do território da Tchecoslováquia, ignorando a condição imposta em Munique. Em outra frente, Hitler estabeleceu acordos com países do Leste Europeu, como Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Turquia. Assim, a Alemanha nazista se fortalecia com anexações militares e alianças diplomáticas.

A ação diplomática de França e Inglaterra

Se voltarmos ao início dessa unidade, veremos que o Tratado de Versalhes limitava o poderio militar da Alemanha e proibia o país de fortalecer seus exércitos. Mas vimos também que, desde que ascendeu ao poder, o Partido Nazista desrespeitou essas determinações, investindo pesadamente em armamentos e invadindo países europeus. O que fizeram Inglaterra e França, os mais importantes Estados, diante dessas ações? Esses países poderiam impedir a expansão alemã? Por que, durante boa parte dos anos 1930, preferiram negociar e dialogar com Adolph Hitler?

Um dos primeiros aspectos para entender essa atuação diz respeito às crises internas que franceses e ingleses enfrentavam depois da Primeira Guerra Mundial. Por isso, optaram por uma “Política de Apaziguamento” segundo a qual evitariam interferir em situações que pudessem provocar tensões com outras potências europeias e gerar um conflito armado. Essa decisão beneficiou diretamente o expansionismo alemão.

Por outro lado, volte à **Figura 2.4**. Seguindo as setas das invasões alemãs e considerando os acordos feitos por Hitler, vemos que a Alemanha se voltava para o Leste Europeu, aproximando-se perigosamente das fronteiras da comunista URSS. Isso significava uma ameaça à URSS e, consequentemente, ao comunismo, o que era visto com bons olhos pelas capitalistas Inglaterra e França. Assim, elementos internos e externos influenciaram as decisões desses países.

Entretanto, a invasão da Tchecoslováquia pelos exércitos nazistas em março de 1939 alterou essas avaliações. A determinação

alemã de conquistar seu espaço vital ficou explícita, e as nações europeias democráticas começaram a sinalizar que novas ações militares lideradas por Hitler gerariam algum tipo de retaliação. A “política de apaziguamento” ficara para trás.

A guerra

A eclosão do conflito

No plano expansionista alemão, o próximo passo seria a incorporação de territórios poloneses, o que aproximava ainda mais os exércitos nazistas da URSS. Diante disso, o governo soviético buscou garantir sua defesa.

Ao longo dos anos 1930, os diplomatas da URSS tentaram construir uma aliança antinazista com Inglaterra e França, sem sucesso. Joseph Stalin, líder soviético, e seus assessores concluíram que o país se encontrava isolado e sozinho diante do expansionismo alemão. Avaliaram, também, que a URSS não tinha preparo econômico e militar para enfrentar uma guerra naquele momento.

A partir daí, iniciaram negociações secretas para um acordo militar com a Alemanha de modo a ganhar tempo suficiente para organizar a União Soviética para um confronto. Em 23 de agosto de 1939, para surpresa geral, a anticomunista Alemanha nazista e a URSS anunciaram um pacto de não agressão e de cooperação econômica com validade de 10 anos. Secretamente, uma cláusula dividia o território da Polônia entre os dois países.

Em 1º de setembro, os exércitos alemães invadiram a Polônia. Inglaterra e França reagiram, exigindo a retirada das tropas, o que não ocorreu. Os dois países, então, declararam guerra à Alemanha, abrindo uma frente

de batalha no oeste da Alemanha. No leste, a rápida derrota da Polônia, os acordos firmados com vários países e o pacto de não agressão com a URSS garantiram aos alemães um cenário de domínio e tranquilidade.

A guerra na Europa

É possível dividir os quase seis anos de guerra em dois momentos:

- **1939-1942:** vitória dos exércitos do Eixo (Alemanha e Itália) sobre os Aliados (Inglaterra, França e, posteriormente, URSS e EUA) e domínio alemão sobre grande parte da Europa. A ofensiva alemã atingiu de maneira devastadora a Holanda, a Bélgica e a França. Esse último país foi dividido em duas administrações: a região norte foi ocupada pelos nazistas e a sul teve um governo francês alinhado aos nazistas. Combatendo sozinha na frente ocidental, a Inglaterra conseguiu evitar a invasão alemã em seu território. O Eixo também se impôs na Noruega, Dinamarca, Grécia e Iugoslávia e conquistou novos aliados: Bulgária, Hungria e Romênia. Em seguida, a Alemanha voltou sua força militar contra a URSS. Desrespeitando o pacto de não agressão, os exércitos alemães invadiram a URSS em junho de 1941. Nesse país, a vitória rápida não veio, e os alemães enfrentaram enormes dificuldades diante do poder de resistência dos Exércitos Vermelhos e da população soviética. A entrada dos Estados Unidos no conflito ao lado dos Aliados, em 1941, estabeleceu uma nova frente de batalha no norte da África.

No mapa a seguir, você pode observar a extensão do domínio nazista na Europa e, também, perceber as áreas coloniais e os protetorados na África e no Oriente Médio que foram envolvidos no conflito:

EUROPA NO AUGE DA OCUPAÇÃO NAZISTA (1939-1942)

- Alemanha nazista
- Áreas sob ocupação alemã
- Estados aliados da Alemanha.
- Nominalmente ocupado
- Áreas mantidas pelos Aliados
- Países neutros



Figura 2.5: A Europa sob domínio nazista em 1942. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alemanha_Nazista#/media/Ficheiro:World_War_II_in_Europe,_1942-pt.svg

- **1943-1945:** vitórias dos exércitos aliados e recuo dos alemães. No começo de 1943, a derrota nazista na cidade soviética de Stalingrado marcou um novo rumo para a guerra. Na frente leste, os exércitos soviéticos avançaram progressivamente em direção à Alemanha. A partir do norte da África, tropas dos Estados Unidos venceram os alemães e desembarcaram na Itália, conquistando grande parte desse país. Em junho de 1944, um grande desembarque de soldados aliados no norte francês, conhecido como o Dia D, abriu mais uma frente de ataque aos exércitos alemães. No início do ano de 1945, os soldados soviéticos estavam perto das fronteiras da Alemanha. Em maio, as autoridades alemãs assinaram a rendição do país, que foi ocupado por exércitos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e URSS. A guerra ainda seguiu na Ásia.



Figura 2.6: Soldados soviéticos hasteiam a bandeira da URSS no topo do parlamento alemão, em uma Berlim destruída no final da guerra. Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Raising_a_flag_over_the_Reichstag_2.jpg

lá na plataforma

Nos países dominados pelos nazistas, milhares de pessoas se engajaram em ações de resistência. Arriscando suas vidas, salvaram outras tantas e colaboraram para a derrota do Eixo. Conheça algumas dessas ações no nosso ambiente virtual.

A guerra na Ásia

Na Ásia, o Japão se destacava como a maior potência desde o início do século XIX, enquanto países como a China e a Índia estavam submetidos ao imperialismo europeu. Assim como Alemanha e Itália, na década de 1930, o governo japonês intensificou uma política de expansionismo territorial, buscando dominar regiões com recursos importantes para seu crescimento industrial na China.

Essa política se manteve na virada dos anos 1930 para os anos 1940, quando o Japão se aliou à Itália e à Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Em poucos meses, suas tropas derrotaram ingleses, franceses e norte-americanos em várias regiões da Ásia, como mostra o mapa a seguir:



Figura 2.7: A formação do Império do Japão (séculos XIX e XX). Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Japanese_Empire.png?uselang=pt-br

Nesse processo de expansão, o Japão se chocou com uma poderosa potência imperialista na Ásia: os Estados Unidos. Não só se chocou, como se preparou para enfrentá-la militarmente. De

seu lado, o governo norte-americano avaliou que as ações japonesas eram uma ameaça direta a seus interesses e, por isso, também iniciou preparações para a possibilidade de um conflito armado entre os dois países. Ainda assim, o ataque japonês à sua base militar em Pearl Harbor, no Havaí, foi inesperado. O passo seguinte foi a declaração de guerra ao Japão e a seus aliados, Alemanha e Itália, e a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

Ao longo do ano de 1942, as tropas americanas e japonesas se enfrentaram com equilíbrio, mas, a partir de 1943, os Estados Unidos conseguiram vitórias seguidas, dominando diversas ilhas no Oceano Pacífico. O Japão também enfrentou resistências armadas locais na China e na Indochina e, no início do ano de 1945, tinha perdido boa parte dos domínios sobre os quais tinha se expandido.

A rendição alemã em maio de 1945 não foi acompanhada pelo governo japonês, que seguiu em seus esforços de guerra, apesar da superioridade das forças militares dos Estados Unidos. Nesse contexto, as autoridades norte-americanas decidiram utilizar um novo recurso bélico: as bombas atômicas, que foram lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki nos dias 6 e 9 de agosto.

O mundo conheceu, então, o potencial de destruição do novo armamento: quarteirões das cidades viraram pó e milhares de pessoas morreram instantaneamente. Diante disso, o governo japonês negociou a rendição do país, que foi ocupado pelos Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial terminava.

Resumo

- Nas décadas de 1920 e 1930, chamadas de *entreguerras*, a Europa atravessou um período de grandes dificuldades econômicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da crise do capitalismo estabelecida em 1929. No campo político, o fortalecimento dos partidos comunistas e socialistas foi acompanhado do surgimento de forças extrema-direita, que se baseavam no nacionalismo exacerbado, criticavam o socialismo, o liberalismo e a democracia partidária e defendiam o estabelecimento de um governo forte e autoritário.
- Na Itália, com o fascismo de Benito Mussolini, e na Alemanha, com o nazismo de Adolf Hitler, em 1933, foram implantadas ditaduras que perseguiram os opositores com grande violência e promoverem um culto à personalidade de seus líderes. Na Alemanha, o nazismo caracterizou-se também por um discurso baseado na superioridade racial dos alemães e no seu direito a dominar outros povos.
- Nos anos 1930, os projetos expansionistas de países como Alemanha e Itália, tolerados por França e Inglaterra, geraram novas tensões internacionais e levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial, que se desenrolou entre 1939 e 1945.

- A guerra envolveu dezenas de países em todos os continentes e resultou numa enorme destruição material e humana.

Atividade

Leia os textos a seguir:

texto 1

No caso de Hiroshima, trata-se da catástrofe mais concentrada que já se abateu sobre os homens. Numa passagem de seu diário, o dr. Hachiya [que testemunhou o fato] pensa em Pompéia. Mas nem mesmo esta oferece termo de comparação. Sobre Hiroshima se abateu uma catástrofe que foi planejada e executada com a maior precisão por seres humanos. A “natureza” está fora do jogo (CANETTI, 1990, p. 171).

texto 2

Seu nome é Paul Tibbets, 30 anos, veterano de batalhas aéreas, ele foi escolhido a dedo para liderar a missão cujo propósito exato não foi dito a nenhum de seus homens. Eles sabem apenas que irão pôr fim à guerra. O avião chamado Enola Gay leva a bomba atômica intitulada Little Boy para ser lançada em uma cidade japonesa. Após o seu lançamento, o impacto na cidade é imediato e catastrófico. Hiroshima havia desaparecido e cerca de 80 mil pessoas morreram nos primeiros segundos depois da explosão. Outros milhares irão morrer mais tarde, pelas queimaduras ou radiações. Um dos participantes do voo capta sete imagens da nuvem em forma de cogumelo: era a imagem da aniquilação (HIROSHIMA, [20--], p. 36).

Os depoimentos inspiraram-se em um dos mais trágicos acontecimentos da história do século XX: o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. Quais justificativas foram utilizadas pelos Estados Unidos para seguir com o ataque utilizando uma arma nuclear?

Sugestão de resposta

Apesar das vitórias dos Estados Unidos no Pacífico desde 1943, os japoneses apresentaram resistência, gerando a perspectiva de prolongamento da guerra. Nesse contexto, as autoridades norte-americanas decidiram utilizar um novo recurso bélico: as bombas atômicas, que apresentaram um enorme potencial bélico, tão devastador a ponto de ser questionada como arma militar de guerra e regulada na década de 1960, quando a ONU criou um Tratado de Não Proliferação Nuclear.

Referências

CANETTI, Elias. *A consciência das palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Claudia. Tratado de Versalhes marcou nova fase do capitalismo, diz professor. *Jornal da USP*, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/tratado-de-versalhes-marcou-nova-fase-do-capitalismo-diz-professor/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

HIROSHIMA. 2ª Guerra Mundial. *Revista História*, [S.l.], ano 1, n. 11, [20--], p. 36.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX – volume 2: O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 355-378, maio-ago. 2017.

A Primeira República no Brasil (1889-1930)

03

meta

Caracterizar a Primeira República em seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar o processo de enfraquecimento do sistema imperial e a proclamação da república;
- identificar as principais características do sistema político republicano entre 1889 e 1930;
- analisar a construção da cidadania na Primeira República, destacando os agentes políticos e sociais envolvidos, suas ações e objetivos;
- caracterizar as condições sociais da população negra após a abolição;
- explicar a emergência de movimentos de contestação ao sistema republicano ao longo da década de 1920.

Introdução

Nas unidades anteriores, discutimos processos históricos que, a partir da Europa, envolveram outros continentes entre fins do século XIX e início do XX. Nesse mesmo período, o Brasil viveu importantes transformações: em 1888, o fim da escravidão legal; em 1889, a queda do Estado imperial e a instalação de uma nova forma de governo, a república.

O que levou ao enfraquecimento da ordem imperial? Que tipo de sistema político a substituiu? A república promoveu mudanças no país? Como os sujeitos sociais participaram de sua construção? O que aconteceu com as populações negras após a abolição da escravidão? Essas são algumas questões que abordaremos nesta unidade, cujo foco é a chamada Primeira República, que se iniciou em 1889 e se estendeu até 1930.



Figura 3.1. Território brasileiro. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BrazilWorldMap.png?uselang=pt-br>

A crise da monarquia e a “proclamação” da República

Nas décadas de 1870 e 1880, a monarquia enfrentou uma série de críticas de diferentes setores sociais, além de dificuldades crescentes na sustentação política. Um evento que marcou o início do processo de enfraquecimento do Estado imperial foi a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. O envolvimento brasileiro no conflito exigiu imensos recursos financeiros, gerando endividamento externo e problemas econômicos nos anos seguintes. Ao lado disso, a experiência vivida ao longo da guerra fez com que os oficiais do Exército se vissem como um grupo social com reivindicações próprias que passou a se expressar publicamente, desafiando as autoridades imperiais.

As ideias republicanas, presentes no Brasil desde o fim do século XVIII, passaram a ser mais divulgadas a partir do ano de 1870, quando um *Manifesto Republicano* foi publicado no jornal *A República*, do Rio de Janeiro. Entre os assinantes, estavam jornalistas, intelectuais, políticos e fazendeiros que criticavam o Poder Moderador e a centralização do poder na corte do Rio de Janeiro, defendendo maior autonomia para cada província.

Nos anos seguintes, jornais e associações foram criados em várias cidades do país, defendendo a implantação da república e atraindo apoiadores entre os setores médios e das elites. Partidos republicanos regionais foram organizados e participaram das eleições parlamentares. Foi o caso do Partido Republicano paulista, que obteve apoio importante entre os novos cafeicultores do oeste da província, insatisfeitos com o pouco espaço político que ocupavam.

Uma parte dos militares também aderiu à defesa da república, inspirada nas ideias do positivismo. Entre os jovens oficiais, a república era vista como uma forma de governo que permitiria ao país superar o “atraso” então existente – a escravidão, a influência religiosa no Estado, o pouco investimento em educação e na industrialização. Mas, para esses, seria necessário estabelecer um governo republicano com um forte poder central, diferente da autonomia provincial que imaginavam os fazendeiros paulistas.

lá na plataforma

Você leu sobre o termo positivismo aqui. Mas você sabe do que se trata? Acesse nossa plataforma virtual e conheça mais sobre esse tema.

O regime imperial também enfrentou o afastamento de uma instituição muito poderosa no país: a Igreja Católica. Desde o período colonial, Estado e Igreja estavam unidos através do padroado, que estabelecia o catolicismo como religião oficial do país ao mesmo tempo que condicionava as ordens das autoridades católicas à aprovação do imperador. Essa situação passou a ser contestada por religiosos na década de 1870 e gerou alguns embates públicos destes com a monarquia, ainda que isso não significasse uma adesão da Igreja Católica às ideias republicanas.

Apesar dessas oposições, a monarquia ainda possuía força política entre os proprietários de terras, que eram a elite econômica do país, sobretudo os cafeicultores do Vale do Paraíba. Mas também estes se mostraram descontentes após a abolição da escravidão, em 1888, que esperavam que viesse com uma indenização a quem possuía escravizados.

Todos esses movimentos contribuíram para o desgaste político e social do regime monárquico que, no ano de 1889, se transformou em conspiração para sua derrubada. Os jovens oficiais do Exército na corte do Rio de Janeiro organizaram um levante militar, que contou com o apoio de importantes generais e de republicanos civis. Assim, no dia 15 de novembro, através de um golpe, a monarquia foi deposta no país e a república foi proclamada.

A construção do sistema político oligárquico

Os primeiros dez anos da república foram marcados por grande instabilidade política com tentativas de golpe de Estado e de assassinato do presidente, repressão violenta à oposição e guerras civis. Para compreender esse cenário, é importante ter dois aspectos em mente: a permanente intervenção das Forças Armadas na política e a existência de diferentes projetos para a república no Brasil, como identificamos anteriormente.

Logo após a queda da monarquia, foi organizado um governo provisório com o marechal Deodoro da Fonseca à frente e líderes civis republicanos como ministros. Ao mesmo tempo, eleições nos estados escolhiam os deputados que deveriam redigir novas leis para o país. No início de 1891, a Constituição foi aprovada com as seguintes determinações:

- sistema de governo presidencialista, com mandato de quatro anos;
- estabelecimento de três Poderes independentes: Legislativo, Executivo e Judiciário;
- Estado federalista: divisão de poder entre o governo central e os estados, que teriam autonomia para elaborar leis próprias, ter uma força de segurança pública e regular seus impostos e relações econômicas;
- eleição direta para o Poder Executivo federal e estadual e parlamentares federais e estaduais;
- direito de voto a homens maiores de 21 anos com exceção de analfabetos, membros de ordens religiosas e baixas patentes das Forças Armadas;
- Estado laico: separação entre Igreja e Estado.

Com certeza, foram muitas mudanças em relação à ordem imperial com o fim do Poder Moderador, da centralização política e da ligação entre Igreja Católica e Estado brasileiro. Ampliou-se a participação dos cidadãos no sistema político, pois estes passaram a eleger o presidente e o governador de estado, além dos parlamentares, todos com mandatos fixos. Mas essas mesmas leis, feitas por representantes estaduais, foram motivo para conflitos.

Os parlamentares elegeram Deodoro da Fonseca para a presidência da república, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Deodoro logo posicionou-se contra o que considerava o enfraquecimento do Estado central por causa do federalismo. Em razão disso, entrou em constante enfrentamento com os deputados, o que fragilizou seu governo. Em fins de 1891, ele tentou um golpe de Estado. Sem apoio suficiente das Forças Armadas e políticas, acabou por renunciar à presidência da República e foi substituído pelo vice-presidente.

Buscando se fortalecer, Floriano se aproximou de setores populares urbanos e de lideranças políticas, ao mesmo tempo em que reprimiu com violência seus críticos e opositores, que foram censurados, presos e torturados. Em 1893, eclodiu a Revolta da Arma-

da, organizada por oficiais da Marinha que exigiam a saída de Floriano da presidência e, para forçá-lo a isso, bombardearam a cidade do Rio de Janeiro, capital federal. No mesmo ano, um conflito entre grupos políticos, no Rio Grande do Sul, transformou-se em uma violenta guerra civil que se expandiu para os estados de Santa Catarina e Paraná, a Revolução Federalista.

lá na plataforma

Para conhecer mais sobre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, consulte nossa plataforma virtual.

Floriano Peixoto se manteve no poder até o fim de seu mandato, quando foi eleito pelo voto direto o primeiro presidente: o cafeicultor paulista Prudente de Moraes. Ele ainda enfrentou a oposição de apoiadores de Floriano Peixoto e de parte dos parlamentares federais e mais uma guerra civil, a de Canudos, movimento camponês do interior da Bahia, combatido por milhares de soldados enviados pelo governo republicano.

A Política dos Governadores

Em 1898, um novo presidente foi eleito: o também paulista Campos Sales. Isso demonstrava a força política de São Paulo, devido ao crescimento da economia cafeeira. O desafio de Campos Sales era alcançar uma estabilidade política, pois não era possível governar em meio a guerras civis, intervenções militares e à oposição constante dos deputados federais.

Com esse objetivo, Campos Sales iniciou uma aproximação com os governadores dos estados, agora mais poderosos por causa do federalismo. Com eles, estabeleceu a política dos governadores, um compromisso de apoio mútuo cujos aspectos principais estão sintetizados no esquema a seguir:



Figura 3.2. A política dos governadores.

Essa dinâmica concentrava nas mãos do presidente e dos governadores a tomada de decisões no país, por isso foi chamada de *oligárquica*. Devemos lembrar que o direito de voto no Brasil já era muito restrito por causa da exclusão das mulheres e dos analfabetos (que eram cerca de 82% da população em 1890). Mesmo aqueles poucos que possuíam esse direito viam-se às voltas com um sistema que funcionava para eleger os aliados do governador. Se alguém se ariscava a fazer oposição, enfrentava muitos obstáculos. E, caso fosse eleito, poderia ter sua eleição anulada pela Comissão Verificadora de Poderes.

A força dos oligarcas também influía na escolha de quem seria presidente da República, pois os governadores dos estados mais populosos e economicamente fortes se uniam para indicar um nome comum para concorrer à presidência. São Paulo e Minas Gerais se destacaram nessas negociações, conhecidas como a *política do café com leite*, que buscava sempre o apoio de lideranças do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Quando essa união se concretizava, o político indicado por São Paulo e Minas Gerais era eleito com grande facilidade.

Dessa forma, a instabilidade dos primeiros anos da república foi substituída por uma dinâmica baseada em acordos entre as oligarquias, o que garantiu condições para que os presidentes da república governassem, ainda que com alguns conflitos. Isso, porém, concentrou nas mãos de poucos homens o poder político, dando à república brasileira um caráter elitista, conservador e antidemocrático. A política dos governadores também enfraqueceu os parlamentares na sua

função de fiscalizar os atos do Poder Executivo, desequilibrando os Poderes.

O coronelismo

Se presidente e governadores agiam nos níveis estadual e federal, no âmbito local, as ações políticas estavam nas mãos dos coronéis. Boa parte deles era proprietária de terra, um recurso de poder fundamental num país com as características do Brasil: maioria da população vivendo em áreas rurais, alta concentração fundiária, ou seja, a posse da terra nas mãos de poucos proprietários e uma economia de base agroexportadora.

Os coronéis faziam um intenso trabalho para criar e manter redes políticas pessoais. Distribuíam, para a população carente de trabalho e de renda, recursos como acesso à saúde e à justiça, empregos, ajuda financeira e proteção. Disso resultava uma relação de dependência e de fidelidade entre os coronéis e os moradores de suas regiões.

Muitos dos recursos que sustentavam o poder dos coronéis vinham do governador do estado. Por isso, nas eleições, eles pressionavam os moradores para votar nos candidatos indicados pelo governador. Era comum que o coronel tivesse milícias privadas, chamadas de jagunços ou capangas, que recorriam à violência para coagir os eleitores. Essas práticas levaram ao surgimento da expressão *voto de cabresto* (acessório usado para controlar o animal), que denunciava a falta de liberdade do voto. O controle do eleitor era facilitado pela inexistência do voto secreto, o que permitia verificar qual era o candidato escolhido por ele.

Nos municípios, também ocorriam diversas fraudes como a participação de pessoas analfabetas nas eleições, o “comparecimento” de eleitores que já haviam morrido e irregularidades na contagem dos votos. Constantemente, jornalistas e lideranças políticas denunciavam essas práticas e elaboravam novas propostas para organizar o sistema eleitoral brasileiro.

lá na plataforma

Veja como se desenvolveram as eleições ao longo da república brasileira na nossa plataforma virtual.

As lutas pela cidadania

Se o sistema oligárquico e os coronéis limitaram a participação cidadã nos debates políticos e nas eleições, homens e mulheres não deixaram de se organizar para reivindicar direitos. Camponeses/as, operários/as, trabalhadores/as das cidades, estudantes, mulheres, profissionais liberais e marinheiros, entre tantos outros, movimentaram-se para lutar por melhores condições de vida e de trabalho e por igualdade ao longo da Primeira República. A seguir, vamos conhecer alguns desses movimentos.

Movimentos rurais

Por volta do ano de 1900, o Brasil contava com cerca de 17,5 milhões de habitantes. Cerca de 90% viviam em áreas rurais, sendo a maioria pequenos proprietários, posseiros, empregados de fazendas e camponeses sem terra. Muitos eram descendentes de indígenas e africanos, constituindo uma população etnicamente mestiça marcada pela experiência da escravidão e pela dificuldade histórica de acesso a terras. Desde o século XIX, chegaram milhares de imigrantes europeus e asiáticos em várias regiões do país.

Para sobreviver, essas pessoas criaram formas de vida comunitárias nas quais a ajuda mútua e a religiosidade tinham grande importância. Também se reuniram em movimentos sociais que expressaram seus modos de pensar e as insatisfações com a dureza de seu cotidiano – a pobreza, a falta de terras, a exploração dos proprietários de terra, o abandono por parte dos governos, a importância da fé para a organização da vida. Veja no quadro a seguir informações sobre alguns desses movimentos:

Quadro 3.1: Movimentos sociais rurais na Primeira República

Nome	Canudos	Contestado
Ano/Região	1893-1897, Bahia, povoado de Belo Monte.	1912-1916, na região fronteira entre Santa Catarina e Paraná, povoado de Cidade Santa.
Participantes	Camponeses, pequenos proprietários e jagunços.	Camponeses e pequenos proprietários.
Liderança	Beato Antônio Conselheiro.	Monge José Maria.
Motivações	Maior acesso à terra e à sobrevivência, além de críticas à república e a criação de leis próprias, atraíram muitos sertanejos.	O nome Contestado se refere à luta política entre os estados de SC e PR para administrar a região. Luta pela terra e contra a injustiça praticada por coronéis, atraiu muitos camponeses e trabalhadores desempregados.
Visão do governo	Canudos seria uma ameaça à república, formada por criminosos e ex-escravizados vistos como “fanáticos” e “primitivos”.	O povoado de Campo Santo seria formado por fanáticos religiosos e rebeldes a serviço da destruição da república.
Resultados	“Guerra” de Canudos: quatro expedições militares oficiais (1896-97), com estimativa de 20 mil mortos.	Os embates entre camponeses e forças militares do estado e do exército duraram quatro anos, com 5 mil mortos e a rendição dos rebeldes.

lá na plataforma

Para saber mais sobre os movimentos de trabalhadores rurais durante a Primeira República, acesse nossa plataforma virtual.

Movimentos urbanos

Ao longo da Primeira República, a economia cafeeira continuou a pleno vapor, gerando muitas riquezas para fazendeiros, comerciantes e para o Estado. Isso se reverteu em investimentos nas instalações portuárias e na construção de novas ferrovias para modernizar o transporte de mercadorias. Investimentos também foram feitos nas cidades, com a abertura de avenidas adaptadas aos automóveis, junto com cinemas, cafés, teatros e bairros para a burguesia.

Esse dinamismo atraiu para as áreas urbanas moradores do campo, muitos deles ex-escravizados, e imigrantes estrangeiros, formando um heterogêneo setor de trabalhadores urbanos. Desde o princípio do século XX, eles organizaram práticas sociais e movimentos de resistên-

cia ao elitismo e autoritarismo do governo oligárquico, e de reivindicação de seus direitos como cidadãos. A capital da República, Rio de Janeiro, foi um palco importante dessas ações.

Rio de Janeiro: a Revolta da Vacina (1904)



Figura 3.3. Charge sobre a Revolta da Vacina, por Leônidas Freire (1904). Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guerra_Vaccino-Obrigateza!.jpg?uselang=pt-br

A charge foi publicada na revista *O Malho*, em 19 de outubro de 1904, e mostra uma batalha: do lado esquerdo, homens com um quepes que mostram uma cruz vermelha e um estandarte onde se lê “vacinação obrigatória” e, do lado direito, mulheres e homens brancos e negros com diferentes objetos utilizados como armas. O que essa charge pode nos dizer sobre o que estava acontecendo na cidade do Rio naqueles dias de outubro de 1904? Para entender a charge, vamos identificar as condições políticas e sociais da capital da República.

A cidade do Rio de Janeiro, em 1904, era a maior do Brasil, com cerca de 800 mil habitantes. Era uma população bastante diversificada: brasileiros descendentes de portugueses e de africanos, ex-escravizados,

imigrantes de diferentes países europeus, do Oriente Médio e da Ásia. Esses homens e mulheres trabalhavam como operários, portuários, pequenos comerciantes, biscateiros, artistas e empregados do comércio, vivendo em moradias pequenas e coletivas no centro da cidade e nos bairros próximos.

Em 1902, foi nomeado como prefeito do Rio de Janeiro o engenheiro Pereira Passos, com a tarefa de “modernizar” a cidade. Ele logo iniciou um processo de reformas com a construção, no Centro, de grandes avenidas, praças e instituições culturais para a elite – o Theatro Municipal foi uma delas. Para isso, foram demolidos rapidamente centenas de casas e edifícios – numa operação que ficou conhecida como o “bota-abaixo” – onde residiam milhares de trabalhadores que se deslocaram para áreas mais distantes do seu local de trabalho ou para os morros próximos às suas antigas moradias.

lá na plataforma

Saiba mais sobre a reforma de Pereira Passos em nossa plataforma virtual.

Enquanto Pereira Passos alterava a arquitetura da região central, o médico e cientista Oswaldo Cruz foi nomeado para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Sua tarefa principal era combater as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro e, para isso, foram colocadas em curso diversas medidas: o recolhimento dos ratos, que transmitiam a peste bubônica; as brigadas de mata-mosquitos, que buscavam exterminar o transmissor da febre amarela, e a proposta de vacinação obrigatória contra a varíola. Essa última me-

dida gerou a maior revolta já vista na capital: durante cinco dias, a população atacou o governo e seus representantes, invadiu delegacias, fez barricadas nas ruas e rejeitou a lei da vacinação obrigatória. Para retomar o controle da cidade, foram convocados militares de outros estados e navios da Marinha, resultando na morte de dezenas de pessoas e na prisão de centenas delas. Mas quem eram os “cariocas” que se revoltaram e por quê?

Diferentes setores sociais estiveram presentes na Revolta da Vacina e por diferentes razões. Os políticos da oposição e militares atacaram o sistema oligárquico, que chamavam de a “república dos fazendeiros”; estudantes e jornalistas acusaram o governo de autoritário ao impor a obrigatoriedade da vacina, alegando que isso feria o direito dos cidadãos; boatos de que a vacina seria aplicada em partes íntimas de mulheres levaram operários a considerar que era uma ação que atentava contra a honra de pais e maridos; moradores da zona portuária, de maioria negra, pegaram em armas contra os policiais que os vigiavam e reprimiam diariamente.

Portanto, a batalha mostrada na charge revela não só o embate ocorrido em novembro de 1904 em relação à vacinação obrigatória, como também as contradições sociais, políticas e econômicas da Primeira República. E a maneira que cidadãos e cidadãs encontraram de lutar por seus direitos. Ao final, o projeto de lei da vacinação obrigatória foi suspenso.

>> saiba mais

A partir de 2020, o mundo enfrentou a pandemia da Covid-19, que levou à morte de milhões de pessoas. Cientistas de vários países se mobilizaram para produzir uma vacina imunizante contra o vírus, mas tiveram que enfrentar a ação de lideranças políticas, sociais e religiosas, que questionaram a validade da vacinação e negaram a própria ciência, através de boatos e notícias falsas. A situação em 1904, na Revolta da Vacina, tem algumas diferenças. Nesse período, ao contrário dos dias atuais, a experiência com a vacinação era recente e não houve uma campanha de informação eficaz por parte do governo, facilitando a divulgação de notícias falsas. Nos dois momentos, o questionamento da ciência fez com que muitas pessoas não se vacinassem, dificultando o controle das doenças.

Movimento operário

Nesse período republicano, começam a se expandir fábricas que produziam artigos de consumo leve, tais quais roupas, sapatos, chapéus, velas, cerveja e utensílios domésticos, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre. Outros setores urbanos também se fortaleceram, como os de transporte, portos e comércio.

A industrialização e urbanização fizeram crescer os setores operários formados por brasileiros, muitos deles ex-escravizados, e imigrantes que promoveram as primeiras organizações de classe como centros operários, sindicatos e federações. A documentação histórica registra movimentos de greves como instrumento de lutas desde o século XIX, ocorrendo tanto em fazendas, onde conviviam trabalhadores livres e escravizados, como nas primeiras fábricas.

lá na plataforma

Aprenda mais sobre as greves de trabalhadores no Brasil, acessando nosso ambiente virtual.

Nas primeiras décadas do século XX, várias organizações coordenaram manifestações coletivas como comícios e greves, construindo uma identidade própria para os operários brasileiros. Diferentes ideologias e formas de atuação estiveram presentes no movimento operário brasileiro, assim como ocorria em outros países, conforme vimos na Unidade 8 do Volume 1.

No mês de junho de 1917, na cidade de São Paulo, teve início um movimento de greve geral que se expandiu por outras capitais, como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esse movimento durou 30 dias e mobilizou cerca de 70 mil pessoas, reivindicando a criação de leis para regular as jornadas de trabalho, o uso da mão de obra infantil, o direito de descanso semanal e férias remuneradas.

Essas experiências de luta e reivindicações por direitos do movimento operário receberam uma repressão intensa por parte das polícias, com violência, prisões e deportações de trabalhadores imigrantes. A política repressiva revelava a oposição governamental à luta dos trabalhadores e atendia aos interesses dos empresários.

lá na plataforma

As relações do anarquismo com a formação dos sindicatos e da classe operária estão na plataforma virtual. Acesse e saiba mais!

As populações negras no pós-abolição

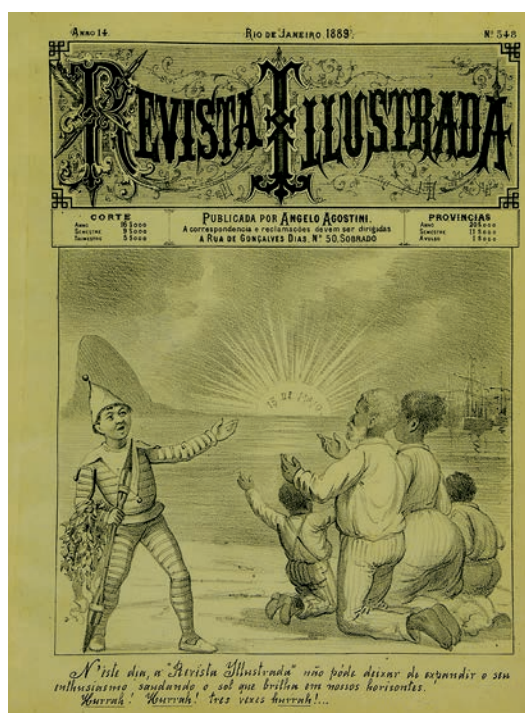


Figura 3.4. Capa da Revista Ilustrada (ed. 548, ano 14, Rio de Janeiro, 1889) em comemoração a um ano da abolição da escravidão. Fonte: http://www.memoriaescrividao.rb.gov.br/estante_digital/revista_ilustrada/revil3_548.JPG

Observe a imagem com atenção. Ela foi publicada para celebrar o primeiro aniversário da Lei Áurea na *Revista Ilustrada*, que circulou na cidade do Rio de Janeiro de 1876 a 1898. Nela, uma família de escravizados está de joelhos com as mãos erguidas, enquanto um homem branco, vestido como um mestre de cerimônias, lhe mostra um sol no qual está escrito “13 de maio”. Por um lado, essa imagem expressa uma interpretação para o fim da escravidão no Brasil tendo como personagens centrais as pessoas

brancas. Por outro, parece prometer que a abolição trouxe um futuro luminoso para os ex-escravizados.

lá na plataforma

Por que a comemoração do 13 de maio é contestada por muitas lideranças negras e por cientistas sociais e historiadores? Acesse nossa plataforma virtual e saiba mais sobre esse debate.

Se essa era a visão do editor da *Revista Ilustrada*, cabe a nós questionar: como foram as experiências da população negra após a abolição? Que mudanças e permanências podemos destacar em suas condições de vida? Como essas pessoas construíram suas trajetórias e lutas como cidadãos e cidadãs nessa república oligárquica?

Para iniciar essa discussão, vamos destacar dois aspectos. O primeiro deles é a derrota dos projetos que previam a adoção de políticas voltadas para garantir aos ex-escravizados meios de sobrevivência, como a distribuição de terras. Por isso, muitos deles acabaram ocupando funções mal remuneradas nas atividades econômicas rurais e urbanas ou migraram para os centros urbanos, atuando como pedreiros, marceneiros, vidraceiros e, também, trabalhando nos portos e no comércio de rua. Alguns empregaram-se como operários nas fábricas. Muitas mulheres negras tiravam do trabalho de empregadas domésticas seu sustento e de sua família. Assim, as possibilidades de ascensão social eram poucas e apenas alguns homens negros conseguiram ocupar posições de destaque.

Somado a esse aspecto, estava o racismo das elites republicanas, que se apropriaram das teorias europeias que estudamos na Unidade 8 do Volume 1. Cidadãos e cidadãs negros foram associados ao atraso e à inferioridade, e um projeto de “embranquecimento” da população foi implementado, inclusive no mercado de trabalho, impondo novas dificuldades para as populações negras. Em lojas, clubes e no futebol, multiplicavam-se as proibições à participação das pessoas negras. Leis aprovadas na república criminalizaram práticas ligadas às culturas afro-brasileiras, como as religiões de matriz africana e a capoeira. Podemos dizer, então, que o sol luminoso do 13 de maio não se concretizou nas vidas de grande parte dos ex-escravizados após a abolição.

lá na plataforma

Você já ouviu falar da campanha “Liberte meu sagrado”? Essa história está no nosso ambiente virtual.

Mas esse aspecto não resume as experiências históricas dessas pessoas. Elas também construíram diariamente formas de luta pela sobrevivência, de combate ao racismo, de afirmação étnico-racial e de reivindicação por direitos. Vamos conhecer algumas delas:

- criação de associações beneficentes e clubes recreativos onde as pessoas negras organizavam palestras, bailes e festas;
- clubes de futebol exclusivos para negros, combatendo a proibição de pertencerem a clubes de elite;

- imprensa negra: jornais dirigidos e escritos pela comunidade negra em várias cidades. Alguns exemplos são: *O Clarim d'Alvorada*, *A Liberdade*, *A Sentinela*, *O Alfinete* e *O Baluarte*. Nesses periódicos, intelectuais e jornalistas se contrapunham ao racismo e estimulavam a escolarização e a autovalorização da população negra, promovendo debates e ações como concursos de beleza negra;
- espaços culturais onde laços de pertencimento e compartilhamento da ancestralidade eram criados e fortalecidos – terreiros de candomblé e umbanda, a prática de capoeira, reuniões em torno de tambores e danças conhecidas como batuques e rodas de samba;
- Revolta da Chibata: em 1910, centenas de marinheiros, de maioria negra, tomaram navios ancorados na Baía de Guanabara e ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Suas reivindicações eram o fim dos castigos físicos na Marinha brasileira e melhores condições de trabalho. Um de seus principais líderes foi João Cândido Felisberto, filho de ex-escravizados, como muitos de seus companheiros. Após negociações, o governo aceitou as condições dos marinheiros, entre elas a anistia aos participantes. Poucas semanas depois, os marinheiros foram acusados injustamente de se rebelar novamente e os principais líderes da Revolta da Chibata foram presos numa cela sem ventilação, na qual foi lançada cal com o objetivo de sufocá-los. Somente João Cândido e outro marinheiro sobreviveram. Outros acusados de participar da revolta foram embarcados em um navio para a Região Amazônica, onde deveriam realizar trabalhos forçados; vários foram assassinados durante a viagem.

O pós-abolição no Brasil, assim, foi marcado pelo fortalecimento de políticas racistas e pelas dificuldades de sobrevivência das populações negras, mas também registrou sua capacidade de resistência e de criação.

lá na plataforma

Na nossa plataforma virtual, contamos um pouco mais dessa história de lutas pela população negra no pós-abolição.

Os anos 1920 e as contestações à república oligárquica

Por tudo que estudamos desde o início desta unidade, vemos que, se a Primeira República se caracterizou pelo funcionamento de um sistema político oligárquico e elitista, houve uma intensa mobilização da sociedade contestando essa ordem e reivindicando direitos. Na década de 1920 não foi diferente.

O movimento operário, por exemplo, continuou se organizando e pressionando o Estado e os patrões, o que levou à aprovação das primeiras leis trabalhistas, ainda que muitos empregadores as desrespeitassem. Não podemos esquecer também que os anos 1920 viveram o impacto das revoluções na Rússia e do surgimento do primeiro país comunista, o que fortaleceu as organizações operárias e de esquerda. No Brasil, em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em outro campo ideológico, lideranças políticas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro se opunham ao sistema político por causa das fraudes e do domínio das oligarquias estaduais mais poderosas. Eles defendiam a criação de um órgão independente para organizar as eleições e o voto secreto, para assegurar ao eleitor sua liberdade de escolha.

As pressões para mudanças no sistema político também vinham do movimento feminista, que contava com a participação de mulheres das classes média e alta e, também, de sindicalistas. Em 1922, foi fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que colocava três questões de luta para as mulheres: o direito de voto, o estímulo à escolaridade e leis trabalhistas de proteção a mães e crianças.

As Forças Armadas não ficaram isoladas desses debates. Dentro do Exército, jovens oficiais, sobretudo tenentes e capitães, organizaram uma série de levantes e movimentos armados contra o governo, no que ficou conhecido como *Movimento Tenentista*. Suas críticas também se dirigiam ao sistema eleitoral fraudulento e ao domínio das oligarquias estaduais que, segundo eles, faziam com que interesses regionais acabassem se impondo, impedindo que o governo elaborasse políticas nacionais. Daí a acusação de que o federalismo deveria dar lugar a formas de poder mais centralizadas.

lá na plataforma

Em 1922, os levantes militares ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. O mais famoso ficou conhecido como “Os dezoito do Forte de Copacabana”. Em 1924, os jovens militares tomaram a cidade de São Paulo por 23 dias. Derrotados pelo governo, iniciaram uma marcha pelo país, a Coluna Prestes. Para saber mais sobre o Movimento Tenentista, acesse nossa plataforma virtual.

A agitação política e social também se fez sentir no campo do pensamento e das artes, quando vários intelectuais e artistas, que viveram experiências em países europeus e nos Estados Unidos, formularam novas reflexões sobre o povo brasileiro. O Movimento Modernista, que reuniu escritores, pintores, pensadores, recusou uma concepção de arte baseada somente em referências europeias, visão que era bastante forte na Primeira República.

Enfatizou a importância de valorizar as culturas e tradições populares, incluindo os elementos indígenas e africanos e a mestiçagem. Dessa forma, o Brasil, seu povo e sua arte seriam

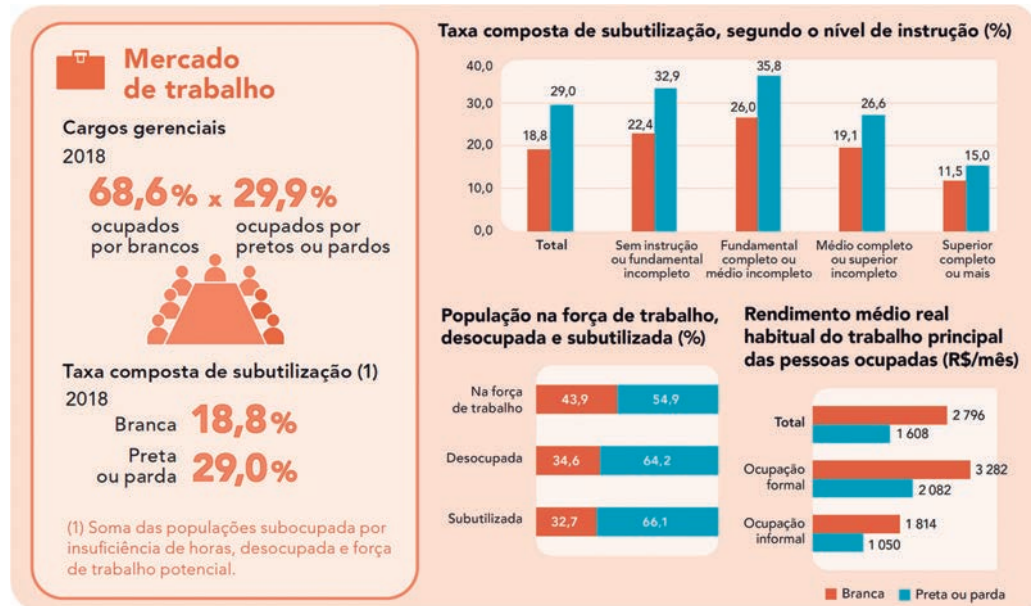
o resultado de uma mistura entre as influências europeias, indígenas e africanas. As obras modernistas também apontavam para o surgimento de uma nova sociedade, mais industrial e urbana, diferente da imagem da república dos fazendeiros.

Resumo

- Após a instauração da república, foi promulgada em 1891 uma nova Constituição que estabeleceu o presidencialismo, o federalismo, a divisão de poderes, o voto direto e o estado laico.
 - Os dez primeiros anos de república foram marcados por grande instabilidade política, superada pela articulação de um sistema oligárquico, excludente e elitista baseado nos acordos entre presidentes e governadores de estado, a política dos governadores, e no coronelismo.
 - Durante a Primeira República, diferentes setores sociais organizaram movimentos e revoltas que expressaram suas insatisfações com a desigualdade social e a negação de direitos. Esses conflitos e revoltas foram duramente reprimidos pelas forças policiais republicanas.
 - Após a abolição da escravidão, as populações negras viveram um processo de inserção subalterna no mercado de trabalho e enfrentaram políticas racistas por parte do Estado. Apesar disso, essas populações reagiram e organizaram diferentes estratégias de luta contra o racismo e por direitos.
 - Os anos de 1920 foram marcados pela ação do movimento operário, de mulheres e intelectuais e por levantes militares contra a república oligárquica.
-

Atividade

Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Em oposição ao que afirmaram as teorias sobre modernização, a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para diminuir de maneira significativa a distância existente entre os grupos raciais presentes na população (HASENBALG, 1996, p. 15).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/images/educa/jovens/materias-especiais/dados_compile_alta.jpg

- Considerando os dois documentos, responda as perguntas a seguir:
 - Relacione as afirmações do autor do texto às estatísticas mostradas na imagem sobre o mercado de trabalho e sua composição étnico-racial.
 - Ao estudarmos as condições das populações negras no pós-abolição, aprendemos que, apesar do racismo presente no cotidiano e nas políticas de governo, elas lutavam e resistiam. Caracterize duas formas de resistência dessas populações.

Resposta comentada

- Na resposta deve constar que: a porcentagem maior de pretos e pardos em trabalhos manuais do que em atividades gerenciais, identificada no gráfico, reflete a falta de investimento em políticas de inclusão social e educacional dessas populações negras, desde o pós-abolição até os dias atuais.
- Caracterizar o uso da imprensa como meio de difusão de ideias; a criação de clubes que estimularam o pertencimento e o compartilhamento; a religiosidade de matriz africana; os espaços de lazer e batuque, bem como lutas como a Revolta da Chibata.

Referência

HASENBALG, C. *Os números da cor*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.

O primeiro Governo Vargas (1930-1945)

04

meta

Caracterizar o primeiro governo de Getúlio Vargas – entre 1930 e 1945 – em seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar a ascensão política de Getúlio Vargas no contexto da Aliança Liberal e do movimento armado que o levou ao poder;
- caracterizar os diferentes sistemas políticos existentes ao longo do Primeiro Governo Vargas e as principais disputas políticas;
- apresentar a política econômica varguista;
- caracterizar as ações estatais no campo das relações entre capital e trabalho, analisando a construção do trabalhismo;
- explicar a deposição de Getúlio Vargas em 1945, considerando aspectos de oposição interna e o contexto internacional.

Introdução

Na Unidade 3, discutimos a instauração e consolidação da república no Brasil entre 1889 e 1930: a chamada Primeira República. Estudamos a construção de um sistema político oligárquico, baseado em acordos feitos entre as elites estaduais, que limitou a participação de cidadãos e cidadãs e restringiu o exercício da democracia no país. Ao mesmo tempo, diferentes movimentos sociais desafiaram esse sistema, colocando em debate questões como a desigualdade social e a luta por direitos.

Nesta unidade, vamos estudar o contexto político que levou ao fim da Primeira República e à ascensão de Getúlio Dornelles Vargas, que ocupou a presidência da república entre 1930 e 1945. Seu governo alternou períodos democráticos e ditatoriais e foi marcado por mudanças no campo dos direitos sociais e da economia. No mapa abaixo, destacamos a localização do Brasil:



Figura 4.1: Território do Brasil. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BRA_orthographic.svg?uselang=pt

O fim da Primeira República e a “Revolução de 30”

Em 3 de novembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, o político gaúcho Getúlio Vargas assumiu o cargo de presidente da república. Mas seu caminho até esse posto não foi através do voto. Pelo contrário, Vargas se tornou presidente após um movimento armado conhecido como “Revolução de 1930”, que teve a participação de militares e civis. O que levou à formação desse movimento? Quem participou dele e por quais razões?

Na Unidade 3, vimos transformações que ocorreram ao longo da Primeira República, como o crescimento da urbanização e da industrialização, o fortalecimento do movimento operário e o surgimento de novas forças políticas, como comunistas, “tenentes” e mulheres. Esse processo ganhou impulso na década de 1920, principalmente entre as classes médias e trabalhadores urbanos, que exigiam mais direitos sociais e maior participação política.

Essas reivindicações se chocavam frontalmente com o sistema existente, no qual as oligarquias de estados como São Paulo e Minas Gerais concentravam grande poder no comando da vida política do país e utilizavam práticas de controle e coerção dos eleitores. Lideranças políticas de outros estados também se sentiam excluídas da partilha do poder e criticavam a dinâmica oligárquica.

Nas eleições presidenciais de 1930, essas insatisfações encontraram um outro elemento: a divergência entre os líderes de São Paulo e Minas Gerais. Em 1929, o então presidente Washington Luís e o Partido Republicano Paulista (PRP) indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato. Entretanto, este não obteve o apoio dos políticos de Minas Gerais, que articularam uma segunda chapa com políticos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e da Paraíba. Daí surgiu a Aliança Liberal, tendo Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos à presidência e à vice-presidência respectivamente.

Ao longo da campanha, a Aliança Liberal incluiu em sua plataforma os temas dos direitos dos trabalhadores urbanos, do voto secreto e feminino e da criação de uma justiça eleitoral. Buscava, com isso, atrair o apoio de operários, militares descontentes e classes médias urbanas. Ainda em 1929, seus integrantes mais radicais consideravam a possibilidade de organizar um movimento armado para tomar o poder caso fossem derrotados nas urnas.

De fato, as eleições de 1930 deram a vitória a Júlio Prestes com as fraudes, comuns à época, sendo praticadas pelos dois lados. Um tempo depois, membros da Aliança Liberal retomaram as articulações para um movimento armado visando impedir o candidato eleito de tomar posse. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife por João Dantas, que tinha apoiado Júlio Prestes. O crime estava relacionado às disputas regionais, mas, naquele momento, a responsabilidade foi atribuída ao governo federal e reforçou o movimento armado.

Em 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em estados do Nordeste, tropas do Exército, com o apoio de vários “tenentes” e tendo Getúlio Vargas à frente, foram às ruas e tomaram o poder à força em várias cidades. O movimento se alastrou pelo país e, em 31 de outubro, acompanhado por três mil soldados gaúchos, Getúlio Vargas desembarcou no Rio de Janeiro, onde foi recebido com uma manifestação de apoio. A Primeira República e seu sistema oligárquico federalista encontravam seu fim através da força das armas.

lá na plataforma

Entenda por que conceitos como “República Velha” e “Revolução de 30” foram utilizados por décadas e hoje são questionados. Saiba mais sobre esses conceitos lá no nosso ambiente virtual.

Lutas políticas, ditadura e democracia entre 1930 e 1945

Getúlio Vargas ocupou a presidência da república durante 15 anos. Como foi possível que uma mesma pessoa permanecesse nesse cargo por tanto tempo? Ele foi eleito e reeleito pela população? A resposta é não! Em boa parte desse tempo, Vargas se baseou em mecanismos autoritários para governar, concentrando o poder no Executivo federal com o apoio de militares e parte das lideranças políticas. Veja abaixo uma linha do tempo que apresenta os sistemas políticos ao longo desses 15 anos e suas principais características:

LINHA DO TEMPO: Primeiro governo Vargas



Figura 4.2: Linha do tempo – Primeiro Governo Vargas: sistemas políticos.

Logo após o movimento armado de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, ocorreram importantes mudanças na estrutura política brasileira, como você pode constatar na linha do tempo. As novas autoridades decretaram o estabelecimento de um governo provisório, que existiria até a aprovação de uma nova carta constitucional, o que só veio a ocorrer em 1934. Nesses quatro anos, Vargas governou com amplos poderes, exercendo as funções e atribuições do Poder Executivo e do Congresso Nacional!

O fechamento do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal e a deposição dos governadores estaduais, substituídos por homens indicados, concentrou a autoridade nas mãos do presidente da república. Isso era justificado por Vargas como a única forma de implementar as mudanças necessárias ao país. Em curto espaço de tempo, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e iniciada uma legislação voltada para os trabalhadores urbanos. Também foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública como um órgão de abrangência nacional. Mas essa concentração de poderes gerou muitas insatisfações, críticas e até movimentos armados contra Vargas. Assim, o cenário político posterior à Revolução de 30 mostrou-se bastante conturbado, como veremos a seguir.

As disputas políticas no governo provisório e a Constituição de 1934

O período que medeia entre 1930-1934 se caracteriza pelas disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procura manter uma posição de aparente equilíbrio acima dos grupos de luta. O governo assume o papel de árbitro das diferentes disputas locais, embora dependa das novas oligarquias que vão se formando ou sobem ao poder. [...] Interesses regionais continuam existindo [...] (FAUSTO, 1990, p. 247-254).

Na citação do historiador Boris Fausto, destacamos o tenentismo, os quadros políticos tradicionais, Getúlio e as novas oligarquias como forças políticas que disputavam poder logo após 1930 e que Vargas, à frente do governo provisório, tentava equilibrar. Militares e civis em importantes cargos de governo apresentavam diferentes projetos políticos, o que resultava em conflitos permanentes. O primeiro ponto de discórdia foi em relação às novas propostas para a Constituição que deveria substituir a de 1891.

Os setores militares, representados pelos tenentes, desejavam adiar as eleições dos deputados que iriam redigir e aprovar a nova Constituição. Isso significava estender a duração do governo provisório, mantendo o poder centralizado e com autoridade para intervir nos estados. Já os líderes políticos queriam a reorganização imediata das leis do país, com uma nova Constituição que restabelecesse o Poder Legislativo, limitasse a autoridade do Executivo e garantisse os direitos políticos da população. Dessa forma, não haveria mais intervenções diretas do governo federal nos estados.

Ao lado dessa disputa política, a situação econômica do país era afetada pela crise do capitalismo mundial iniciada em 1929. As exportações brasileiras de café caíram drasticamente, gerando a falência de fazendeiros e produtores; bancos e indústrias fecharam as portas; a dívida externa do Estado crescia com força; o desemprego subia nas cidades.

Na tentativa de resolver a crise, o governo comprou as safras de café excedentes e as queimou, buscando elevar o preço do produto e os ganhos dos fazendeiros e do Estado. Ao mesmo tempo, iniciou ações para responder às pressões do movimento operário, que tinha crescido nos anos 1920. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi o primeiro passo

nessa direção, seguida da elaboração de legislação inédita que regulou aposentadoria, criou a carteira de trabalho e medidas de proteção ao trabalho feminino e infantil.

Essa intervenção na economia e nas relações entre patrões e operários desagradou diferentes setores sociais. No poderoso estado de São Paulo, a insatisfação vinha das elites políticas, que viram seu poder político reduzido após 1930 por causa do interventor nomeado por Vargas, mas também de setores médios urbanos, defensores da necessidade de redigir logo uma nova Constituição, e de empresários que se opunham ao avanço da ação dos sindicatos.

Percebendo que a revolta do estado crescia a cada dia, o governo provisório criou, em 1932, a Justiça Eleitoral para organizar as eleições de deputados constituintes no ano seguinte. Atendendo às reivindicações anteriores, estabeleceu-se o voto secreto e a inclusão das mulheres como eleitoras. Ainda assim, os conflitos entre os paulistas e Vargas foram crescendo, resultando num movimento armado contra o governo: a “Revolução Constitucionalista”.

[...] vemos, no primeiro plano, um bandeirante gigante, [...] com a indumentária de sua época, rosto barbado, sério, incisivo e sustentando em uma mão sua arma e na outra um Getúlio Vargas anão, aflito, fraco, preso pelas pernas [...]. Podemos observar também a imagem do presente paulista, representado pelo militar constitucionalista que ergue a bandeira do estado, em que arbitrariamente, o cartazista subtraiu o perfil geográfico do Brasil, que sempre esteve presente na bandeira paulista desde 1888 (OLIVEIRA JUNIOR, 2013, p. 9).



Figura 4.3: Cartaz de propaganda paulista durante a guerra civil de 1932. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_Vargas#/media/Ficheiro:Cartaz_Revolucionário_1.jpg

A guerra civil durou alguns meses e terminou com a derrota dos exércitos paulistas, que não receberam a ajuda esperada de outros estados. Ainda que vitorioso, o governo varguista percebeu as resistências existentes na sociedade brasileira às suas ações e a importância de dar continuidade à normalização política do país. Em 3 de maio de 1933, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, com a escolha de 254 parlamentares: 214, diretamente pelos eleitores e eleitoras, e 40 indicados por sindicatos de patrões e operários legalmente reconhecidos, associações de profissionais liberais e de funcionários públicos. Pela pri-

meira vez, uma mulher foi eleita deputada federal pelo voto direto, a médica paulista Carlota Pereira de Queiróz.

Nos debates para a elaboração da nova Constituição, diferentes forças políticas se enfrentaram. Lideranças com longa trajetória defendiam a autonomia para os estados, enquanto políticos jovens e militares se batiam por um Estado central forte; representantes de trabalhadores e patrões, bem como parlamentares ligados à Igreja Católica e a Getúlio Vargas, buscavam a todo o tempo influenciar e direcionar os debates e votações.

Finalmente, em julho de 1934, o país aprovou a nova Constituição, estabelecendo:

- democracia liberal: divisão de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; direito de voto a homens e mulheres alfabetizados maiores de 18 anos; liberdade de organização de partidos políticos; liberdade de imprensa e de opinião;
- criação da Justiça Eleitoral e determinação do voto direto e secreto;
- leis trabalhistas: salário-mínimo, jornada de trabalho de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa e criação da Justiça do Trabalho.

Certamente, a Constituição de 1934 trouxe algumas mudanças significativas para o país, ainda que a proibição de voto aos analfabetos e militares de baixa patente ainda limitasse bastante o direito de participação dos cidadãos.

O período constitucional (1934-1937) e as lutas políticas

Após a aprovação da nova Constituição, os parlamentares elegeram Getúlio Vargas para a presidência da república, com um mandato que se estenderia até o ano de 1938. Com os direitos garantidos pela lei maior do país, os grupos políticos puderam se articular de maneira mais livre.

A crescente movimentação política popular se traduziu no fortalecimento de movimentos sociais. Entre 1934 e 1935, houve um aumento do número de greves de operários que lutavam para que fosse cumprida a legislação trabalhista aprovada. Novas organizações político-sociais se articulavam em âmbito nacional em diálogo direto com o contexto internacional de ascensão dos governos nazifascistas e do comunismo:

- **Ação Integralista Brasileira (AIB):** fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB foi uma organização inspirada no fascismo europeu que defendeu o estabelecimento de um regime autoritário no Brasil com um Estado forte e uma liderança centralizadora. Os integralistas colocavam-se como nacionalistas extremados, anticomunistas radicais e, também, contrários ao liberalismo. Em poucos anos, a AIB fundou núcleos em centenas de cidades brasileiras, reunindo milhares de militantes com símbolos e uniformes próprios que promoviam marchas públicas e ataques a organizações de esquerda.

#lá na plataforma

Conheça mais sobre a Ação Integralista Brasileira no nosso ambiente virtual.

- **Aliança Nacional Libertadora (ANL):** criada em 1935, a ANL reuniu setores liberais e de esquerda, incluindo sindicatos, para combater a extrema-direita e defender projetos como a reforma agrária e direitos sociais. Como presidente de honra, a ANL escolheu o líder comunista Luiz Carlos Prestes, o que desagradou setores militares e autoridades do governo Vargas. Essa situação se aprofundou quando o Partido Comunista Brasileiro aderiu oficialmente à ANL e Prestes declarou apoio público ao movimento. Em pouco tempo, o governo proibiu o funcionamento da ANL e iniciou uma perseguição a seus membros.
- **A Frente Negra Brasileira (FNB):** criada na cidade de São Paulo em 1931, a FNB reuniu milhares de associados para discutir e lutar pela melhoria das condições de vida da população negra no Brasil, marcadas pela discriminação no mercado de trabalho e pelo racismo. Promovendo diversas ações, como escolas, assistências social e jurídica, publicação de jornais e atividades culturais, a FNB articulou-se como um importante movimento negro, chegando a transformar-se em partido político em 1936. Recebidos por Getúlio Vargas, representantes da FNB tiveram algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros na Guarda Civil de São Paulo.

#lá na plataforma

Abdias Nascimento, uma das grandes lideranças do movimento negro brasileiro, participou dessas movimentações nos anos 1930. Saiba mais sobre ele no nosso ambiente virtual.

Tudo isso nos mostra uma sociedade brasileira vivenciando debates políticos, ideológicos e étnico-raciais de uma forma inédita em meados dos anos 1930. Nas cidades, eram frequentes e cada vez mais violentos os embates entre integralistas e aliancistas. Em novembro de 1935, após a proibição da ANL pelo governo, os militantes comunistas organizaram insurreições em quartéis do Exército: uma na cidade de Natal, no dia 23, quando tomaram o poder na cidade; outra, dois dias depois, eclodiu em Recife; no dia 27, quando um grupo de militares tentou tomar o poder na capital federal, Rio de Janeiro. O movimento, chamado pelas Forças Armadas de Intentona Comunista, acabou sendo derrotado pelas tropas federais e utilizado pelo governo Vargas para reprimir com violência comunistas, sindicatos de trabalhadores e militantes da esquerda em geral.

#lá na plataforma

Conheça a história da prisão do líder comunista Luiz Carlos Prestes e de sua mulher, Olga Benário, no nosso ambiente virtual.

A violência governamental iniciada em fins de 1935 se prolongou nos anos de 1936 e 1937, atingindo pessoas sem envolvimento com as insurreições comunistas, mas que eram opositoras de Vargas. Essa ação repressiva foi apoiada por parte das lideranças políticas, militares e pelos integralistas. Manipulando a ideia de uma “ameaça comunista” ao país, o governo Vargas conseguiu aprovar no Congresso Nacional legislações autoritárias que limitavam os direitos da população. Em 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, um órgão judiciário de exceção que julgava pessoas acusadas de crimes contra o país. Assim, Vargas e seus assessores foram eliminando do cenário político muitos de seus adversários e fortalecendo o apoio de parte da sociedade a um Estado autoritário.

O ponto final desse movimento se deu em novembro de 1937, durante a preparação para as eleições presidenciais de 1938. Com o apoio do Exército e divulgando uma notícia falsa que afirmava haver um plano comunista para tomar o poder no Brasil, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado. As eleições foram suspensas. O Congresso Nacional e os partidos políticos, dissolvidos. A Constituição de 1934 não mais existia. O poder se concentrava de forma radical nas mãos do presidente da república, numa ditadura que foi nomeada como Estado Novo.

O Estado Novo (1937 a 1945)

Quando deu o golpe de 1937, o governo Vargas já tinha uma nova legislação de organização do país preparada, que veio a ser a Constituição de 1937. Claramente inspirada nos regimes ditatoriais existentes na Europa e nas Américas, sua principal característica foi a centralização de poderes nas mãos do chefe do Executivo, que voltava a ter o poder de nomear os governadores estaduais; a esses, por sua vez, cabia nomear as autoridades municipais. Dessa forma, estabeleceu-se um controle dos cargos políticos que partia da presidência da república e seguia até os municípios no qual apenas as oligarquias regionais aliadas mantinham seu espaço de atuação e poder.

Outros mecanismos de controle social estabelecidos durante o Estado Novo foram:

- o fortalecimento de órgãos de espionagem e repressão que buscavam identificar focos de crítica ao governo. A perseguição no ambiente de trabalho, as prisões políticas e a tortura foram utilizadas como políticas de Estado para combater a oposição e amedrontar a população;

- a criação de órgãos para controlar ideias e pensamentos na sociedade. Esses órgãos atuavam na censura aos meios de comunicação, à educação e às manifestações artísticas e produziam materiais de propaganda política para conquistar apoio social;
- a organização sindical em moldes corporativos, subordinando as lutas dos trabalhadores ao comando do Estado.

#lá na plataforma

Um dos principais órgãos do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Saiba mais sobre ele no nosso ambiente virtual.

Política econômica do primeiro governo Vargas (1930 a 1945)

Os anos 1930 marcaram uma mudança na ação do Estado brasileiro em relação à economia, com a maior intervenção estatal nas atividades econômicas, medidas de estímulo ao processo de industrialização e defesa do nacionalismo. Mas a primeira tarefa do governo, em 1930, era encontrar soluções para a crise econômica ocorrida após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929.

A queda nas exportações dos produtos brasileiros, sobretudo o café, acarretou a diminuição dos impostos recolhidos pelo Estado e comprometeu o pagamento da dívida externa. Nesse cenário, ainda foi necessário investir grandes recursos para enfrentar uma grande seca no Nordeste do país. A reação do governo varguista foi suspender os pagamentos e renegociar a dívida com os banqueiros internacionais, o que gerou resultados positivos nos anos seguintes.

Uma das políticas implementadas pelo governo Vargas para garantir o desenvolvimento econômico foi incentivar a produção de outros gêneros, além do café. Vários órgãos foram criados – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Cacau da Bahia, Instituto Nacional do Açúcar e Alcool, Instituto do Mate e Instituto do Sal – com a função de promover estudos e ações para o crescimento dessas atividades.

A diversificação econômica também significou a elaboração de políticas voltadas para o investimento na industrialização, vista como atividade central para o desenvolvimento do país. Assim, o modelo agrário exportador, até então preponderante, deveria coexistir com o foco na industrialização, aproveitando a base fabril já instalada nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Buscando criar condições favoráveis à industrialização, o Estado desenvolveu ações como:

- protecionismo alfandegário: aumento das tarifas de importação de produtos industrializados que já eram produzidos no país, garantindo o mercado consumidor interno para as fábricas nacionais;
- criação de órgãos estatais para o controle/monopólio dos recursos fundamentais para a industrialização como as fontes de energia (petróleo e bacias hidrográficas) e as riquezas do solo (carvão e ferro, entre outros);
- criação de indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional, produtora do aço utilizado em indústrias privadas;
- oferecimento de linhas de crédito para a implantação de novas indústrias;
- políticas de qualificação de mão de obra como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Mas é importante destacar: boa parte dos recursos que sustentaram os investimentos do governo Vargas na economia vinham da exportação de café e outros gêneros alimentícios. Assim, essas atividades continuaram ocupando um espaço fundamental na economia brasileira.

A construção do trabalhismo

As ações do governo Vargas também se estenderam ao campo das relações trabalhistas, como já indicamos. Nessa área, elas apresentaram um objetivo político muito específico: ao mesmo tempo em que o governo estabeleceu benefícios reais aos trabalhadores, defendeu a ideia de que eles foram uma concessão de Getúlio Vargas, buscando estabelecer um vínculo de gratidão e fidelidade entre ele e a classe trabalhadora. A dinâmica política construída a partir dessa associação é o que chamamos de trabalhismo.

Na propaganda governamental, ser cidadão era possuir os direitos sociais estabelecidos em lei pelo governo: a carteira de trabalho, o salário-mínimo, o direito à aposentadoria, às férias, ao descanso semanal, à jornada de oito horas diárias, a proteção contra a demissão... Todas essas leis foram reunidas no documento intitulado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

Na construção dessa dinâmica trabalhista, além dos benefícios materiais, houve também um esforço do governo de valorizar socialmente o trabalhador manual, definindo-o como uma pessoa honrada e cidadão “de bem”. Ser trabalhador e ter a carteira de trabalho assinada eram símbolos de uma pessoa digna de respeito.

#lá na plataforma

Você já ouviu falar de Laudelina de Campos Melo? Ela foi uma importante militante do movimento negro e pelos direitos das empregadas domésticas nos anos 1930. Conheça mais sobre essa mulher incrível no nosso ambiente virtual.

Entretanto, os direitos sociais estabelecidos ao longo do governo Vargas encontravam vários limites. Em primeiro lugar, eles só estavam disponíveis para os trabalhadores ligados aos sindicatos legalizados – aqueles que eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que fiscalizava suas atividades e controlava suas filiações – que não podiam fazer propaganda política. Nesse sentido, a estrutura varguista limitou a liberdade dos sindicatos e seus filiados. Esse controle ficou ainda mais forte no Estado Novo, com a criação de órgãos do governo nos quais representantes dos patrões e trabalhadores tinham suas negociações mediadas pelo Estado.

Um segundo limite muito importante foi a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação social. Assim, a maioria da classe trabalhadora brasileira, formada por camponeses, posseiros, arrendatários e trabalhadores assalariados de fazendas, permaneceu sem garantias de salário-mínimo ou aposentadoria e sem o direito de sindicalização. No campo brasileiro, a exploração sem limites da mão de obra pelos donos das terras permaneceu por mais duas décadas.

#lá na plataforma

Os meios de comunicação foram intensamente utilizados pela ditadura do Estado Novo para forjar a imagem pública de Getúlio Vargas. Saiba mais sobre esse assunto no nosso ambiente virtual.

A legislação trabalhista foi bem recebida pelos trabalhadores, mas o mesmo não se deu com os empregadores. Por isso, foram estabelecidos mecanismos de negociação entre sindicatos e patrões como a Justiça do Trabalho, o principal órgão de mediação dos conflitos trabalhistas.

A crise do Estado Novo

Por tudo que discutimos até agora, o governo Vargas parecia ter conseguido controlar totalmente a sociedade brasileira. Censura aos meios de comunicação, ações de espionagem e repressão, repressão aos sindicatos rebeldes... Entretanto, a partir do ano de 1942, começaram a surgir núcleos de oposição em um novo cenário resultante da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados.

Em 1943, estudantes secundários e universitários começaram a se manifestar publicamente, colocando-se a favor da democracia e contra os regimes nazifascistas europeus. Ao mesmo tempo, lideranças políticas e intelectuais desafiaram a censura governamental e os órgãos de repressão, divulgando publicamente manifestos com críticas ao governo ditatorial.

O governo intensificou as ações para fortalecer a ligação de Getúlio Vargas com os trabalhadores. Um dos meios para alcançar esse objetivo foi a criação de um programa de rádio, *A hora do Brasil*, no qual eram divulgadas incessantemente as decisões do presidente em favor dos setores populares.

As pressões para a redemocratização do país se intensificaram conforme as tropas aliadas, incluindo os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), avançavam na luta contra as tropas nazistas na Europa. A oposição iniciou uma atuação mais agressiva e se aproximou de setores militares, lançando o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, um antigo tenente, como candidato à sucessão de Vargas.

Respondendo às reivindicações da oposição e buscando se posicionar no jogo político, o governo Vargas publicou no início de 1945 uma nova legislação que determinava a realização de eleições presidenciais e parlamentares. As forças políticas começaram, então, a se articular para criar agremiações políticas e indicar candidatos. De início, surgiram três partidos:

- União Democrática Nacional (UDN): opositores de Vargas, de diferentes tendências ideológicas;
- Partido Social Democrático (PSD): lideranças estaduais ligadas a Vargas;
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho varguista.

Vargas e seus aliados tentavam garantir ao líder gaúcho a possibilidade de se manter no poder. Alguns deles começaram a articular mobilizações públicas nas quais, utilizando o slogan “Queremos Getúlio”, os participantes defendiam a permanência de Getúlio no poder até que uma nova Constituição fosse aprovada.

Essas mobilizações tiveram grande repercussão entre os trabalhadores urbanos, transformando-se num movimento intitulado “queremismo”. Mas também fizeram com que muitas lide-

ranças militares e políticas se afastassem de Vargas, ainda mais quando o líder comunista, Luís Carlos Prestes, o preso político mais conhecido, foi libertado e declarou-se favorável à permanência de Vargas.

Nesse contexto, em outubro de 1945, oficiais militares, aliados a forças políticas de oposição, impuseram pela força a saída de Getúlio Vargas da presidência da república. Mas o calendário eleitoral foi mantido e, em dezembro de 1945, eleitores e eleitoras escolheriam pelo voto direto o novo presidente da República.

Resumo

- No final da década de 1920 o Brasil viveu uma crise política caracterizada pela disputa entre oligarquias estaduais e agravada pela crise econômica de 1929, criando o contexto político que levou ao movimento armado de 1930, também conhecido como “Revolução de 1930”.
 - Após a liderança de Getúlio Vargas, assumindo o poder em 1930, o governo enfrentou os primeiros desafios de conciliar as forças políticas que o apoiavam – tenentes e classe média urbana – e implementou suas primeiras reformas, criando uma assembleia constituinte.
 - Para permanecer 15 anos no poder, o governo Vargas foi caracterizado por medidas que concentravam poderes nas mãos do presidente da república, como: fechamento do Poder Legislativo, intervenção nos estados e controle dos sindicatos e trabalhadores.
 - As estratégias econômicas do governo Vargas para recuperar o país criou instituições que pretendiam reforçar a produção de café sem esquecer de outros produtos importantes para o mercado interno e externo, como o sal e o álcool. Essas políticas de diversificação da produção agrícola não impediram o importante incentivo à industrialização no país.
 - Outra importante estratégia do governo foi utilizar o trabalhismo, estabelecendo uma relação das ações do governo com apoio da massa de trabalhadores. Essa atitude aproximava o governo dos trabalhadores e dava a popularidade que Vargas precisava naquele momento, inclusive para enfrentar uma forte oposição ao seu governo: a Ação Integralista Brasileira; a Aliança Nacional Libertadora e a Frente Negra Brasileira.
 - Para conter a oposição, Vargas decretou o Estado Novo, inaugurando uma ditadura que perseguiu seus opositores e implementou duras sanções aos direitos humanos. Esse contexto não perdurou muito; até que o regime ditatorial ficou insustentável e Vargas teve que estabelecer novas eleições.
-

Atividade

Observe com atenção a charge a seguir:



Autoria: Belmonte. Fonte: <https://apps.tre-pe.jus.br/publico/cemel/assets/images/charge-a-vontade-do-fregues-1-800x587.jpg>

A charge apresenta Getúlio Vargas em três momentos distintos do seu governo. Identifique e caracterize que momentos são esses.

Resposta comentada

A charge apresenta Vargas em três momentos diferentes que podem ser identificados de acordo com o ano e a vestimenta em cada quadrinho. A primeira imagem apresenta Vargas em 1931, logo após o movimento armado de 1930, em que sua maior base de apoio para tomar o poder vinha dos tenentes e Vargas aparece vestido com uniforme militar. A segunda imagem apresenta Vargas em 1935, logo após a promulgação da Constituição de 1934, vestindo um fraque e representando um político liberal. Na terceira imagem, Vargas aparece usando um uniforme com a letra sigma na gravata, que representa um símbolo da extrema-direita e de ordem fascista, em 1937, quando ele estabelece o Estado Novo, regime de caráter ditatorial.

Referências

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio R. de. Convencimento e emoção: a força da imagem-propaganda no movimento constitucionalista de 1932. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto/MG. *Anais...* Ouro Preto/MG: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/convencimento-e-emocao-a-forca-da-imagem-propaganda-no-movimento-constitucionalista-de-1932>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Direitos humanos, Guerra Fria e as lutas de libertação na Ásia e na África após 1945

05

meta

Analisar os principais aspectos dos processos históricos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial: a emergência do tema dos direitos humanos, a Guerra Fria e as lutas de libertação na Ásia e África.

objetivo

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- identificar as principais proposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, relacionando-as às experiências vividas durante a Segunda Guerra Mundial e à dominação imperialista;
- caracterizar a Guerra Fria como um período específico das relações internacionais;
- explicar as lutas de libertação das colônias europeias na Ásia e na África, considerando seus elementos ideológicos e políticos e o contexto internacional após 1945;
- apresentar os principais aspectos da construção do socialismo na China.

Introdução

A primeira metade do século XX foi marcada por revoluções, ditaduras e guerras que resultaram em milhões de mortos e feridos e em imensa destruição material. As bombas atômicas lançadas em 1945 revelaram um grande poderio bélico dos Estados Unidos e, também, que as novas tecnologias ameaçavam a vida no planeta. Na Europa, as provas do genocídio promovido pelo regime nazista contra grupos específicos, sobretudo de origem judaica, se avolumavam.

Ao mesmo tempo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) surgia em 1945 como um Estado central nas relações internacionais, reforçando o socialismo como projeto alternativo ao capitalismo. Na Ásia e na África, movimentos de libertação reivindicavam o fim da dominação imperialista, confrontando o racismo e as grandes potências europeias.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, novos processos históricos se desenvolveram em todo o mundo, que é o palco das discussões dessa unidade, como mostra o mapa abaixo:

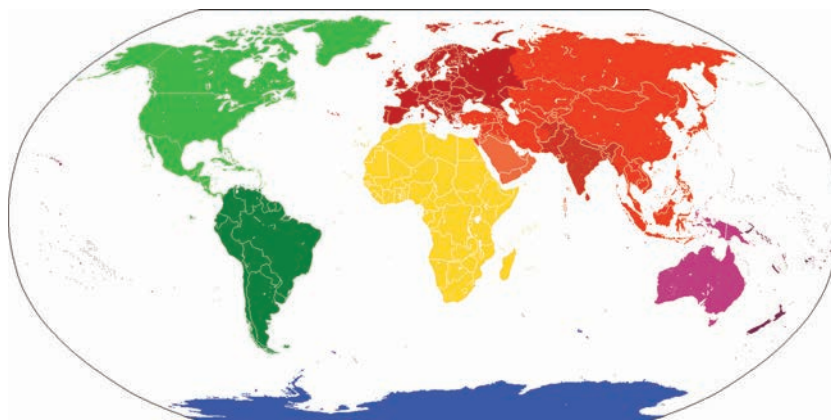


Figura 5.1. Regiões envolvidas na Guerra Fria e nas lutas de libertação afroasiática.

Direitos humanos, Holocausto e a luta contra o racismo

Artigo 1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. [...]

Artigo 3 Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4 Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5 Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

[...]

Artigo 19 Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

[...]

Artigo 23 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. [...] 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Os artigos citados fazem parte da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e proclamada em 10 de dezembro de 1948. *Declaração universal... Direitos humanos... Nações unidas...* Essas palavras, já conhecidas, trouxeram novas propostas para as relações entre as pessoas e entre os países. Com certeza, você já ouviu algumas delas e é importante conhecer um pouco mais dessa história.

Após a Primeira Guerra Mundial, houve um esforço coletivo para a criação de um órgão internacional que buscasse solucionar as disputas entre os países através do diálogo e da diplomacia – a *Sociedade ou Liga das Nações*. Na década de 1930, esse órgão não conseguiu evitar um novo conflito, mas a iniciativa retornou com força ao final da Segunda Guerra e, em 1945, foi criada a ONU, tendo o Brasil como um de seus fundadores.

#lá na plataforma

Atualmente, 193 países integram a ONU, que se divide em diferentes órgãos, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), bastante atuante durante a pandemia de Covid-19. Saiba mais sobre a ONU e suas ações no nosso ambiente virtual.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada três anos após a criação da ONU e, para entender como ela surgiu, é preciso voltar às experiências dos regimes nazifascistas, da Segunda Guerra Mundial e do imperialismo na África e Ásia. Esses processos históricos colocaram em confronto diferentes sociedades e culturas e se caracterizaram pela prática de diferentes tipos de violência, que resultaram em sofrimentos imensos e em milhões de pessoas exploradas, torturadas e mortas.

O racismo esteve presente nessa história e, muitas vezes, foi usado como justificativa para as violências praticadas. No caso do imperialismo, o domínio imposto sobre africanos e asiáticos se sustentou na crença europeia de que essas pessoas pertenciam a raças biologicamente inferiores, sendo incapazes de desenvolver-se sem a ação dos indivíduos brancos.

As ideias racistas, bastante disseminadas na Europa e Américas desde o século XIX, ganharam um novo caráter sob o nazismo, que defendeu a superioridade racial dos alemães diante de pessoas de origem judaica, povos ciganos e eslavos, negros, dentre outros... No governo nazista, essa ideologia levou ao estabelecimento de critérios de “pureza racial” e gerou leis que privaram os alemães considerados inferiores de direitos como atuar em algumas profissões e se casar com pessoas consideradas racialmente superiores.

Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu e os exércitos nazistas se expandiram sobre a Europa, a perseguição aos judeus e aos povos eslavos tornou-se uma política oficial nos territórios dominados. Em alguns deles, a população judaica foi obrigada a se mudar para pequenas áreas delimitadas, os guetos; em outros, comunidades inteiras foram assassinadas. Por fim, o regime nazista determinou que toda a população judaica fosse enviada para prisões específicas, localizadas principalmente no leste da Europa – os campos de concentração e de extermínio, para onde também foram encaminhados outros grupos de prisioneiros.

Nesses locais, os judeus foram obrigados a trabalhar em condições subumanas, ajudando no esforço de guerra nazista. Cerca de seis milhões foram assassinados em razão da fome, das epidemias e, de maneira planejada e sistemática, nas câmaras de gás.



Figura 5.2. Chegada de judeus húngaros no campo de extermínio Auschwitz II-Birkenau (Polônia), em maio de 1944. No primeiro plano, estão oficiais nazistas e prisioneiros do campo (roupas listradas). Parte dos recém-chegados é dividida em dois grupos: à esquerda, mulheres e crianças; à direita, homens. Nesse período, dezenas de milhares de pessoas eram assassinadas diariamente nas câmaras de gás existentes no campo. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Auschwitz#/media/Ficheiro:Selection_on_the_ramp_at_Auschwitz-Birkenau,_1944_\(Auschwitz_Album\)_1a.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Auschwitz#/media/Ficheiro:Selection_on_the_ramp_at_Auschwitz-Birkenau,_1944_(Auschwitz_Album)_1a.jpg).

>> saiba mais

O termo Holocausto é usado, sobretudo a partir da década de 1980, para se referir ao extermínio em massa da população judaica praticado pelo Estado nazista. Em Israel, Estado criado em 1948 na região da Palestina (Oriente Médio) e composto por pessoas de origem judaica de várias partes do mundo, o termo utilizado é Shoah, palavra hebraica que significa “destruição” e “catástrofe”.

O Holocausto, as bombas atômicas, os bombardeios aéreos e as batalhas deixaram marcas profundas nas populações da Europa e do Japão, assim como o racismo e a exploração dos recursos humanos e econômicos pelas nações imperialistas nas sociedades africanas e asiáticas. Foi nesse contexto que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi aprovada. Se você reler os artigos que reproduzimos, perceberá que eles ecoam claramente as violências e sofrimentos vividos pelas pessoas – a discriminação e a violência racial; as perseguições de cunho religioso, aos homossexuais, aos opositores políticos e a determinadas etnias; a exploração da força de trabalho e o assassinato nos campos nazistas e nas áreas colonizadas.

Todos os países-membros da ONU se comprometem com o que está estabelecido na declaração, ainda que seus artigos sejam descumpridos em vários deles – incluindo o Brasil, onde sobrevivem práticas recorrentes de tortura, de discriminação racial, de gênero, de classe e de religião. Apesar disso, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* expressa o compromisso coletivo e é um mecanismo de pressão para que os governos respeitem e promovam os direitos das pessoas, tendo o objetivo de protegê-las do autoritarismo e da violência.

Desde os anos 1940, a ideia de *direitos humanos* está presente em movimentos sociais que reivindicam liberdade, independência e igualdade e que combatem o racismo e outras formas de discriminação. E ela está presente, também, nos processos históricos que vamos tratar nas próximas páginas.

lá na plataforma

A história dos direitos humanos não começou e nem acabou em 1948. Aprenda mais sobre isso na linha do tempo que está no nosso ambiente virtual.

A Guerra Fria (1947–1991)

Leia os textos a seguir e busque identificar pontos de semelhança e diferença:

**Harry Truman, presidente dos EUA,
12.03.1947**

No atual momento da história do mundo quase todas as nações têm de escolher entre dois modos de vida alternativos. E essa escolha não é, normalmente, livre.

Um dos modos de vida baseia-se na vontade da maioria e distingue-se pelas suas instituições livres, por um governo representativo, por eleições livres, pelas garantias de liberdade individual, de expressão e de religião e pela ausência de opressão política. O segundo modo de vida baseia-se na vontade da minoria imposta pela força à maioria. Assenta no terror e na opressão, numa imprensa e rádio controlados, em eleições viciadas e na supressão das liberdades individuais.

Penso que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que se encontram a desenvolver ações de resistência contra as tentativas de subjugação lançadas por minorias armadas e apoiadas por pressões externas.

**Andrei Jdanov, terceiro secretário do
Partido Comunista da URSS,
22.09.1947**

As potências que atuam no teatro mundial agrupam-se em dois campos distintos: o campo imperialista e antidemocrático de um lado; o anti-imperialista e democrático de outro.

Os Estados Unidos são a principal força dirigente do campo imperialista [...]. O seu objetivo consiste no fortalecimento do imperialismo, na preparação de uma nova guerra imperialista, na luta contra o socialismo e a democracia, assim como no apoio a todos os regimes e movimentos reacionários, antidemocráticos e pró-fascistas. [...] O campo anti-imperialista apoia-se no movimento operário e nos movimentos democráticos de todos os países, nos Partidos Comunistas irmãos, nos movimentos de libertação dos países coloniais e dependentes. (...) E à União Soviética e à sua política externa que pertence o papel dirigente na concretização desta tarefa primordial do pós-guerra.

Fonte: MOREIRA, 2020, p. 49, grifos nossos.

No item anterior, discutimos iniciativas voltadas para a criação de órgãos e documentos que reuniam os Estados em ações coletivas. Já os dois textos apresentados apontam para aspectos diferentes da História após 1945: a oposição entre capitalismo e socialismo e entre Estados Unidos e URSS, vistos como superpotências no cenário internacional.

A bipolaridade nas relações internacionais

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra bastante fortalecidos e sem nenhum ataque grave em seu território. Durante o conflito, forneceram à Europa mercadorias industrializadas e agrícolas necessárias para a manutenção da guerra e o abastecimento da população, o que os tornou a economia capitalista mais poderosa. A hegemonia norte-americana também se baseava no poder bélico e militar, demonstrado pelas bombas nucleares lançadas sobre o Japão. Por isso, os Estados Unidos tornaram-se figuras centrais em todos os acordos diplomáticos feitos a partir de 1945.

A União Soviética também saiu do conflito como uma potência militar e política, apesar dos cerca de 20 milhões de mortos e da destruição causada pela guerra. Os “exércitos vermelhos”, como eram chamadas suas tropas, derrotaram os alemães em seu território e no leste europeu. Os países situados nesta porção da Europa foram, então, ocupados e reconhecidos por outros países como área de influência soviética. Ao mesmo tempo, crescia o apoio popular aos partidos comunistas, que haviam se colocado contra a guerra. Assim, de um país isolado até 1939,

lutando para construir um regime socialista num continente hostil, os soviéticos passaram a ser vistos como os defensores da liberdade contra o nazismo e como potência política importante.

Consolidavam-se, então, duas novas potências mundiais – Estados Unidos e URSS – com sistemas políticos e econômicos muito diferentes. Após 1945, a relação entre elas rapidamente evoluiu da aliança contra o nazismo para o enfrentamento entre capitalismo e socialismo.

Para outros países, era muito difícil manter-se fora da influência de uma das duas potências, que os pressionavam continuamente para aliar-se a um lado. A ordem internacional, portanto, foi marcada por uma *bipolaridade* que caracterizou o período chamado de Guerra Fria e pode ser destacada nas falas de Truman e Jdanov que iniciaram esse item.

Os principais aspectos da Guerra Fria

A oposição e a disputa entre URSS e Estados Unidos se manifestaram na economia, na política internacional, nas ideologias e na competição tecnológica e bélica. Porém, as superpotências nunca se enfrentaram numa guerra direta. Antes, estimularam e participaram de muitos conflitos em outros países do mundo. Alguns desses processos estão identificados no mapa da **Figura 5.3**:

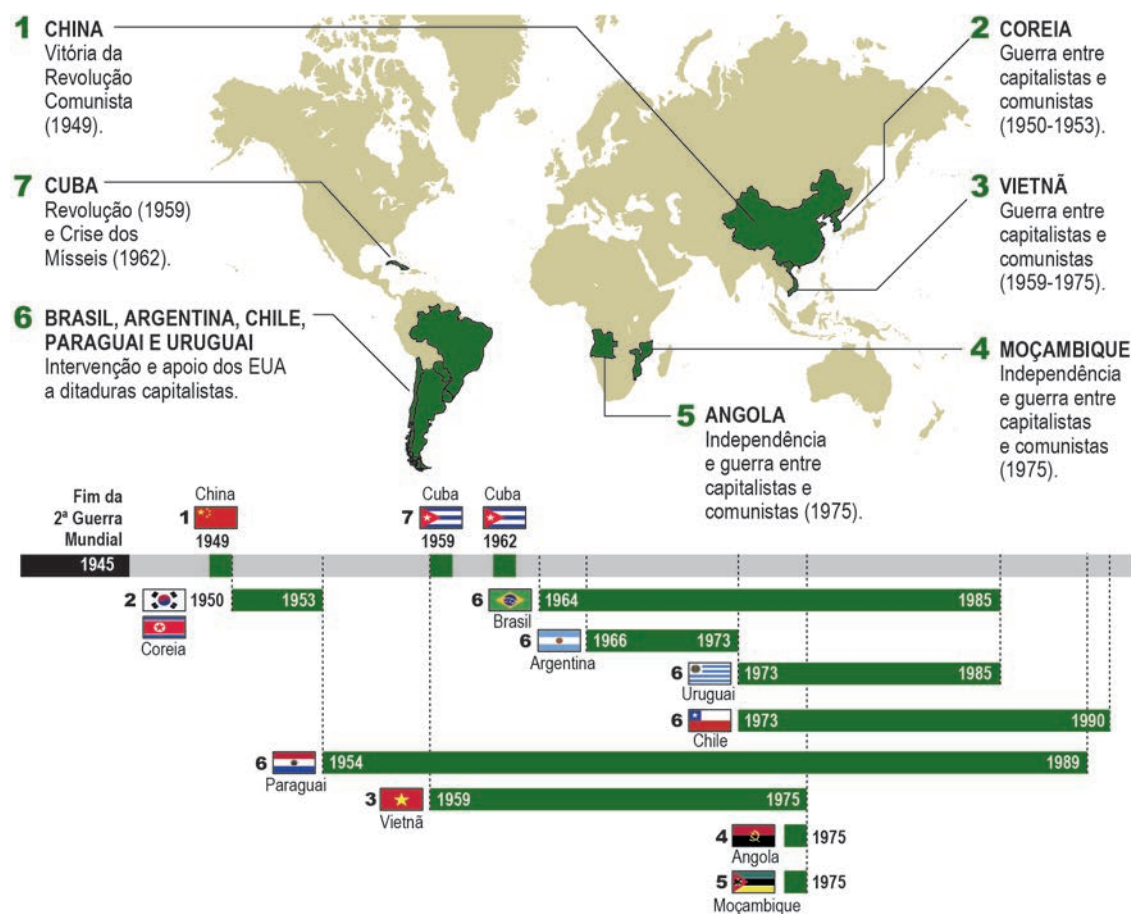


Figura 5.3. Disputas da Guerra Fria.

#lá na plataforma

No nosso ambiente virtual, você encontra informações sobre cada um dos processos e conflitos identificados no mapa anterior.

- Diferentes fases de enfrentamento: a partir de fins da década de 1940, as tensões entre as superpotências cresceram. Mas, em meados dos anos 1950, os governos norte-americano e soviético buscaram estabelecer canais de diálogo, inclusive em relação à produção de armamentos nucleares. Esse período ficou conhecido como Coexistência Pacífica. Na década de 1960, porém, os conflitos voltaram a se fortalecer, levando a novos confrontos.
- Órgãos de espionagem: os Estados Unidos desenvolveram a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), e a URSS, o Comitê de Segurança do Estado (*Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* – KGB). Agentes desses órgãos atuaram em vários países, recebendo a colaboração dos serviços de informação locais e criando uma rede internacional de espionagem e intervenção direta nos conflitos locais.
- Corrida armamentista: até 1949, a tecnologia das armas nucleares era dominada somente pelos Estados Unidos. Naquele ano, a URSS declarou ter condições de produzir essas armas. A partir de então, soviéticos e norte-americanos iniciaram uma corrida bélica ao final da qual possuíam arsenais compostos por bombas capazes de destruir todo o planeta. Várias vezes!

- A corrida espacial e a propaganda: Estados Unidos e URSS investiram muitos recursos no desenvolvimento de tecnologia espacial e cada conquista era divulgada como uma demonstração do sucesso científico e tecnológico do sistema capitalista ou comunista. Em 1957, a União Soviética enviou ao espaço o primeiro satélite artificial – Sputnik – e, quatro anos depois, o cosmonauta Yuri Gagarin foi o primeiro homem a viajar pelo espaço. Em 1969, foi a vez de os Estados Unidos ganharem destaque, quando o astronauta Neil Armstrong pisou na Lua.

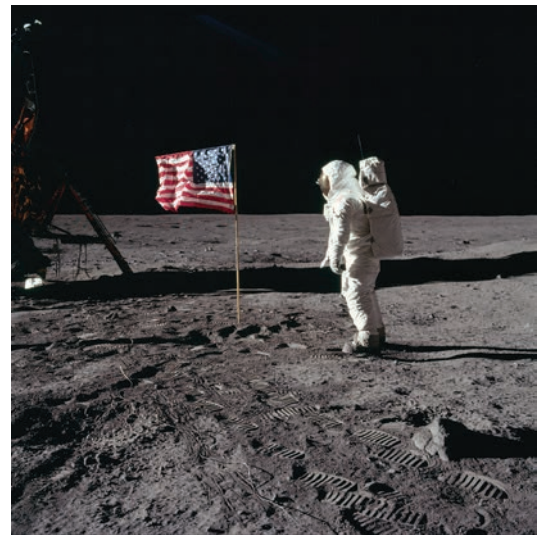


Figura 5.4. A chegada do homem à Lua, 20 de julho de 1969. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Buzz_salutes_the_U.S._Flag.jpg.

A Guerra Fria na Europa

Os primeiros confrontos da Guerra Fria aconteceram na Europa. Na Grécia, o movimento comunista que se organizara para lutar contra a ocupação nazista buscava tomar o poder. Na Alemanha, os países que ocupavam e administravam o país – França, Inglaterra, Estados Unidos e URSS – se desentendiam cada vez mais. Na França e Itália, líderes comunistas eram afastados dos governos.

A URSS buscou fortalecer sua hegemonia na Europa Oriental, ocupada pelos exércitos vermelhos desde a guerra. Para isso, os políticos comunistas locais foram ocupando as posições mais importantes nos governos e conduzindo seus países para a implantação de regimes socialistas. Nesse processo, precisaram controlar outras forças políticas, o que foi feito, em alguns casos, com o uso da força pelas forças militares soviéticas. Os Estados socialistas no Leste europeu ficaram conhecidos pelo nome de “democracias populares” e se organizaram a partir da coletivização da propriedade e do controle autoritário do Estado e dos partidos comunistas sobre as atividades políticas, econômicas e culturais.

#lá na plataforma

Nesse momento, a URSS era governada por Joseph Stalin, cujo governo se caracterizava pela perseguição violenta a quem fosse suspeito de divergir de suas ideias. Em nosso ambiente virtual, você encontra materiais sobre as políticas de repressão implementadas pelo governo de Stalin na URSS.

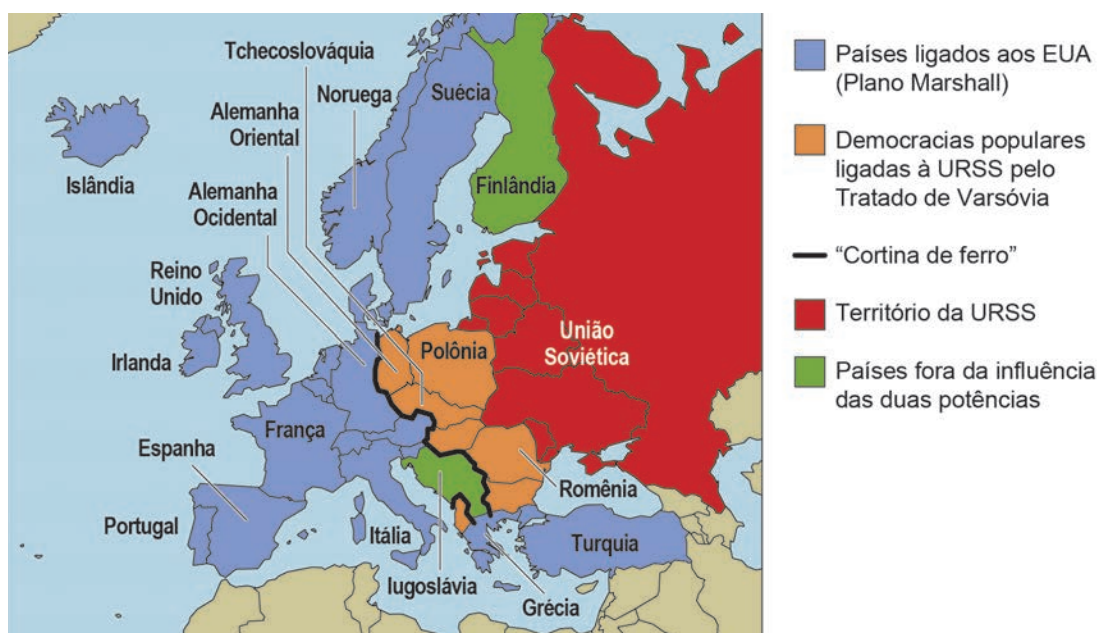


Figura 5.4. Divisão entre capitalismo e socialismo na Europa.

Na Alemanha, a manutenção do governo conjunto formado por URSS, França, Inglaterra e EUA, em 1949, deu origem a uma divisão do país! A parte oriental transformou-se na República Democrática Alemã (RDA), comunista e sob influência soviética, e as áreas sob autoridade dos países capitalistas deram origem à República Federal da Alemanha (RFA).

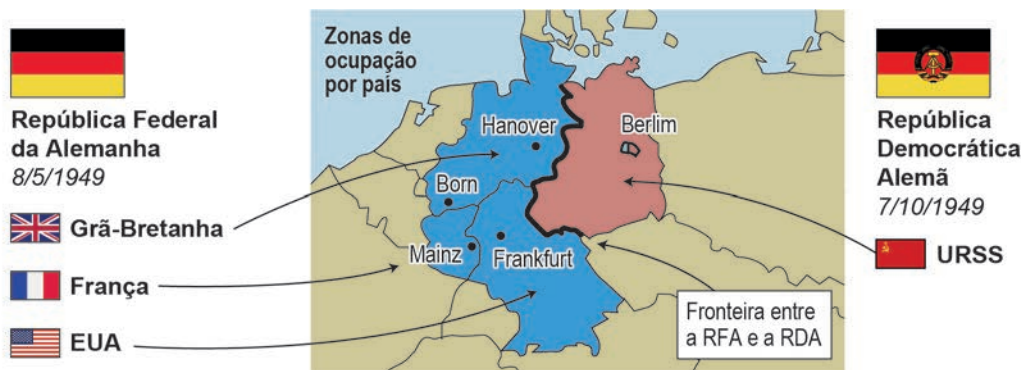


Figura 5.5. Mapa da Alemanha dividida entre 1945 e 1990.

>> saiba mais

A cidade de Berlim se localizava na República Democrática Alemã, mas também se dividia em uma parte capitalista e outra socialista. Até 1961, os moradores puderam se movimentar pela cidade, mas, nesse ano, o governo comunista determinou a construção de um muro em torno do setor capitalista que impediu a livre circulação das pessoas. O muro de Berlim foi um dos maiores símbolos da Guerra Fria e sua derrubada, em 1989, marcou o fim desse período, segundo alguns historiadores.

Para garantir o domínio sobre suas áreas de influência na Europa, Estados Unidos e URSS utilizaram diferentes mecanismos, destacados na tabela a seguir:

Tabela 5.1: Alianças econômicas e militares da Guerra Fria na Europa

	ESTADOS UNIDOS	URSS
AÇÕES ECONÔMICAS	Plano Marshall: doações e empréstimos a juros baixos para estimular a recuperação econômica europeia. Isso garantiu aos EUA mercado consumidor para suas mercadorias, oportunidades de investimento e liberdade para atuação de suas empresas.	Conselho de Ajuda Econômica Mútua (Comecon): estímulo à cooperação econômica e tecnológica entre países comunistas e criação de planos conjuntos de desenvolvimento, ligados à economia da URSS.
AÇÕES MILITARES	Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), 1949: tropas e bases militares conjuntas acionadas em caso de ameaça.	Pacto de Varsóvia, 1955: tropas e bases militares conjuntas acionadas em caso de ameaça.

O desenvolvimento da economia capitalista na Europa, após 1945, baseou-se na maior intervenção do Estado, reduzindo a influência das ideias liberais. Isso se concretizou na criação de empresas estatais, no maior controle das empresas privadas, no investimento público em programas de transportes, educação, saúde e habitação popular e na adoção de leis de proteção social – como seguro-desemprego e auxílios específicos. Essas iniciativas constituíram o que ficou conhecido como *Estado de Bem-Estar Social*, que buscou assegurar a todos os cidadãos *direitos* como alimentação, educação, saúde e renda mínima.

Na URSS, os planos de desenvolvimento quinquenais, estabelecidos em fins dos anos 1920, levaram à implantação de indústrias de base e da infraestrutura de transporte e energia. De 1950 e 1960, esse processo prosseguiu e as taxas de crescimento médio anual do produto industrial foram de 9,3%. No início da década de 1970, o país era visto como um caso bem-sucedido de industrialização.

O processo soviético estimulou o desenvolvimento de parques industriais em países da Europa Oriental, cujas economias se ligavam diretamente à URSS, levando a um aumento do número de operários, bem como à intensificação da urbanização e da escolaridade básica. Propiciou também o surgimento de instituições de educação técnica e superior, que tinham a função de formar mão de obra capacitada a trabalhar nas fábricas. Assim, também as sociedades comunistas europeias passaram por importantes transformações econômicas e sociais após a Segunda Guerra Mundial.

>>saiba mais

Ao longo da Guerra Fria, era fundamental para a URSS manter sua área de influência no Leste europeu, controlando movimentos que contestassem sua liderança. Foi o que ocorreu durante uma greve na Alemanha Oriental, em 1953, na Polônia e na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia (Primavera de Praga), em 1968. Nos três casos, movimentos de reforma surgidos no interior dos partidos comunistas, que defendiam mudanças no socialismo, conquistaram apoio popular, mas foram duramente reprimidos pelas tropas militares do Pacto de Varsóvia.

As lutas pela libertação da Ásia e África

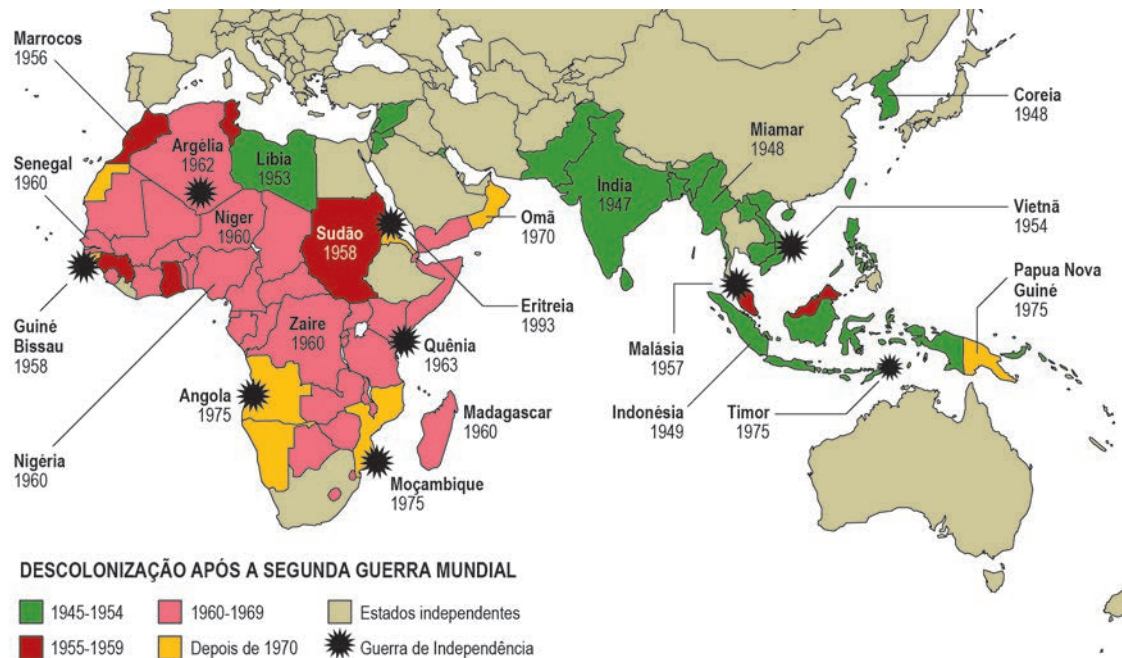


Figura 5.6. Data de independência das colônias africanas e asiáticas.

Observe com atenção as informações apresentadas no mapa: o surgimento de novos Estados nos continentes asiático e africano e quando isso ocorreu. Vemos que esse processo foi intenso na Ásia logo após 1945, alcançando com força a África na década de 1960. Relacionando-se, assim, com o que discutimos sobre o debate internacional acerca dos direitos humanos e as disputas da Guerra Fria.

Todavia, a libertação das colônias na África e Ásia de suas metrópoles, que levou à criação de novos Estados, foi conquistada através das lutas construídas por suas populações. Foi resultado, portanto, das ações de africanos e asiáticos que se desenvolveram nos campos político, cultural, militar, ideológico e diplomático.

As resistências ao imperialismo

Movimentos de resistência ao imperialismo foram constantes desde fins do século XIX e nós vimos alguns deles na Unidade 1. A partir da década de 1920, essas ações se fortaleceram, como mostram os exemplos a seguir:

- **Congo Belga (atual República Democrática do Congo):** Samuel Kimbango fez do discurso religioso sua base e sua arma de luta. Ele foi o líder de uma revolta severamente reprimida e que deu origem a uma religião de contestação ao colonialismo.
- **Nigéria:** na área iorubá, mulheres comerciantes organizaram um boicote aos impostos cobrados pelos colonizadores ingleses e seus aliados locais, o que fez parar os mercados nas cidades.
- **Índia:** Mahatma Gandhi iniciou as primeiras campanhas de questionamento à autoridade britânica, baseando-se nos princípios da não violência e da **desobediência civil**.

Fora das áreas colonizadas, africanos e asiáticos que viviam em Londres, Lisboa e Paris também se articulavam... Muitos deles frequentavam cursos universitários e desempenharam um papel fundamental, organizando congressos internacionais, partidos políticos e associações e publicando jornais e livros que defendiam a causa da libertação.

Eles foram importantes na produção de um pensamento anticolonial que condenou duramente o racismo que regia as relações entre europeus e os “povos de cor” e buscou unir asiáticos e africanos em torno de causas e inimigos comuns. Aqui, a denúncia da violência imperialista se encontrava com a traumática experiência nazista na Europa, já discutida, atacando fortemente as bases do pensamento racista.

Nesse contexto, surgiram correntes de pensamento como o asiatismo, que pregava a união de esforços para romper com o jugo colonial europeu e defendia “a Ásia para os asiáticos”, e a negritude, movimento de valorização das culturas negras que destacava suas contribuições para a humanidade. Seus principais formuladores pretendiam que os negros assumissem com orgulho suas heranças africanas, não só na África como em todo o mundo.

desobediência civil

ação política que, através do descumprimento de uma norma legal (pagamento de impostos ou proibição de entrar em determinado lugar), denuncia uma situação de injustiça e busca promover sua transformação. É utilizada como forma de luta política desde fins do século XIX.

lá na plataforma

Negros e negras de diferentes continentes participaram da luta pela libertação dos países africanos. Saiba mais sobre o assunto no nosso ambiente virtual.

Os movimentos de libertação cresceram muito após 1945. Em várias colônias, surgiram organizações políticas abertas e clandestinas, que se expressavam por meio de partidos políticos, sindicatos, jornais, clubes e associações culturais. Distintas formas de luta foram utilizadas na conquista da independência: greves de trabalhadores, boicotes, passeatas, não cooperação com os funcionários metropolitanos, luta armada, rebeliões, desobediência civil. Muitas e constantes, essas ações dificultaram e abalaram a dominação das metrópoles.

As formas de conquista da libertação

A reação das metrópoles ao fortalecimento das lutas de libertação foi variada e se relacionou com o contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. Países como Inglaterra e França se encontravam bastante enfraquecidos após 1945 e com muitos problemas internos, o que tornava mais difícil enfrentar as crescentes reivindicações e ações pela liberdade.

Ao mesmo tempo, a luta contra o nazifascismo teve como uma de suas bandeiras o combate aos regimes ditatoriais. Além disso, ideias como a autodeterminação dos povos e a democracia eram defendidas por todos os vitoriosos que, na criação da ONU e na redação de seus principais documentos, definiram como um dos direitos fundamentais do ser humano a participação na organização de seu governo. Como, então, negar esse direito a africanos e asiáticos?

Por fim, um último aspecto do contexto externo às colônias se relaciona ao apoio de URSS e EUA aos movimentos afro-asiáticos, antevendo no surgimento de novos países a possibilidade de estender sua influência e conquistar vantagens nas disputas da Guerra Fria. As duas superpotências participaram ativamente das lutas de descolonização, ora apoiando militar e financeiramente determinados grupos políticos e movimentos de libertação, ora pressionando as metrópoles a aceitar a autonomia das colônias.

>> saiba mais

Desde o início do século XX, os líderes da URSS haviam denunciado o imperialismo como uma forma de dominação capitalista, colocando-se ao lado dos povos dominados. Após 1945, a política externa soviética anti-imperialista se intensificou, o que reforçou a atração das ideias socialistas, vistas por milhões de africanos e asiáticos como um caminho para se livrar do controle das metrópoles e das empresas capitalistas que exploravam os recursos e a mão de obra locais. Por isso, a libertação e o socialismo estiveram juntos em muitos partidos e organizações africanas e asiáticas, o que, por sua vez, provocou uma contínua intervenção norte-americana para impedir a expansão do comunismo nesses continentes.

Em grande parte das colônias, as metrópoles negociaram acordos para a sua retirada e o estabelecimento de governos autônomos, sempre buscando manter os laços econômicos preexistentes, que garantiam acesso às riquezas locais. Em alguns casos específicos, como na Índia e Argélia francesas e nas colônias portuguesas, a libertação foi conquistada após guerras muito cruéis, nas quais os exércitos e guerrilhas locais derrotaram os exércitos metropolitanos.

lá na plataforma

Aprofunde seus conhecimentos sobre as lutas de libertação no nosso ambiente virtual.

A emergência do “Terceiro Mundo” e o “Movimento dos Não Alinhados”

As lutas de libertação levaram ao surgimento de muitos países novos na Ásia e na África. Em 1952, o demógrafo e economista francês Alfred Sauvy criou a expressão “Terceiro Mundo”, que se tornou bastante conhecida, para classificar estes e outros países que compartilhavam características: graves problemas sociais, desenvolvimento econômico reduzido e pouca força no cenário internacional.

Para superar esses obstáculos, o “Terceiro Mundo” tentou articular ações conjuntas. Esse movimento se tornou especialmente visível na Conferência Afro-asiática de Bandung (Indonésia, 1955), que reuniu importantes lideranças de Estados recém-libertos e teve como lema “A paz e promoção social em igualdade de direitos” para combater o racismo e a dominação estrangeira. Os países participantes também declararam a intenção de fugir à bipolaridade estabelecida pela Guerra Fria, através do não alinhamento à URSS ou aos EUA.

A partir desse evento e das conferências afro-asiáticas do Cairo (Egito, 1957) e de Accra (Gana, 1958), as ex-colônias passaram a atuar nas assembleias da ONU e na diplomacia internacional, apoiando as lutas pelas independências nos seus continentes.

A Revolução Chinesa (1949)

As lutas contra o imperialismo e a ação do Partido Comunista Chinês

A China nunca se tornou colônia de outro país, mantendo a autoridade formal de seu imperador. Entretanto, seu território foi dividido em áreas de influência econômica das principais potências imperialistas – Rússia, Inglaterra, França, Alemanha, Japão e EUA – e algumas cidades portuárias ficaram sob controle direto de governos e empresas estrangeiras.

No início do século XX, um movimento nacionalista anti-imperialista destituiu o imperador e proclamou a República, sendo apoiado por classes médias urbanas, setores da burguesia chinesa e das Forças Armadas. Entretanto, o novo governo não teve força para se contrapor à influência estrangeira.

Foi nesse contexto que as ideias comunistas começaram a conquistar adeptos e, em 1921, o Partido Comunista Chinês (PCC) foi fundado. Inicialmente, a maioria dos militantes comunistas era de setores intelectuais e médios urbanos, mas, nos anos seguintes, o partido se aproximou dos trabalhadores nas maiores cidades. Com uma postura contrária à dominação estrangeira e defendendo a necessidade de superar o atraso econômico do país, os comunistas defendiam a união com outros grupos nacionalistas.

O governo empreendeu uma dura repressão ao PCC ao longo dos anos 1920 e 1930, que se transformou em um conflito armado. Entretanto, uma invasão japonesa ao país uniu os dois grupos no combate ao inimigo comum. Isso garantiu a expulsão do invasor e, também, o fortalecimento do PCC. Ao final da Segunda Guerra, o partido contava com mais de 3 milhões de combatentes.

Derrotado o inimigo japonês em 1945, comunistas e governo, este apoiado pelos Estados Unidos, voltaram a se enfrentar em uma guerra civil. O Exército de Libertação do Povo (comunista) conseguiu seguidas vitórias e, em 1º de outubro de 1949, um de seus principais líderes, Mao Tsé-Tung, proclamou a República Popular da China.

A construção do comunismo chinês

No ambiente da Guerra Fria, os Estados Unidos estabeleceram um bloqueio econômico à China e negaram o reconhecimento ao novo governo. Já a URSS ofereceu recursos materiais, técnicos e humanos para a reconstrução do país. Necessitando desses recursos e vendo as portas dos países capitalistas fechadas, a China assinou vários acordos com a URSS. Aspectos do modelo soviético de comunismo foram reproduzidos no país, como a centralização do poder nas mãos do Partido Comunista, a repressão aos opositores e uma economia planificada e dirigida pelo Estado. Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 1950, os dois países começaram a apresentar divergências, incluindo disputas de fronteiras.

Na década de 1960, a industrialização e a agricultura avançavam, mas não a ponto de alimentar a população chinesa e colocar o país em pé de igualdade com outras nações. Em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung, o governo comunista se deparou com a necessidade de escolher seu sucessor e repensar os rumos da Revolução. Foi nesse contexto que a política das quatro modernizações começou a ser implantada na China, com ênfase no desenvolvimento da indústria, agricultura, das forças armadas e da ciência e tecnologia.

Uma série de reformas e de programas públicos foi implementada, permitindo o surgimento de atividades privadas na agricultura e no comércio e estabelecendo determinadas áreas do país abertas a investimentos estrangeiros. No campo político, manteve-se o regime autoritário e o controle da sociedade pelo Partido Comunista. As reformas econômicas introduzidas propiciaram altas taxas de crescimento, fazendo do país uma nova potência mundial, mas também intensificaram as desigualdades internas, além de provocar graves danos ao meio ambiente.

Resumo

- Ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), integrada por dezenas de países, com o objetivo de elaborar ações coletivas para a resolu-

ção de conflitos entre Estados e promover ações de defesa das populações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, insere-se nesse contexto.

- De 1947 a 1991, as relações internacionais foram marcadas pela bipolaridade da Guerra Fria, na qual Estados Unidos/capitalismo e URSS/socialismo enfrentaram-se nos terrenos político, econômico, diplomático e ideológico e atuaram constantemente para aumentar suas áreas de influência em todos os continentes.
- A resistência ao imperialismo intensificou-se a partir dos anos 1920, resultando em movimentos pela libertação das colônias na Ásia e África. Após 1945, em meio à fragilização das metrópoles europeias, ao debate sobre os direitos humanos e dos povos e às disputas da Guerra Fria, as lutas de africanos e asiáticos nos campos político, militar, cultural, ideológico e diplomático alcançaram a libertação das colônias.
- Em 1949, a vitória do Exército de Libertação do Povo inaugurou a experiência comunista na China. Buscando a construção de um modelo próprio, o país implementou diferentes políticas de desenvolvimento nos anos 1950 e 1960 e, no final da década de 1970, promoveu reformas econômicas e na propriedade que transformaram a China em uma grande potência econômica. O regime autoritário e a concentração de poderes nas mãos dos líderes do Partido Comunista, entretanto, permaneceram inalterados.

Atividade

Sagrada esperança

Havemos de voltar
 Às casas, às nossas lavras
 às praias, aos nossos campos
 havemos de voltar
 Às nossas terras
 vermelhas do café
 brancas de algodão
 verdes dos milharais
 havemos de voltar
 Às nossas minas de diamantes
 ouro, cobre, de petróleo
 havemos de voltar
 Aos nossos rios, nossos lagos
 às montanhas, às florestas
 havemos de voltar

À frescura da mulemba
 às nossas tradições
 aos ritmos e às fogueiras
 havemos de voltar
 À marimba e ao quissange
 ao nosso carnaval
 havemos de voltar
 À bela pátria angolana
 nossa terra, nossa mãe
 havemos de voltar
 Havemos de voltar
 À Angola libertada
 Angola independente

(AGOSTINHO NETO, 1985, p. 115)

Havemos de voltar foi escrito por António Agostinho Neto em 1960 na prisão do Aljube, em Lisboa. Formado em Medicina por universidades portuguesas, Agostinho Neto foi um dos principais líderes do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), razão pela qual foi mandado para a cadeia pelo governo português. Após a conquista da libertação, tornou-se o primeiro presidente da República Popular de Angola, em 1975.

Leia o poema, busque no dicionário as palavras desconhecidas e reflita sobre como ele se relaciona com a luta pela libertação colonial e pode fortalecê-la.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_Neto#/media/Ficheiro:President_MPLA,_heer_Neto_door_Den_Uyl_ontvangen_premier_Den_Uyl_en_A_Neto_\(r\),_Bestanddeelnr_927-8518_\(cropped\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_Neto#/media/Ficheiro:President_MPLA,_heer_Neto_door_Den_Uyl_ontvangen_premier_Den_Uyl_en_A_Neto_(r),_Bestanddeelnr_927-8518_(cropped).jpg). (CC0).

Resposta comentada

As formas de interpretar uma obra de arte, como o poema apresentado, são muito pessoais. Indicamos aqui algumas delas: ainda que o autor esteja na prisão, o título do poema, repetido ao final de cada estrofe, trans-

mite força e certeza da vitória da luta pela libertação de Angola – *havemos de voltar*; as imagens construídas pelos versos remetem à história, às tradições, à cultura e às riquezas de Angola e da África, valorizando-os de maneira afetiva e contrapondo-se à ideologia imperialista que sempre os qualificou como inferiores ou inexistentes.

Referências

MOREIRA, Rafaela Cristina Peixoto. *A multiperspectiva em História* – um estudo com alunos do ensino secundário recorrente. Braga: Instituto de Educação/ Universidade do Minho, 2020.

AGOSTINHO NETO, António. *Sagrada esperança*. Obra poética completa, 1985, p. 115. *apud* FUNDAÇÃO DR. ANTÔNIO AGOSTINHO NETO, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://agostinhoneto.org/poesias/havemos-de-voltar/>. Acesso em: 30 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

O Brasil nas décadas de 1940 e 1950: política e sociedade

06

meta

Caracterizar os aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil nas décadas de 1940 e 1950.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- caracterizar o regime liberal-democrático estabelecido em 1946, relacionando-o à experiência do Primeiro Governo Vargas e ao contexto posterior à Segunda Guerra Mundial;
- explicar o processo de industrialização brasileiro nas décadas de 1940 e 1950, identificando a importância da ação do Estado;
- identificar as mudanças sociais e regionais ocorridas nas décadas de 1940 e 1950;
- explicar a formação de uma sociedade de massas no Brasil e de uma cultura popular compartilhada pelos meios de comunicação.

Introdução

Em 1945, teve fim a Segunda Guerra Mundial e, também, o primeiro governo de Getúlio Vargas, que durou 15 anos e promoveu importantes mudanças no Brasil, como a política voltada para a industrialização, o estabelecimento de uma legislação trabalhista e o fortalecimento do Estado central.

Nesta unidade, vamos analisar o processo histórico brasileiro a partir de 1946, discutindo o estabelecimento de um regime político liberal-democrático, as questões econômicas e os principais projetos sociais em pauta. Não podemos esquecer que a sociedade brasileira participava de um contexto mundial marcado pela bipolarização da Guerra Fria, o fortalecimento das forças comunistas e as lutas de libertação na Ásia e na África, com o combate ao imperialismo e a defesa do direito de autodeterminação dos povos.

Com o foco nos principais temas políticos, sociais e econômicos, localizamos no mapa a seguir a região que abordaremos nesta unidade.



Figura 6.1. Território do Brasil. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil#/media/Ficheiro:BRA_orthographic.svg.

A Constituição de 1946

Ao longo do ano de 1945, a ditadura varguista do Estado Novo foi se enfraquecendo. A sociedade brasileira se envolvia cada vez mais com o debate político, principalmente nos centros urbanos. Com a diminuição da censura à imprensa e a convocação de eleições para presidente, senadores e deputados federais, os partidos políticos se organizavam e promoviam eventos públicos; jornais e rádios noticiavam informações sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo. Trabalhadores urbanos se mobilizavam em sindicatos e em manifestações, tornando pública sua aproximação com Getúlio Vargas.

Para concorrer à presidência da república, a União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia os opositores de Vargas, indicou um militar, o brigadeiro Eduardo Gomes. Já o Partido

Social Democrático (PSD), formado por lideranças políticas regionais e autoridades do Estado Novo, indicou outro militar, o general Eurico Gaspar Dutra. Estes foram os dois principais candidatos às eleições de novembro de 1945 e nos mostram um aspecto de destaque na história republicana do Brasil: o envolvimento das Forças Armadas na política. Ao final, foi eleito pelo voto popular o general Dutra, que recebeu o apoio de Vargas e dos trabalhadores a ele ligados.

Era um novo contexto que surgia no Brasil, em que se reivindicava a criação de instituições legislativas e judiciárias que garantissem os direitos políticos, a liberdade de pensamento e associação e os direitos sociais, como a proteção ao trabalho. Outro aspecto importante era o reconhecimento da existência na sociedade de diferentes doutrinas políticas, econômicas, religiosas, filosóficas e morais, que deveriam ter a liberdade para se manifestar.

Nesse contexto político marcado, também, pela derrota do nazifascismo e pela ascensão da URSS, desenvolveram-se os debates para a aprovação de uma nova constituição para o Brasil, que foi promulgada em 1946. Essa constituição estabeleceu um *regime democrático-liberal* ao determinar:

- eleições diretas com participação de homens e mulheres alfabetizados e maiores de 18 anos para os cargos dos Poderes Executivo e Legislativo nacional, estadual e municipal;
- mandatos fixos para todos os cargos eletivos;
- liberdade de organização partidária, de imprensa e de pensamento;
- divisão de autoridade entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- liberdade para atuação dos sindicatos e reconhecimento do direito de greve;
- maior poder para os estados da federação;
- educação para todos.

Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu sua primeira experiência de **democracia representativa** com participação crescente dos cidadãos nas eleições. Entretanto, é necessário destacar os seus limites. O primeiro deles se refere à proibição do voto dos analfabetos, que, em 1950, correspondiam a 50,6% dos brasileiros com mais de 15 anos. Ao lado disso, a Constituição manteve o controle do Estado sobre os sindicatos de trabalhadores, impedindo sua livre atuação, e a exclusão dos trabalhadores rurais dos direitos sociais – eles não podiam se organizar em sindicatos e não tinham salário-mínimo e aposentadoria, por exemplo.

democracia representativa

é o exercício do poder político pela população através de seus representantes, designados com mandato para atuar e legitimados pela soberania popular. Essa designação se dá pelas eleições, que devem ocorrer periodicamente e cujos resultados devem ser respeitados.

Disputas políticas e Guerra Fria no Brasil

Observe na linha do tempo os presidentes que governaram entre 1946 e 1964:

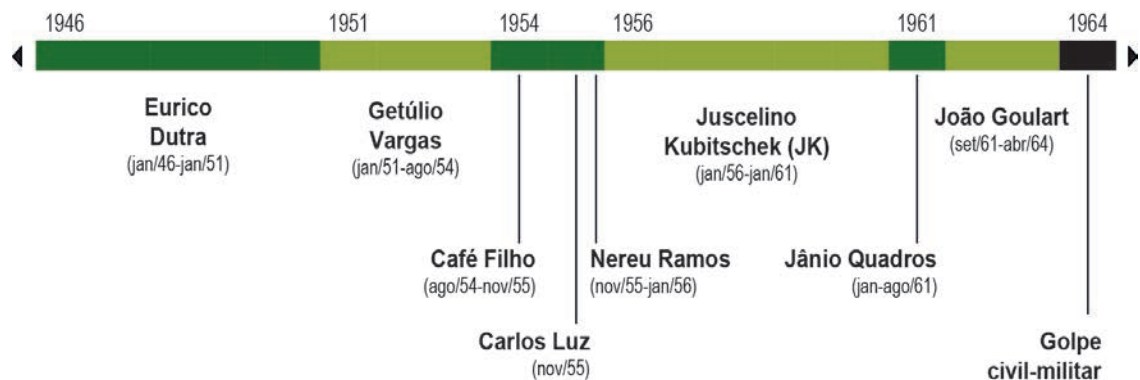


Figura 6.2. Presidentes da República entre 1946 e 1964.

De acordo com a Constituição, cada presidente deveria governar por cinco anos, mas a linha do tempo nos informa que apenas Eurico Dutra e JK chegaram ao fim de seus mandatos. Getúlio Vargas se suicidou em agosto de 1954; Jânio Quadros renunciou ao cargo em agosto de 1961 e João Goulart, também conhecido como Jango, foi deposto por um golpe de Estado civil-militar em abril de 1964. Assim, vemos que a experiência democrática iniciada em 1946 apresentou sucessivas crises políticas. Vamos entender suas razões.

Uma delas, sem dúvida, relaciona-se com o fortalecimento dos setores políticos de esquerda. Nas décadas de 1940 e 1950, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado aos sindicatos e aos trabalhadores urbanos, conquistou um apoio crescente, elegendo deputados, senadores, governadores e presidentes. Dentre suas ideias, estava a crítica ao capital estrangeiro e a defesa do nacionalismo, da intervenção do Estado na economia e da reforma agrária.

As ideias comunistas também atraíram operários, estudantes, intelectuais e profissionais liberais. Atuando nas cidades e nas áreas rurais, os militantes comunistas buscavam organizar os setores populares para a luta por transformações na sociedade e contra o capitalismo. Em alguns momentos, trabalhistas e comunistas atuaram juntos; em outros, enfrentaram-se na disputa por apoio social.

O crescimento das organizações dos trabalhadores e da esquerda enfrentou a oposição de proprietários de terra, empresários, parte das classes médias urbanas e políticos da UDN e do PSD. Para eles, o fortalecimento de trabalhistas e comunistas significava uma ameaça à propriedade privada e à sua posição social. Donos de uma visão conservadora de mundo, rejeitavam a ideia de mudanças na sociedade. Alguns defendiam o liberalismo econômico, sendo contrários à ideia de intervenção do Estado e à limitação da ação do capital privado.

Em determinados momentos, esses grupos estimularam e apoiaram a intervenção armada dos militares na política como forma de combater seus adversários. As Forças Armadas, por sua vez, apresentavam divisões internas, mas a maior parte de seus oficiais se aproximava dos setores de direita e conservadores e carregava um forte sentimento anticomunista.

Além dos enfrentamentos políticos, a economia brasileira passou por momentos de dificuldade e crise. Em alguns anos, a inflação subiu muito, afetando o cotidiano de milhões de trabalhadores. Em outras ocasiões, os governos não direcionavam recursos suficientes para atender às necessidades de habitação, saúde e educação dos setores populares.

Por fim, é importante considerar o contexto internacional. A Guerra Fria e as lutas de libertação na Ásia e África se faziam sentir no país. Após 1945, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se fortaleceu eleitoralmente, o que ia ao encontro do poder da URSS no cenário mundial. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos agiam para reforçar sua influência no Brasil, aproximando-se de políticos da UDN, de empresários e de militares no combate ao comunismo. Já as forças de esquerda se colocavam ao lado de africanos e asiáticos na luta contra o imperialismo capitalista e se inspiravam nas guerrilhas chinesa, argelina, vietnamita... Veremos, brevemente, como essas questões se desenvolveram nos governos de Dutra, Vargas e JK:

Eurico Dutra (1946-1951):

Eurico Dutra foi eleito com o discurso de valorização da democracia e com o apoio de Vargas e dos trabalhadores, mas seu governo se alinhou rapidamente aos Estados Unidos. Na economia, isso significou a adoção de práticas liberais e a diminuição da ação intervencionista do Estado. No campo político, esse alinhamento resultou na aliança com a UDN e os setores conservadores, a repressão aos sindicatos e a proibição de funcionamento legal do PCB. Todas as pessoas eleitas por esse partido, que passou a atuar na clandestinidade, perderam seus mandatos políticos. Somente no ano de 1985 foi restabelecida a existência legal do PCB.

lá na plataforma

A atuação do PCB nas cidades e regiões rurais foi crescente entre 1946 e 1964. Saiba mais sobre esse tema na nossa plataforma virtual.

Ao final de seu governo, Dutra enfrentava graves dificuldades no campo econômico. Enquanto isso, Getúlio Vargas ressurgia no cenário político como candidato do PTB à presidência da república. Em 1950, durante a campanha eleitoral, ele buscou reconstruir sua imagem, deixando na sombra o seu passado de ditador do Estado Novo e dando destaque ao seu projeto de desenvolvimento econômico e suas relações com os trabalhadores. Com essa plataforma, chegou à presidência em 1951, agora através do voto.

O segundo Governo Vargas (1951-1954)

Desde o início, Vargas teve dificuldades para governar. Iniciou seu mandato enfrentando uma grave crise econômica que gerou insatisfações nos trabalhadores e nos empresários. Ainda assim, seu governo implementou um projeto de desenvolvimento baseado no nacionalismo econômico, que impedia a ação do capital estrangeiro em algumas atividades produtivas, na criação de empresas estatais e na industrialização.

No campo político, Vargas encarou a dura oposição formada pela UDN, parte do PSD, da imprensa e dos militares e pelo governo dos Estados Unidos. A ligação com trabalhadores e sindicatos e o nacionalismo faziam com que seu governo fosse visto como uma ameaça ao capitalismo e ao poder das elites econômicas e conservadoras. Isso ficou ainda mais forte com o início da discussão sobre os direitos sociais dos trabalhadores rurais.

Em 1953 e 1954, essa oposição se intensificou após as greves realizadas pelos trabalhadores, que reivindicavam reajustes salariais para compensar as perdas com a inflação. João Goulart, político do PTB nomeado como ministro do Trabalho, concedeu o reajuste, o que gerou ataques a Vargas por políticos, destacando-se o carioca Carlos Lacerda, grandes jornais e militares.

lá na plataforma

Conheça em nosso ambiente virtual a “Greve dos 300 mil”, que ocorreu na cidade de São Paulo em 1953 durante o segundo governo Vargas.

Em agosto de 1954, a crise chegou a um ponto máximo quando Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, arquitetou um atentado contra Carlos Lacerda que provocou a morte de um major da Força Aérea Brasileira. Perdendo apoio no Congresso Nacional, acuado pelos ataques na imprensa e diante da ameaça de um golpe militar, Vargas se suicidou na manhã de 24 de agosto de 1954 com um tiro contra seu peito. Deixou uma carta-testamento dirigida a seus apoiadores que foi lida repetidas vezes nos programas de rádio.

lá na plataforma

Conheça a carta-testamento deixada por Getúlio Vargas, comentada por nós em nosso ambiente virtual.

O ato de suicídio de Vargas e a carta-testamento comoveram boa parte da população, que foi às ruas em várias cidades do país e atacou políticos da UDN, jornais contrários a Vargas e a embaixada dos Estados Unidos. Em São Paulo, greves foram organizadas. Veja a seguir registro fotográfico do funeral de Vargas:



Figura 6.3. Traslado do corpo de Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o enterro em São Borja. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Traslado_do_corpo_de_Get%C3%BAlcio_Vargas_do_Rio_de_Janeiro_para_o_enterro_em_S%C3%A3o_Borja.tif.

1954 a 1956:

As reações populares ao suicídio de Vargas interromperam os preparativos para o golpe de Estado e o vice-presidente Café Filho assumiu o poder. No segundo semestre de 1955, as eleições confirmaram que a força política de Getúlio Vargas permanecia importante: Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), que se colocaram como seus herdeiros, foram escolhidos pelo voto para presidente e vice-presidente da república, respectivamente.

Os antigos opositores de Vargas questionaram a posse de JK e estimularam setores militares a intervir na situação política através de um golpe, que não ocorreu devido à ação da ala nacionalista e legalista do Exército, liderada pelo general Henrique Lott.

Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Após a instabilidade política vivida entre 1954 e 1956, o governo JK teve como um de seus objetivos fortalecer suas bases de apoio. Assim, no Congresso Nacional, foi articulada uma aliança entre deputados do PSD e do PTB para garantir a aprovação dos projetos governamentais, sobretudo aqueles voltados para a área econômica. A atuação do vice-presidente João Goulart e a tentativa de manter o poder aquisitivo do salário-mínimo, pelo menos até 1959, evitaram movimentos grevistas maiores. Por fim, nas Forças Armadas, a liderança do general Henrique Lott fortaleceu os oficiais ligados à bandeira nacionalista e à não intervenção na política – o chamado legalismo.

lá na plataforma

Apesar da ação do general Lott, militares de extrema-direita fizeram duas tentativas de golpe contra JK. Conheça mais um pouco sobre esses movimentos no ambiente virtual.

Em 1959, já no final do seu mandato, JK começou a enfrentar graves problemas políticos e econômicos. Os gastos com a construção de hidrelétricas, estradas, ferrovias e da nova capital, Brasília, geraram o endividamento do governo com bancos internacionais, mas não havia recursos suficientes para pagar as parcelas da dívida. A inflação aumentava e surgiam inúmeras denúncias de corrupção nas obras públicas.

Nesse cenário, as eleições presidenciais realizadas em 1960 deram a vitória a Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional, que tinha sido governador do estado de São Paulo e teve o apoio da UDN. Toda sua campanha foi pautada em torno da denúncia da corrupção e da ideia de moralizar a administração pública. Entretanto, João Goulart, do PTB, foi eleito vice-presidente, demonstrando a força dos setores de esquerda e do varguismo.

Os projetos de desenvolvimento nos anos 1940 e 1950

Após o primeiro governo Vargas, um dos grandes debates no Brasil que envolvia políticos, economistas, sindicalistas e militares era como promover o desenvolvimento econômico do país. Diferentes visões e projetos se confrontavam. De um lado, os liberais defendiam a pouca intervenção do Estado na economia e, nesse sentido, davam menor ênfase à industrialização. Do outro lado, o projeto iniciado durante os anos 1930 apostava na ação do Estado para estimular o setor industrial e construir um país economicamente desenvolvido.

Durante o governo de Eurico Dutra, o liberalismo teve maior espaço na política econômica, que concedeu maior liberdade para a importação de mercadorias estrangeiras. Em pouco tempo, entretanto, essa política começou a apresentar problemas, pois a entrada crescente de produtos importados desequilibrou as contas do Estado e gerou inflação.

A perda do poder de compra dos salários e a repressão do governo agitaram os sindicatos, que organizaram ações reivindicatórias como greves para conquistar reajustes salariais e o abono de Natal, hoje conhecido como décimo terceiro. A Justiça do Trabalho também tornou-se um órgão ao qual os trabalhadores recorriam cada vez mais para lutar por seus direitos.

lá na plataforma

Conheça mais, no nosso ambiente virtual, sobre a importante participação de trabalhadores nesse momento através da trajetória de Clodesmidt Riani, que foi líder sindical e político mineiro, defensor da legislação trabalhista, membro do PTB e depois do PMDB.

Ao final do governo Dutra, a intervenção do Estado na economia já se fazia presente. Na década de 1950, foi elaborado e implementado um projeto de desenvolvimento baseado na ação do Estado como planejador, regulador e investidor econômico e com o objetivo de industrializar o país. Entre as ações do Estado para promover o desenvolvimento econômico no segundo governo Vargas, encontram-se:

- investimentos públicos no sistema de transportes (portos, ferrovias e rodovias);
- criação de um grupo técnico para planejar a instalação de fábricas de automóveis e tratores no Brasil;
- criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiar investimentos privados em áreas definidas pelo governo como prioritárias;
- criação de empresas estatais. Aqui, merece destaque a criação da Petrobras, empresa de petróleo de economia mista – um décimo do capital seria aberto à participação estrangeira e dois terços do capital seriam do Estado brasileiro, que teria o controle da empresa. Desde o início, o projeto enfrentou a oposição dos grupos liberais, que discordavam da ideia de conceder o monopólio da exploração do petróleo à Petrobras. Para o governo, isso era indispensável por duas razões: para que o Estado tivesse condições de orientar o crescimento econômico e para garantir o domínio do Brasil sobre essa riqueza, sem interferência de empresas estrangeiras. A criação da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) foi aprovada pelo Congresso em 3 de outubro de 1953, com o monopólio da exploração do óleo. As atividades de refino, distribuição e comercialização foram abertas para a iniciativa privada.

lá na plataforma

O debate sobre a criação de uma empresa estatal de petróleo mobilizou a sociedade brasileira! Os defensores do projeto se engajaram na campanha pública “O petróleo é nosso”. Saiba mais sobre ela no ambiente virtual.

Extração de petróleo antes e depois da Petrobras

Em milhares de metros cúbicos

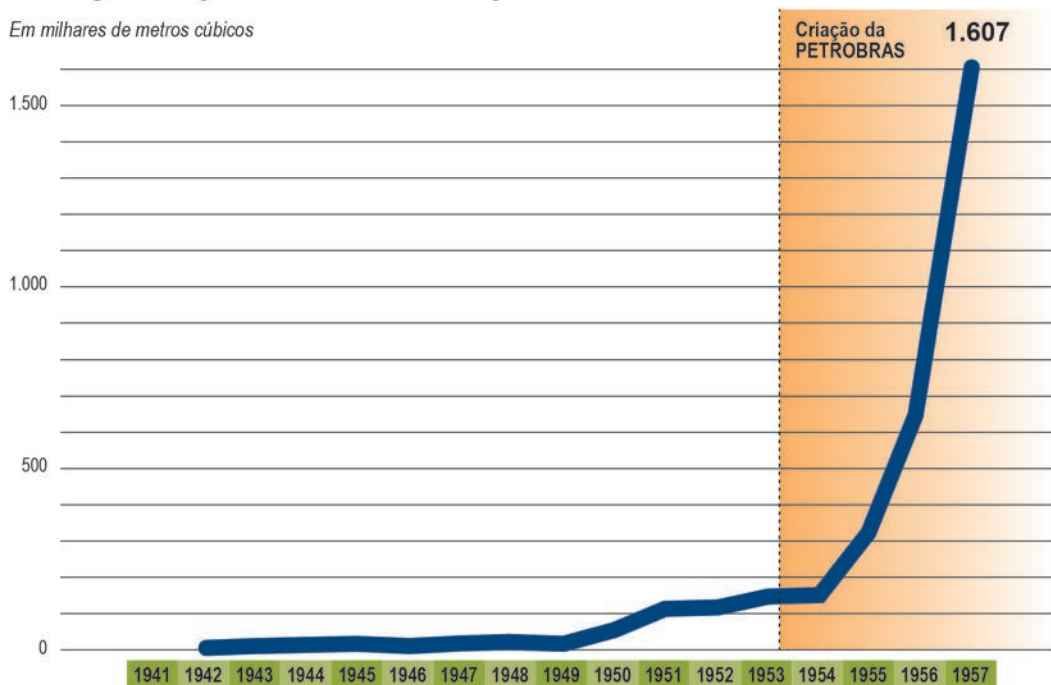


Figura 6.4. Extração de petróleo no Brasil antes e depois da criação da Petrobras. Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/segundo-governo-vargas-1951-1954/mapas/extracao-de-petroleo-ano-ano-antes-e-depois-da>.

A política econômica implementada durante o governo Vargas foi chamada de *nacional-desenvolvimentismo* e teve continuidade nos anos seguintes, ainda que com algumas modificações. Durante a campanha eleitoral, JK tinha feito do crescimento econômico acelerado sua grande promessa – eram os “50 anos em 5”! Quando assumiu a presidência, ele apresentou o Plano de Metas, que era um plano quinquenal de desenvolvimento composto por 30 objetivos divididos em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação... E acrescentou uma 31ª meta: a construção de uma nova capital no centro do país para promover a integração nacional – assim nascia Brasília, que deveria ser a expressão do Brasil “moderno”.



Figura 6.5. Os “candangos”, como foram chamados os trabalhadores que partiram de várias partes do Brasil e ergueram Brasília. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia#/media/Ficheiro:Vistas_de_Bras%C3%ADlia_-_Candangos_\(3\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia#/media/Ficheiro:Vistas_de_Bras%C3%ADlia_-_Candangos_(3).jpg). Autoria: Domínio público / Acervo Arquivo Nacional.

Nos anos JK, o modelo nacional-desenvolvimentista se baseou nos investimentos feitos pelo Estado, pelo capital privado nacional e, também, estrangeiro, atenuando um pouco o nacionalismo do governo Vargas e enfraquecendo seus opositores. O governo investiu na infraestrutura econômica – hidrelétricas, estradas, indústrias siderúrgicas e de petróleo. As empresas multinacionais estrangeiras atuaram no setor de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, enquanto as empresas nacionais se destacaram na produção de bens de consumo não duráveis.

A industrialização dos anos 1940 e 1950 acelerou o chamado “processo de substituição de importações”, através do qual as empresas brasileiras passaram a produzir internamente mercadorias que, antes, eram importadas. Ao mesmo tempo, gerou transformações sociais e aprofundou desigualdades que geraram novas dinâmicas no Brasil na década de 1960.

>> *saiba mais*

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Concentrada, principalmente, na região Sudeste, a industrialização acentuou as diferenças regionais no Brasil, vistas como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Por isso, o governo criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para promover e coordenar o desenvolvimento da região, tendo como principais metas combater a seca e a criação de empregos.

Uma sociedade em movimento nos anos 1940 e 1950

As desigualdades regionais e sociais

O crescimento industrial foi acompanhado por um processo de urbanização. Assim, se, em 1940, 31% da população vivia nas cidades, em 1960 estas já concentravam 45% dos brasileiros. Grandes centros urbanos surgiram, principalmente nos estados do Sudeste, a partir da migração da população rural dessa região e, também, do Norte e Nordeste.

lá na plataforma

A figura do “retirante”, geralmente um trabalhador rural pobre, passou a estar presente nos livros, na pintura e na música popular. Na nossa plataforma, fizemos uma playlist de canções das décadas de 1940 e 1950 que têm como personagens esses novos moradores das cidades.

Eram pessoas que buscavam escapar da fome, da pobreza e da falta de terras, sonhando em prosperar nas cidades. Mas, aí, também enfrentavam grandes dificuldades, como salários baixos, empregos informais e habitações precárias.

Entre os muitos retirantes, destacamos Carolina Maria de Jesus, escritora negra que nasceu, em 1914, na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais, e migrou para São Paulo, na década de 1940, onde passou por vários empregos, mas que conseguia sua sobrevivência e de seus três filhos, como catadora de lixo. Conseguiu construir seu barraco na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, onde iniciou anotações sobre seu cotidiano, dos moradores da favela e do país. Esses diários foram publicados como livro, no ano de 1960, com o título *Quarto de despejo*, e tornou-se o mais vendido daquele ano. Leia um trecho da escrita de Carolina Maria de Jesus:

[...] Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fraco e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante (JESUS, 1960, p. 43).



Figura 6.6. Carolina Maria de Jesus em noite de autógrafos do livro *Quarto de despejo*, em 1960. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carolina_Maria_de_Jesus_assinando_seu_livro_Quarto_de_Despejo_em_1960.jpg?uselang=pt. Autoria: Domínio público / Acervo Arquivo Nacional.

Como Carolina Maria de Jesus, que cursou dois anos de formação escolar, muitos migrantes tinham pouca escolaridade ou eram analfabetos e isso nos mostra um aspecto da sociedade brasileira do período: o pouco investimento feito pelo Estado no sistema de educação. Apesar de estar no Plano de Metas de JK, a educação recebeu uma parcela reduzida dos recursos do Estado, que privilegiaram o ensino superior.

A pouca atenção à educação básica da população e as altas taxas de analfabetismo – eram 39% das pessoas com mais de 15 anos em 1960 – levaram vários educadores a publicarem, em 1959, um manifesto que defendia o direito dos cidadãos à educação pública obrigatória, laica e gratuita.

Os “anos dourados” e a sociedade de consumo

Alguns setores urbanos, entretanto, tiveram uma experiência de ascensão social nessas décadas. Foi o caso das pessoas que tiveram acesso ao ensino secundário e superior e ocuparam posições mais valorizadas no mercado de trabalho. Com melhores rendas, elas puderam comprar os automóveis, as geladeiras e as televisões recém-fabricados no Brasil e viveram uma outra experiência durante a década de 1950. A chamada sociedade urbano-industrial, sustentada pela política desenvolvimentista, apresentava um novo estilo de vida difundido pelo rádio, pelas revistas e pela televisão.

lá na plataforma

O consumo de bens industrializados estava muito ligado ao chamado American Way of Life, inspirado nos Estados Unidos. Veja no ambiente virtual uma série de propagandas dos anos 1940 e 1950. .

A expansão dos meios de comunicação, tanto para informação quanto para lazer, teve no rádio um importante instrumento de popularização dessa cultura de massa. Na década de 1950, houve um aumento da publicidade e as populares radionovelas chegaram à casa da população com suas tramas e propagandas. O cinema e o teatro também tiveram um papel importante nesse período, com produções de caráter popular, como as chanchadas, comédias musicais e o teatro revista, que misturavam humor e música.

Diferentes movimentos culturais, como a Bossa Nova e o Cinema Novo, encontravam eco em setores da classe média urbana e universitários que, com espírito nacionalista, acreditavam que o país vivia um processo de desenvolvimento. Esse momento ficou conhecido como “anos dourados” e foi consagrado no governo de Juscelino Kubitschek.

lá na plataforma

No nosso ambiente virtual, selecionamos um material audiovisual sobre esses movimentos culturais. Vale a pena conhecê-los!

Resumo

- Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu sua primeira experiência democrática liberal, estabelecida na Constituição promulgada em 1946. Entretanto, esse regime encontrou limites na proibição do direito de voto dos analfabetos e do PCB e na exclusão dos trabalhadores rurais dos direitos sociais.
- O fortalecimento dos grupos políticos de esquerda, ligados aos trabalhadores e a parte das classes médias urbanas, e as disputas com setores de direita e conservadores marcaram o período 1946-1964 e geraram momentos de grande instabilidade, agravados pela contínua intervenção das Forças Armadas na cena política.
- A implementação do projeto nacional-desenvolvimentista acelerou o processo de industrialização brasileiro, que contou com a forte intervenção do Estado no planejamento econômico e nas atividades produtivas.
- As desigualdades sociais e regionais do Brasil se mantiveram ou se aprofundaram nas décadas de 1940 e 1950, que também registraram um processo de urbanização e o surgimento da sociedade de consumo de massa.

Atividade

Observe a imagem a seguir, do goleiro Gilmar e de Juscelino Kubitschek após a conquista da Copa do Mundo 1958:



Fonte: WW. Domínio público / Acervo Arquivo Nacional.

Apesar do medo da ausência de craques como Ademar e Zizinho, a seleção brasileira na Copa de 1958 contou com a presença de Didi, Nilton Santos e Zagallo. Mesmo com uma derrota em 1950 para a seleção uruguaia em pleno Maracanã, o clima era de vitória. Naquele mesmo ano, o palácio Alvorada, em Brasília, já se encontrava concluído e ilustrando as capas das principais revistas e jornais que circulavam no país, demonstrando o otimismo que o país vivia. Relacione o contexto de euforia no futebol brasileiro em 1958 com a ideia de “anos dourados” do governo JK:

Resposta comentada

Em 1958, havia um clima de euforia no governo de JK, quando a população passou a ter acesso ao ensino secundário e superior, além de ocuparem posições mais valorizadas no mercado de trabalho. Com melhores rendas, elas puderam comprar os automóveis, as geladeiras e as televisões recém-fabricados no Brasil.

Referência

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. 173 p.

Lutas sociais e ditaduras nas Américas após 1945

07

meta

Caracterizar os movimentos sociais, as lutas políticas, revoluções e a implantação de ditaduras militares em diferentes países da América no contexto posterior a 1945.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- identificar os principais aspectos políticos, econômicos e sociais da América Latina entre as décadas de 1940 e 1960;
- explicar o processo histórico da Revolução Cubana e seus impactos no continente americano;
- caracterizar os golpes de Estado e os governos ditatoriais chefiados por militares na América do Sul;
- apresentar as organizações construídas pelos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil;
- analisar as principais questões políticas e sociais dos governos de Jânio Quadros e João Goulart.

Introdução

Os anos posteriores a 1945 foram de grandes transformações: Guerra Fria, lutas de libertação das colônias na Ásia e África, Revolução Chinesa, condenação ao racismo e valorização da democracia e dos direitos humanos. A América Latina também fez parte desses processos. Em países da região, surgiram regimes democrático-liberais com maior inclusão de eleitores e partidos políticos com ideologias diferentes; líderes nacionalistas que defendiam o controle do Estado sobre as riquezas econômicas de seus países e revoluções.

Críticas aos Estados Unidos, potência hegemônica na América, e ao capitalismo, contestação à desigualdade social, maior participação política e nacionalismo são aspectos que marcaram a história da América no período. Eles estão presentes nas discussões desta unidade: o crescimento de movimentos populares e de forças ideológicas de esquerda; a implantação de regimes socialistas; a intervenção permanente dos Estados Unidos; os golpes de Estado liderados por militares com apoio de empresários e proprietários de terra, e as ditaduras de direita que se seguiram a eles.

Atenção à localização geográfica que enfocamos nesta unidade!



Figura 7.1: Américas do Sul, Central e do Norte. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Seven_continents_Australia_not_Oceania.png; https://en.wikipedia.org/wiki/File:Seven_continents_Australia_not_Oceania.png.

Revolução e ditaduras nas Américas

Desde os anos 1930, algumas sociedades latino-americanas viveram um processo de industrialização conhecido como substituição de importações, como foi o caso do Brasil, que estudamos na Unidade 6. Mas não devemos concluir que o setor primário-exportador foi colocado em segundo plano. Pelo contrário, ele permaneceu como grande gerador de riquezas e atraiu muitas empresas estrangeiras, sobretudo estadunidenses, que investiram em atividades agropecuárias e de extração de minérios e petróleo.

O desenvolvimento industrial em países como Brasil, México, Argentina e Chile provocou mudanças sociais importantes como:

- o crescimento da classe operária, formada, em sua maioria, por ex-camponeses, e da burguesia, que possuía relações diretas com empresas multinacionais;
- a diversificação das classes médias, com o aumento da escolarização média e superior e do número de engenheiros, médicos, professores, administradores e economistas, entre outros.

Uma questão, porém, permaneceu inalterada: a grande concentração fundiária, com uma minoria de homens que possuía imensas propriedades rurais e muito poder econômico e político. A isso somava-se a ausência de quaisquer direitos aos camponeses, muitos deles descendentes de povos indígenas e africanos escravizados, e a repressão violenta de milícias rurais e do Estado às suas tentativas de conquistar terras ou melhores condições de trabalho.

lá na plataforma

As questões agrárias estiveram no centro da história da América. Conheça mais sobre esse tema no ambiente virtual.

Democracia, independência, igualdade e anti-imperialismo ganhavam força em todo o mundo. Na América Latina, essas ideias inspiraram diferentes forças políticas a combater a dominação dos Estados Unidos na região e denunciar a exclusão social de camponeses, operários, populações indígenas e negras. E, na conjuntura bipolar da Guerra Fria, se o inimigo principal era a maior potência capitalista, o socialismo e a URSS surgiam como polos de atração para muitas lideranças populares americanas.

Diferenciando-se do socialismo, mas também levantando a bandeira da autonomia nacional em relação aos EUA e o atendimento às demandas dos trabalhadores, líderes como Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina, conquistaram grande apoio eleitoral. Ambos foram chamados de populistas, termo utilizado com diferentes significados até os dias atuais.

lá na plataforma

Aprofunde seus conhecimentos sobre os significados dados ao termo populismo na nossa plataforma.

As novas correntes políticas de esquerda que se fortaleciam na América Latina desenvolveram diferentes formas de ação, como criação de partidos, sindicatos, manifestações coletivas e a luta armada. Algumas tinham como objetivo derrubar os governos existentes e instalar regimes comunistas. Outras almejavam reformar as estruturas sociais de seus países dentro do

sistema capitalista, fazendo a reforma agrária, incluindo politicamente povos indígenas e negros e redistribuindo de forma mais igualitária as riquezas.

A dinâmica político-ideológica descrita anteriormente esteve presente na história de Cuba, uma ilha do mar do Caribe. Nesse país, um processo revolucionário resultou no primeiro Estado comunista nas Américas e impactou todo o continente.

A Revolução Cubana

A conquista do poder

Observe o mapa abaixo, no qual é possível ver uma rota sobre o mar, que prossegue em terra, atravessando quatro cidades. Essa rota reproduz o trajeto dos militantes do Movimento 26 de Julho, desde seu desembarque na ilha até sua chegada na capital do país, Havana. Foi nela que, em janeiro de 1959, Fidel Castro desfilou como um dos líderes do Exército Rebelde que derrotou o ditador Fulgêncio Batista, aliado dos Estados Unidos.



Figura 7.2: Trajeto das tropas do Movimento 26 de Julho, entre 1956 e 1959. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_Cubana#/media/Ficheiro:Revolution_Map_of_progress.jpg.
Autoria: Zleitzen.

A história de Cuba apresenta aspectos específicos. Sua independência foi alcançada somente em 1898, várias décadas após a emancipação das outras colônias espanholas. A luta contra a metrópole iniciada pelos cubanos em 1895 desdobrou-se numa guerra entre Espanha e Estados Unidos – a Guerra Hispano-Americana –, vencida rapidamente pelos norte-americanos. Cuba conquistou sua autonomia da antiga metrópole europeia, mas a influência norte-americana se impôs imediatamente através de alianças com políticos cubanos ou intervenções militares diretas.

As empresas estadunidenses atuaram fortemente no setor agrícola, na mineração, no turismo e na instalação de indústrias em Cuba. Grupos locais de proprietários de terra, comerciantes e industriais lucraram muito com as trocas e acordos feitos com os Estados Unidos. Em relação ao açúcar, principal artigo da economia do país, os laços eram ainda mais estreitos: tratados especiais garantiam a compra de grande parte da produção cubana pelos norte-americanos. Isso assegurava um fluxo constante de recursos ao Estado caribenho e lucros certos aos plantadores.

A maioria da população da ilha, entretanto, vivia em extrema miséria. Os camponeses, além da falta de terras, sofriam com o desemprego nas entressafras da cana-de-açúcar. Nas cidades, havia uma grande carência de empregos e habitações populares, além de insatisfações de operários, estudantes universitários e setores das classes média e alta com um governo corrupto e ligado a interesses estrangeiros.

Foi nesse cenário que, em 26 de julho de 1953, ocorreu um ataque a um quartel or-

ganizado por um grupo de opositores de Fulgêncio Batista, entre eles, o jovem advogado Fidel Castro, filho de proprietários de terra. O plano completo previa uma série de ataques a edifícios públicos para derrubar o governo ditatorial, mas os rebeldes não tiveram êxito e vários foram mortos e presos.

Fidel Castro e alguns companheiros exilaram-se no México, onde fundaram o Movimento 26 de Julho. Suas principais bandeiras eram o fim da ditadura de Fulgêncio Batista através da luta armada e o estabelecimento de um governo nacionalista, democrático e com ênfase na igualdade social. A esse grupo, reuniu-se o médico argentino Ernesto Guevara, que viria a se tornar uma figura conhecida mundialmente com o nome de Che Guevara.

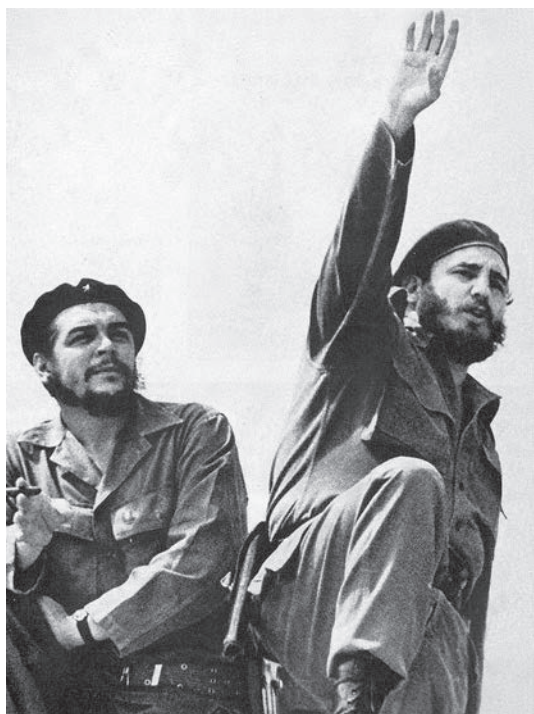


Figura 7.3: Ernesto Che Guevara e Fidel Castro (1961).
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_Cubana#/media/Ficheiro:CheyFidel.jpg.
 Foto: Alberto Korda.

Em fins de 1956, militantes armados do Movimento 26 de Julho retornaram a Cuba. Já no desembarque, enfrentaram forças do governo, o que levou à morte muitos guerrilheiros. Um grupo reduzido de sobreviventes, incluindo Fidel Castro e Che Guevara, se dirigiu a uma região montanhosa – Sierra Maestra – para estabelecer uma base de ação e reorganizar a luta. Este foi o início do Exército Rebelde, nome dado às forças guerrilheiras do Movimento 26 de Julho. Nos anos de 1957 e 1958, elas enfrentaram e derrotaram as tropas de Batista.

As vitórias sobre o governo permitiram que o Exército Rebelde controlasse diretamente uma parte do país. Nessas áreas, reformas sociais já eram colocadas em prática – distribuição de terra aos camponeses, criação de escolas e atendimentos médicos –, servindo como uma propaganda do movimento em Cuba e no exterior. Em 1º de janeiro de 1959, Fulgêncio Batista fugiu do país com seus principais assessores.

A construção da Cuba revolucionária

Inicialmente, o governo revolucionário declarou-se neutro em relação à Guerra Fria, não se aproximando dos Estados Unidos ou da União Soviética. Diversas medidas foram adotadas como:

- distribuição das grandes propriedades agrárias aos camponeses;
- reformas nas cidades para baixar o preço dos aluguéis;
- campanha nacional de alfabetização;
- aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores e

- diminuição das diferenças salariais.

Imediatamente, surgiram reações de proprietários cubanos e norte-americanos e do governo dos Estados Unidos, que recorreram às armas e à retaliação política e econômica para interromper a revolução. Aos opositores internos, a repressão foi imediata, com prisões e penas de morte; muitos outros se encaminharam para o exílio. Nesse processo, o poder político se concentrou de forma autoritária nas mãos das principais lideranças revolucionárias.

lá na plataforma

Na plataforma, você encontra mais materiais sobre as oposições ao governo revolucionário e a repressão em Cuba.

As relações com os Estados Unidos se tornaram cada vez mais tensas. O governo norte-americano suspendeu o fornecimento de petróleo a Cuba para fragilizar o novo regime. Como resposta, o governo revolucionário tomou para si as refinarias privadas do óleo no país e aceitou a oferta de fornecimento feita pela União Soviética. Em seguida, os norte-americanos interromperam a compra do açúcar, o que comprometeria seriamente as receitas do Estado cubano. Mais uma vez, a URSS ofereceu-se para adquirir a produção.

Em 1961, o governo norte-americano apoiou e armou grupos de exilados cubanos, que invadiram a ilha para derrubar o regime. Esse episódio, conhecido como a “Invasão da Baía dos Porcos”, fracassou devido à resistência da população cubana e levou ao rompimento diplomático entre Cuba e Estados Unidos, com o estabelecimento de um duro bloqueio econômico por parte deste último. Assim, o governo cubano se aproximou cada vez mais do comunismo, da União Soviética e da Guerra Fria.

lá na plataforma

Para saber mais sobre as relações entre os Estados Unidos e Cuba, incluindo o episódio conhecido como a “Crise dos Mísseis”, consulte nosso ambiente virtual.

No decorrer dos anos 1960, o regime comunista cubano adotou elementos do modelo soviético e intensificou sua dependência econômica da URSS. Paulatinamente, a propriedade privada foi dando lugar à coletivização e ao controle estatal sobre toda a economia. A planificação econômica centralizada também esteve presente em Cuba. Em termos sociais, os sistemas de saúde e educação foram estendidos a toda a população, assim como a garantia das condições mínimas de moradia e alimentação, embora somente nos anos 1970 algumas carências tenham sido superadas.

A crise e o fim da União Soviética nos anos 1980 atingiram fortemente a economia cubana, levando a enormes dificuldades de abastecimento de produtos básicos. Milhares de pessoas deixaram a ilha para buscar melhores condições de vida em outros países e a oposição ao governo se intensificou, o que resultou em várias ações de repressão. Desde 1990, diferentes reformas têm sido implementadas, alterando o modelo econômico cubano.

As ditaduras militares

A Revolução Cubana serviu como um poderoso estímulo às ideologias revolucionárias e à proposta da luta armada como meio para promover transformações sociais. Por outro lado, os guerrilheiros cubanos desafiaram e venceram os Estados Unidos, o que levou esse país a intensificar suas intervenções para manter sua hegemonia na América Latina e evitar o surgimento de “novas Cubas”.

lá na plataforma

*O processo de luta armada que levou à vitória os guerrilheiros cubanos originou uma teoria de ação revolucionária conhecida como **foquismo**. Consulte o material que apresentamos no nosso ambiente virtual para saber mais.*

Em vários países americanos, políticos de direita, setores da burguesia rural e urbana, classes médias conservadoras e grande parte dos oficiais militares se mobilizaram contra o avanço das ideias e organizações de esquerda, entre elas as comunistas. Para esses setores, a defesa do capitalismo estava na ordem do dia.

Aqui, vale a pena destacar o protagonismo das Forças Armadas, que se concretizava no envolvimento dos oficiais em debates políticos, no apoio declarado a um determinado candidato ou partido até a intervenção direta, através de golpes de Estado. De maneira geral, os altos oficiais eram ferrenhos inimigos do comunismo, o que os aproximou de grupos como empresários, proprietários de terra e uma parte das classes médias. Mas devemos ressaltar que as ideologias de esquerda também conquistaram adeptos entre os militares, sobretudo os indivíduos situados nos escalões mais baixos da hierarquia das Forças Armadas.

Outra instituição que participou ativamente das disputas políticas latino-americanas, posicionando-se fortemente contra as ideias socialistas foi a Igreja Católica. Condenando a visão de que a sociedade se dividia em classes antagônicas, a Igreja pregava uma concepção de sociedade *harmônica*, na qual cada um tinha seus deveres e direitos; os “sentimentos cristãos” de amor ao próximo e caridade, segundo as autoridades católicas, seriam suficientes para combater as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, muitas lideranças de esquerda possuíam um forte discurso antirreligioso, acusando as igrejas de terem defendido, historicamente, a propriedade privada e os interesses das elites econômicas, colocando-se contra as lutas populares.

Assim como discutimos em relação às Forças Armadas, também na Igreja Católica surgiram grupos que se afastavam de posições conservadoras. Na América, um grupo importante de religiosos acabou se reunindo sob a chamada Teologia da Libertação, cujo princípio mais importante afirmava que a Igreja deveria fazer uma “opção preferencial pelos pobres”. Nesse sentido, propunha que o trabalho do clero deveria se desenvolver junto à população mais carente e miserável, lutando para melhorar suas condições de vida. As ações desse grupo de religiosos criticaram diretamente as estruturas sociais desiguais e as elites econômicas e políticas, aproximando essa parte do clero dos movimentos sociais e políticos de esquerda, inclusive os comunistas.

Como resultado do que discutimos até aqui, encontramos uma América Latina em plena ebulição política, ideológica, econômica e social nas décadas de 1950 e 1960. Setores sociais comprometidos com as hierarquias sociais desiguais, com o sistema capitalista e com a manutenção do alinhamento com os Estados Unidos, profundamente anticomunistas, articulavam-se contra o fortalecimento dos sindicatos e movimentos sociais rurais e urbanos e partidos políticos de esquerda. As ideias de luta armada e revolução se fortaleciam:

- em 1952, um movimento revolucionário tomou o poder na Bolívia;
- em 1970, no Chile, foi eleito pelo voto popular o socialista Salvador Allende para a presidência do país.

lá na plataforma

Apresentamos um material específico sobre a Revolução Boliviana e o governo de Salvador Allende no nosso ambiente virtual.

Em alguns países, donos de indústrias e de meios de comunicação, proprietários de terra, clero católico, setores médios conservadores e oficiais das Forças Armadas articularam golpes de Estado com o suporte financeiro e militar dos Estados Unidos. Esses golpes derrubaram, por meio da força, governantes democraticamente eleitos e implantaram regimes ditatoriais. No mapa abaixo, enfocamos especificamente essas ditaduras militares de direita no Cone Sul da América do Sul:



Figura 7.4: Ditaduras militares no Cone Sul da América do Sul. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_america_do_sul.svg.

De forma geral, as ditaduras militares tiveram como características a/o:

- Doutrina de Segurança Nacional: afirmação de que a principal ameaça à se-

gurança nacional não era uma força estrangeira, mas o “inimigo interno”, o comunismo, que se infiltrava em todas as áreas da sociedade;

- Concentração da autoridade no Poder Executivo: controle rígido ou supressão total das atividades político-partidárias e do funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Censura aos meios de comunicação, à imprensa, à educação e às artes;
- Montagem de sistemas de informação e repressão com o objetivo de espionar e reprimir quaisquer oposições – organizações de luta armada comunistas, sindicatos rurais e urbanos, movimento estudantil, partidos políticos, jornalistas, intelectuais, professores, líderes comunitários ou religiosos, entre outros;
- Violação dos direitos humanos: violação da privacidade, da correspondência e do sigilo telefônico; suspensão do *habeas corpus*; sequestros, assassinatos e desaparecimento de corpos; tortura como política de Estado; obstáculos à vida profissional como direito a promoções ou assumir cargos, por exemplo; negação de certidões e documentos oficiais; sequestros de crianças.
- Alinhamento ao sistema capitalista e aos Estados Unidos, com liberdade para a atuação das empresas multinacionais.

lá na plataforma

As lutas por memória, verdade e justiça construídas pelas vítimas das ditaduras militares e seus familiares podem ser conhecidas no nosso ambiente virtual.

Brasil: lutas sociais e o fim do regime democrático de 1946

As organizações de trabalhadores urbanos e de estudantes

Até o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, as lutas dos trabalhadores no Brasil, principalmente nas cidades, eram marcadas por três características:

- a fragilidade do sindicalismo e sua dependência do Poder Público,
- a ausência de partidos operários de massa e
- a força das lideranças populistas, como o próprio Vargas, diante do socialismo.

Essa história tomou novos rumos após 1945. O primeiro deles foi o destaque que os trabalhadores urbanos ganharam no jogo político como eleitores e como lideranças. Isso se traduziu, por exemplo, na eleição de vários parlamentares do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos de 1945 e 1947. Mesmo colocado na ilegalidade em 1947, o PCB conquistou cada vez mais adeptos. Outra agremiação de esquerda, não socialista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também se destacou nas disputas eleitorais.

Na década de 1950, o aumento do número de sindicalizados urbanos e a ocorrência de movimentos grevistas com impacto nacional confirmavam a crescente mobilização e participação política dos trabalhadores. Além das reivindicações de reajuste salarial e direitos trabalhistas, como o 13º salário, os sindicatos urbanos criticavam a influência imperialista dos Estados Unidos no país e defendiam o nacionalismo econômico, buscando influir nas políticas governamentais.

Nesse contexto, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em São Paulo em 1962. O CGT reunia diferentes sindicatos com o objetivo de orientar, coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro no nível nacional, apesar de não ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

Outro segmento que ganhou destaque político após 1945 foram os estudantes secundaristas e universitários, cujo número aumentava conforme o país se urbanizava e industrializava. As organizações estudantis mais atuantes foram a União Nacional dos Estudantes (UNE), que reunia os universitários, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

As questões do movimento estudantil giravam em torno de temas como a denúncia de falta de vagas nas faculdades e nas escolas secundárias, a falta de assistência aos estudantes mais pobres e, também, debates amplos como o desenvolvimento econômico, a desigualdade social e as lutas revolucionárias na África e Ásia. Comunistas, socialistas, anticomunistas, liberais e trabalhistas disputavam ferozmente o controle dessas organizações.

As lutas camponesas

Uma questão central no Brasil após 1945 foi o debate acerca da **reforma agrária** – programa de redistribuição das propriedades rurais para reduzir a concentração fundiária no país. Lideranças camponesas e de proprietários rurais, partidos políticos, sindicatos, intelectuais, movimento estudantil, artistas, religiosos e funcionários públicos se envolveram na discussão sobre a melhor maneira de resolver esse problema histórico que resultava em miséria e exploração da população rural, violência constante no campo e êxodo para as cidades. Para tornar a situação ainda mais grave, a legislação existente no Brasil excluía os trabalhadores rurais de direitos como salário-mínimo, férias, licença-saúde ou aposentadoria e proibia que eles se organizassem em sindicatos!

lá na plataforma

Muitos escritores, pintores e músicos enfocaram as dificuldades vividas pelos trabalhadores rurais nos anos 1950. Confira no nosso ambiente virtual.

Ainda assim, a mobilização política e associativa dos trabalhadores rurais se intensificou continuamente, estabelecendo um diálogo com as ações de operários, estudantes e forças de esquerda como o PCB e o PTB. Segundo o historiador Mario Grynspan,

as lutas camponesas assumiram feições distintas, indo desde resistências contra expulsões até ocupações de terra e passando também por movimentos grevistas por salários, direitos trabalhistas e acesso a lotes para cultivo. De início, eram localizadas, mas, com o passar do tempo, passaram a se generalizar, a envolver um número maior de pessoas e a se radicalizar, chegando mesmo a ocorrer enfrentamentos armados entre camponeses, jagunços e policiais (2002, p. 131).

Uma das organizações mais importantes foram as Ligas Camponesas, que reuniam camponeses de determinada região em uma associação que reivindicava a diminuição do foro – pagamento feito aos donos da terra – e a reforma agrária. Seu principal líder foi Francisco Julião, advogado e político pernambucano.

A Igreja Católica também atuou na organização dos trabalhadores no campo, trabalhando para a sindicalização dos camponeses, através de integrantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, da Ação Popular (AP), um grupo de orientação socialista revolucionária. Ambos faziam parte das novas formas de atuação concebidas dentro da Teologia da Libertação.

No início dos anos 1960, multiplicavam-se os episódios de violência no campo, sobretudo o assassinato de lideranças camponesas. A “questão agrária” e os conflitos no campo chamavam a atenção de toda a sociedade brasileira.

O governo de João Goulart

Nesse mesmo momento, o Brasil foi às urnas para eleger o sucessor de Juscelino Kubistchek em um ambiente marcado pelo crescimento do preço dos produtos, denúncias de corrupção e fortalecimento de movimentos sociais e de forças de esquerda. Disputaram a presidência o político paulista Jânio Quadros, apoiado pela UDN, setores de direita, conservadores e anti-comunistas, e o General Henrique Lott, com a união de partidos de centro-esquerda (PTB-PS-D-PSB). A vitória coube a Jânio Quadros; como vice-presidente, foi eleito o trabalhista João Goulart; ou seja, presidente e vice-presidente representavam forças político-ideológicas diferentes e opostas.

Jânio Quadros governou por breves sete meses. Apesar de ter sido eleito com o apoio de forças de direita, o presidente autorizou a aproximação com países comunistas para ampliar o comércio brasileiro e adotou uma posição de independência na Guerra Fria.

Na economia, o governo determinou congelamento de salários, restrição ao crédito, corte de subsídios federais e desvalorização da moeda da época, o cruzeiro; ao mesmo tempo, tentou regular a remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior. Por fim, a abertura de sindicâncias para investigar denúncias de corrupção acabaram atingindo muitos políticos.

Essas medidas geraram insatisfação entre empresários, trabalhadores, governo dos Estados Unidos, setores anticomunistas e parlamentares. O apoio ao presidente se fragilizou e, nesse cenário, ele renunciou ao cargo em agosto de 1961, de forma abrupta e com poucas explicações.

O vice-presidente João Goulart (Jango) estava em viagem oficial à China. No Brasil, setores anticomunistas e oficiais das Forças Armadas não aceitaram sua posse, que só foi assegurada após a articulação da Campanha pela Legalidade – a defesa do cumprimento da Constituição que determinava a posse de Jango – pelo político do PTB, Leonel Brizola.

As negociações entre líderes políticos e militares culminaram com a votação de uma emenda constitucional no Congresso Nacional, que garantiu a posse de Jango, mas instituiu o sistema parlamentarista no Brasil. João Goulart assumiu a presidência da república, mas com poderes reduzidos até o ano de 1963, quando o sistema presidencialista foi restabelecido.

Desde seu início, o governo João Goulart se caracterizou por um duro enfrentamento entre as forças políticas e sociais. Em pouco mais de um ano, três pessoas assumiram o cargo de primeiro-ministro, demonstrando a dificuldade que o governo enfrentava para conseguir apoio de deputados e senadores. Da mesma forma, os projetos de lei do governo que previam a implementação de importantes reformas no país, as chamadas **Reformas de Base**, não conseguiam obter os votos necessários para sua aprovação no Congresso, sendo barrados por deputados conservadores.

lá na plataforma

*Desde o fim do Governo JK, as forças de centro-esquerda elaboraram um programa de reformas no Brasil, conhecido como **reformas de Base**. Conheça mais sobre eles no nosso ambiente virtual.*

A economia também enfrentava problemas. A inflação saltou de 26,3%, em 1960, para 54,8%, em 1962, e os índices de crescimento econômico se reduziram.

Com todas essas dificuldades e as pressões exercidas por diversas organizações, como as Ligas Camponesas, a UNE e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o presidente João Goulart decidiu realizar as reformas barradas no Congresso através de decretos. Para isso, era importante mobilizar o apoio popular e o governo organizou no Rio de Janeiro o “Comício da Central”, em

13 de março de 1964. Cerca de 150 mil pessoas estiveram presentes e viram Jango anunciar dois decretos: um sobre distribuição de terras e outro referente à nacionalização de refinarias privadas de petróleo.

O golpe civil-militar de 1964

Desde o início do governo de João Goulart, diferentes grupos sociais e políticos desenvolveram ações para fragilizá-lo e às forças de esquerda que o apoiavam. Foi nesse contexto que entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que uniram empresários, proprietários rurais e militares, produziram filmes, artigos de jornal e cursos que associavam o governo Jango ao comunismo. Em 1962, o Ibad utilizou recursos de empresas nacionais e estrangeiras, sobretudo norte-americanas, para financiar candidatos de direita, o que era ilegal.

A articulação para a tomada do poder através de um golpe, feita entre civis e militares brasileiros e dos Estados Unidos, se intensificou a partir de fins de 1963, com o agravamento da crise política pelo impasse do projeto de reforma agrária e pelas manifestações autônomas de oficiais de baixa patente. Após o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, e os decretos assinados na ocasião, as oposições a Jango convocaram a população para realizar manifestações oposicionistas: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A primeira delas ocorreu em 19 de março, no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, oficiais, empresários, proprietários rurais, donos de meios de comunicação e políticos, com o aval militar dos Estados Unidos, decidiam os detalhes do golpe de Estado. Em 25 de março, marinheiros e fuzileiros navais se revoltaram no Rio de Janeiro, o que era uma grave violação das normas militares de hierarquia. Jango anistiou os revoltosos e compareceu a uma solenidade com a presença dos anistiados, o que foi visto como um apoio à ação dos marinheiros e fuzileiros.

Na manhã do dia 31 de março de 1964, tropas sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, sediadas na cidade de Juiz de Fora, se encaminharam para o Rio de Janeiro para tomar o poder. Governadores de estados importantes como Minas Gerais e Guanabara colocaram as polícias militares e civis à disposição do golpe. No dia seguinte, em outras partes do país, oficiais militares, com tanques e soldados nas ruas, assumiram o comando do governo.

João Goulart acompanhou o desenrolar da ação militar e tomou a decisão de não defender seu mandato, apesar de ter parte dos oficiais e forças políticas e sociais a seu lado. Dessa forma, evitou um confronto civil entre seus partidários e os golpistas, que contavam com a chegada de uma frota de guerra enviada pelos Estados Unidos. Tinha início ali a ditadura que durou 21 anos.

Resumo

- Após 1945, países da América Latina vivenciaram processos de industrialização e urbanização e o crescimento de movimentos sociais e forças políticas populistas e de esquerda que buscavam promover reformas sociais ou revoluções comunistas.
 - Em 1959, o Movimento 26 de Julho tomou o poder em Cuba, iniciando um processo revolucionário que estabeleceu um regime comunista aliado da União Soviética. A Revolução Cubana impactou diretamente as lutas sociais e políticas na América Latina.
 - O aumento das disputas políticas, sociais e econômicas em vários países da América Latina, no contexto da Guerra Fria, levou à articulação de golpes de Estados de direita liderados por militares com apoio de religiosos católicos, empresários, proprietários de terra e de meios de comunicação e parte das classes médias. Aos golpes, se seguiram ditaduras civil-militares alinhadas ao capitalismo e baseadas na Doutrina de Segurança Nacional, marcadas pela violação sistemática dos direitos humanos.
 - No Brasil, o crescimento dos movimentos sociais de trabalhadores urbanos, rurais e estudantes e de partidos de esquerda intensificou as disputas políticas do regime democrático. No início dos anos 1960, a defesa das Reformas de Base, entre elas a reforma agrária, mobilizou a atenção da sociedade brasileira. No ano de 1964, essa dinâmica política foi interrompida por um golpe de Estado civil-militar que depôs o presidente eleito João Goulart.
-

Atividade



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeiro_Congresso_de_Lavradores_e_Trabalhadores_Rurais_do_Brasil#/media/Ficheiro:Popula%C3%A7%C3%A3o_na_lei_ou_na_marra.jpg. Foto: Gustavo Marcelos Calcado.

A fotografia acima foi tirada durante o Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, ocorrido em 1961 na cidade de Belo Horizonte. Analise com atenção a fotografia e:

1. Identifique quem são os cidadãos e as cidadãs brasileiras que aparecem nela.
2. Considerando a conjuntura política em que o congresso ocorreu, explique o significado dos cartazes “Terra ou morte” e “Na lei ou na marra”.

Sugestão de resposta

1. A fotografia mostra trabalhadores e trabalhadoras do campo, negros e negras, reivindicando a reforma agrária.
 2. Os cartazes trazem palavras de ordem reivindicando a reforma agrária “na lei ou na marra”, já que o acesso à terra no Brasil era uma questão social em evidência na década de 1960 e figurava o debate político do momento, quando os trabalhadores e trabalhadoras do campo não possuíam direitos sociais e viviam em péssimas condições de trabalho. Inclusive muitos trabalhadores do campo foram assassinados por lutarem por mais direitos sociais e acesso à terra.
-

Ampliando horizontes

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. *In*: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 131.

A ditadura civil-militar no Brasil: a ação repressiva, as políticas econômicas e as resistências (1964-1985)

08

meta

Caracterizar a ditadura civil-militar no Brasil a partir de 1964, considerando os mecanismos autoritários utilizados, a violação sistemática dos direitos humanos, as políticas econômicas e as diferentes formas de resistência organizadas pela sociedade brasileira.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- explicar os mecanismos autoritários utilizados pelo Estado para controlar a sociedade;
- caracterizar as políticas econômicas implementadas durante a ditadura, identificando seus impactos sociais e regionais;
- identificar as diferentes formas de resistência à ditadura articuladas na sociedade.

Introdução

No dia 1º de abril de 1964, um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas, com o apoio de parte das lideranças políticas e dos setores médios, proprietários de terra, empresários e do governo dos Estados Unidos, depôs o presidente João Goulart. Sob o argumento de que o país enfrentava uma ameaça comunista, nos 21 anos seguintes os militares e seus aliados estabeleceram um regime ditatorial que atingiu todas as áreas da sociedade e deixou inúmeras marcas no país. Até hoje, esse evento provoca reações e debates na imprensa, nas redes sociais e entre as forças políticas e sociais.

Nesta unidade, enfocamos os mecanismos de implantação da ditadura e as ações repressivas que atingiram políticos, sindicalistas, artistas, jornalistas, estudantes e povos indígenas, entre outros sujeitos. Prisões, demissões, tortura, assassinato, exílio e censura foram alguns dos instrumentos das autoridades contra seus opositores. Também estudaremos as características das políticas econômicas adotadas e as diferentes formas de resistência à ditadura construídas pelos atores sociais. No mapa abaixo, destacamos o Brasil:



Figura 8.1: Território brasileiro.

A construção do estado ditatorial

O governo ditatorial estabeleceu diferentes meios para controlar a sociedade e, assim, implantar seus projetos nacionais. Essas ações se basearam na Doutrina de Segurança Nacional, que estudamos na Unidade 7, segundo a qual a principal ameaça à segurança do país não era uma força estrangeira, mas o “inimigo interno” – o comunismo – que se infiltrava em todas as áreas da sociedade. A questão é que, para aqueles que tomaram o poder em 1964, eram comunistas quem defendia essa ideologia e, também, quem se opunha ao governo, quem participava de sindicatos, quem criticava o capitalismo, quem tinha um comportamento diferente, quem denunciava o racismo... O “inimigo” estava em toda parte e assumia diferentes formas.

Um dos primeiros mecanismos repressivos criados foram os **atos institucionais (AIs)**. Redigidos por autoridades do Poder Executivo, os AIs eram normas legais que não podiam ser questionadas pelos poderes Legislativo ou Judiciário. Através deles, o governo perseguiu opositores políticos, fechou o Congresso, dissolveu partidos e suspendeu direitos da população.

A ditadura também fortaleceu o sistema de informação e repressão, cujos agentes espionavam e reprimiam os cidadãos acusados de comunistas em sindicatos, escolas, universidades, jornais, movimentos sociais, órgãos públicos, partidos... Já em 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o objetivo de recolher informações de pessoas que criticavam o governo, organizavam atos de protesto ou defendiam ideias de esquerda. A ele se somaram órgãos das três Forças Armadas, a Polícia Federal e os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS). Em 1970, foram criados o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOI (Destacamento de Operações e Informações) – conhecido como DOI-CODI.

Esse aparato governamental integrado por militares e civis recebeu muitos recursos, sendo responsável pela violação sistemática dos direitos humanos de cidadãos brasileiros. As pesquisas sobre sua atuação e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, indicam a prática da tortura em presos políticos, sequestro, invasão de domicílio, assassinato e desaparecimento de corpos, entre outras ações ilegais que atingiram, inclusive, crianças.

#lá na plataforma

Saiba mais sobre as leis autoritárias e o sistema de informação e repressão do regime ditatorial na nossa plataforma.

Os limites à política partidária

Logo em abril de 1964, o governo ditatorial lançou o AI-1 e iniciou a repressão a políticos do PTB, lideranças comunistas, sindicalistas, intelectuais, estudantes e militares contrários ao golpe, promovendo prisões em massa, torturas, cassação de mandatos eletivos e suspensão dos direitos políticos – ou seja, a pessoa não podia concorrer em eleições e participar de atividades políticas. Milhares de pessoas foram atingidas por essa onda repressiva e alguns líderes, como João Goulart e Leonel Brizola, tiveram que sair do país.

lá na plataforma

Foram tantas pessoas presas após o golpe que navios e estádios de futebol tiveram que ser utilizados como prisões. Saiba mais no nosso ambiente virtual.

O Poder Legislativo e as eleições para deputados federais e estaduais, senadores, vereadores e prefeitos foram mantidos, exceto nas capitais e em algumas outras cidades. Entretanto, os direitos de organização e liberdade de expressão deixaram de existir, pois o governo ditatorial ameaçava e reprimia seus opositores através de ações como a cassação de mandatos e o fechamento à força do Congresso Nacional e de Assembleias Estaduais.

Entre 1965 e 1966, a ditadura dissolveu os partidos políticos existentes e criou um sistema bipartidário formado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena – favorável à ditadura) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Também suspendeu as eleições diretas para a presidência da república e para os governos estaduais, determinando que essas autoridades deveriam ser eleitas de *forma indireta* – através dos parlamentares federais e estaduais. No caso da presidência, os candidatos eram indicados pelas Forças Armadas e “eleitos” pelos membros do Congresso Nacional:

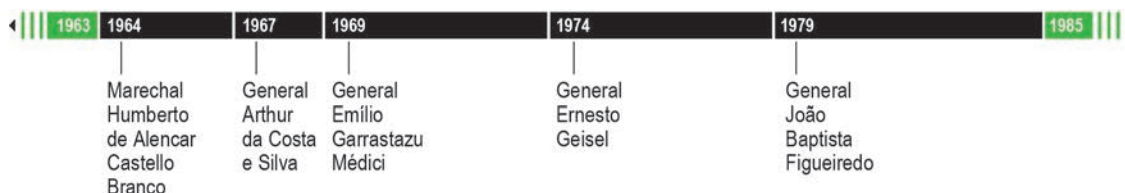


Figura 8.2: Generais presidentes entre 1964 e 1985.

Em 1967, sob pressão, o Congresso Nacional aprovou uma nova constituição que concentrou ainda mais a autoridade no Poder Executivo, dominado pelos militares, reduziu a capacidade do Legislativo de elaborar e fiscalizar a ação do governo e incorporou os AIs decretados desde 1964. Em 13 de dezembro de 1968, um novo ato institucional, o de nº 5 (AI-5), aprofundou ainda mais o sistema ditatorial, permitindo ao presidente:

- Decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.
- Decretar a intervenção nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

habeas corpus

instrumento que visa a garantir algum direito fundamental do indivíduo.

Ele pode ser acionado sempre que alguém sofrer ou se sentir ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (BLUME, 2019).

- Suspende os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais sem as limitações previstas na Constituição.
- Decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.
- Aposentar quaisquer servidores públicos.

O AI-5 também suspendeu a garantia de **habeas corpus** nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Em 1969, com o Congresso Nacional fechado à força, uma emenda à Constituição foi adotada, incorporando o AI-5 à lei maior do país.

Estendendo-se até o fim de 1978, o AI-5 foi o ato mais violento e aprofundou a violação dos direitos dos cidadãos brasileiros. Por isso, ele marca o início do que ficou conhecido como “os anos de chumbo”. Por outro lado, políticos conservadores e de extrema-direita colocaram-se ao lado dos militares, apoiando essas medidas e aproveitando-se da repressão à oposição para aumentar sua força eleitoral e seu acesso a recursos públicos.

A repressão aos movimentos sociais

Associações empresariais e de fazendeiros também se mantiveram aliadas ao governo ditatorial, pois a repressão do Estado atingiu o movimento sindical e as organizações de trabalhadores rurais e de estudantes. Vamos lembrar que, antes do golpe, essas organizações mobilizavam milhões de pessoas na luta pelo voto do analfabeto, pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas para camponeses, pelo combate à desigualdade e criticando a influência dos Estados Unidos e das empresas estrangeiras no país.

Uma das organizações mais atuantes no pré-1964 era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que teve sua sede na cidade do Rio de Janeiro atacada a tiros, depredada e incendiada já nos dias 31 de março e 1º de abril por defensores do golpe. Várias lideranças foram perseguidas e presas; posteriormente, a UNE foi proibida pelo governo e uma lei determinou a criação de outra organização estudantil que deveria se subordinar ao Ministério da Educação. Assim, os estudantes perdiam o direito de se manifestar livremente.

Apesar de proibida, a UNE continuou se articulando e, a partir de 1966, recuperou sua capacidade de mobilizar os estudantes contra a ditadura e suas ações. No ano de 1968, ela confrontou abertamente o governo com manifestações massivas em várias cidades do país, mas acabou desarticulada após a prisão de suas principais lideranças.

O movimento sindical urbano também foi um alvo prioritário da ação repressiva governamental. Muitos sindicalistas foram presos e torturados, enquanto o Ministério do Trabalho nomeava interventores nos sindicatos. O Comando Geral dos Trabalhadores, criado em 1962, foi proibido; uma nova lei, que ficou conhecida como Lei Antigreve, impôs obstáculos à paralisação da produção. Os trabalhadores perdiam, assim, o direito à liberdade de organização e de resistir à exploração de sua mão de obra.

Já os patrões promoviam a demissão de quem protestasse contra as condições de trabalho e criaram “listas sujas”, com o nome daqueles que atuavam em sindicatos ou se manifestavam politicamente. Essas listas eram compartilhadas entre empresas para evitar que esses trabalhadores conseguissem emprego. Em várias ocasiões, patrões e agentes do governo se ajudaram mutuamente para espionar e reprimir os trabalhadores.

lá na plataforma

Veja mais sobre a colaboração entre empresas privadas e órgãos de repressão da ditadura na nossa plataforma virtual.

Nas áreas rurais, a violência contra lideranças camponesas teve início antes do golpe de 1964, sobretudo através da ação de empregados armados de proprietários de terra ou pistoleiros contratados. Após o golpe, os ataques às Ligas Camponesas e a sindicatos rurais se intensificaram, com o uso constante da violência contra os trabalhadores rurais e a intervenção do Estado nas direções sindicais de forma a enfraquecer sua capacidade de organização. Nesse contexto, muitos camponeses abandonaram seus locais de moradia e buscaram sobrevivência em outras regiões, inclusive migrando para centros urbanos.

lá na plataforma

Conheça um pouco mais sobre a violação dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais no nosso ambiente virtual.

Os ataques à liberdade de expressão

Uma das principais preocupações da ditadura era controlar as ideias debatidas na sociedade e impedir que fossem divulgadas críticas ao governo ou pensamentos diferentes dos que defendiam os militares e seus aliados. Para isso, era fundamental limitar a liberdade de expressão na imprensa e nas artes, o que foi feito através de diferentes formas de censura e, também, da prisão e tortura de jornalistas, intelectuais e artistas.

No caso de livros, músicas, filmes, programas de TV e peças teatrais, agentes públicos deveriam ter acesso às obras antes de seu lançamento – era a censura prévia. Quando identificavam algo contrário aos ideais do governo, proibiam a veiculação da obra ou partes dela, obrigando os artistas a modificá-las para conseguir a liberação de suas criações.

No campo musical, as justificativas dadas pelos censores para vetar canções iam muito além da intenção de calar as críticas políticas. Houve canções censuradas por tratarem de problemas cotidianos dos moradores das favelas (“Acender as velas”, de Zé Keti), por ofenderem “a moral e os bons costumes” (“Vaca profana”, de Caetano Veloso), por fazerem referências ao desejo sexual (“Em qualquer lugar”, de Odair José) ou por denunciarem o racismo (“Negro”, de Djavan).

lá na plataforma

Ameaçados, muitos artistas deixaram o país, especialmente após o AI-5. Leia sobre isso e escute uma playlist de músicas censuradas na nossa plataforma.

Em relação aos jornais, a censura prévia foi menos frequente e o controle sobre o noticiário se dava por meio de comunicados aos editores sobre o que não poderia ser noticiado. Caso eles não fossem acatados, o meio de comunicação poderia sofrer diferentes retaliações: apreensão das edições, prisão de jornalistas ou suspensão de propagandas oficiais, que geravam recursos financeiros importantes. As proibições abrangeram assuntos como política, ações dos grupos de luta armada e até uma epidemia de meningite que atingiu São Paulo em 1974. E, também, era proibido informar à população que o noticiário era censurado...

Assim, as ações do governo ditatorial no campo jornalístico e nas artes apresentavam diferentes objetivos: reprimir críticas e oposições, esconder da população questões e conflitos sociais como a pobreza, a discriminação racial e epidemias, divulgar um modelo de comportamento conservador e a imagem de uma sociedade harmônica e pacífica, sem divisões internas. Através da censura, não só artistas e jornalistas, mas toda a sociedade brasileira foi atingida por ter sido impedida de se expressar livremente e de ter acesso à informação.

Economia: crescimento, endividamento e inflação

No último ano do governo de João Goulart, os problemas econômicos se agravaram com um crescimento baixo das atividades produtivas e a alta da inflação. Nesse contexto, as ações da ditadura buscaram o/a:

- alinhamento aos Estados Unidos e ao sistema capitalista mundial, facilitando a entrada e saída de capital estrangeiro do país;
- continuidade de políticas voltadas para a industrialização;
- intervenção do Estado na economia, com a adoção de medidas protecionistas e a criação de mais de 200 empresas estatais.

É comum ouvirmos que o desenvolvimento econômico foi uma das marcas do período ditatorial. Vamos analisar o gráfico e a tabela a seguir para refletir melhor sobre isso:

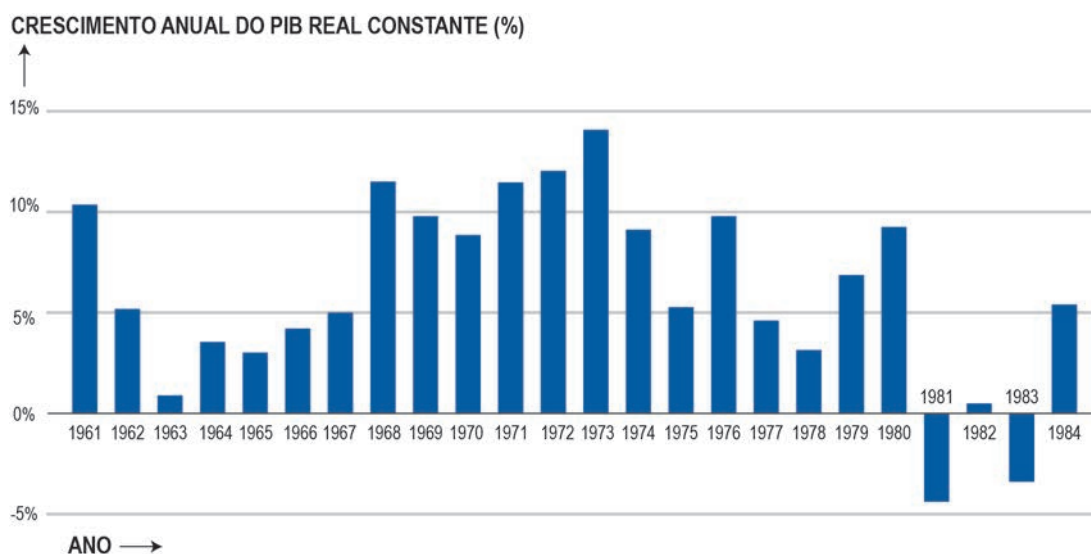


Figura 8.3: Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), em % (1961 a 1984). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto_do_Brasil.

Tabela 8.1: Variação da taxa de inflação e da dívida externa (1964 a 1984)

ANO	INFLAÇÃO (%)	DÍVIDA EXTERNA (milhões de dólares)
1964	92,1	3.294
1966	39,1	3.771
1968	25,5	4.092
1970	19,3	6.240
1972	15,7	11.464
1974	34,5	20.032
1976	46,3	32.145
1978	40,8	52.187
1980	110,2	64.259
1982	99,7	85.487
1984	223,8	102.127

Fonte: Adaptada de <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>.

Esse conjunto de dados nos indica dinâmicas diferentes ao longo dos anos de ditadura. No período inicial, o crescimento econômico foi pequeno e a inflação se manteve em um patamar médio; entre 1968 e 1974, foram registrados altos índices de crescimento com uma inflação

mais baixa – o chamado “Milagre Econômico”. Por fim, após 1975, o cenário se encaminhou para uma crise: redução dos índices de crescimento e disparada da inflação e da dívida externa.

O Paeg

Inicialmente, foi elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que modificou o sistema de cobrança de impostos, criou órgãos de controle do sistema financeiro e estabeleceu o reajuste do salário-mínimo em níveis abaixo da inflação – o chamado “arrocho salarial”. O valor do salário-mínimo diminuiu ano a ano enquanto os sindicatos eram sufocados pela repressão do Estado, dificultando a reação dos trabalhadores. Ainda assim, dois movimentos grevistas eclodiram nas cidades de Osasco (SP) e Contagem (MG), sendo violentamente reprimidos.

O “Milagre Econômico”

No fim dos anos 1960, a economia se beneficiou da disponibilidade de empréstimos internacionais, que foram investidos na instalação de indústrias privadas e públicas e em grandes projetos governamentais. Os índices de crescimento começaram a subir, atingindo o maior número da história até então. Obras públicas como a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica foram realizadas e os sistemas de transportes e telecomunicação se estenderam até o interior do país.



Figura 8.4: Rodovia Transamazônica, cuja construção se iniciou em 1969. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Br-230mapa.jpg?uselang=pt>.

Esse crescimento econômico colaborou para que a ditadura ganhasse apoio social. Muitas oportunidades de emprego foram criadas para as classes médias e parte dos trabalhadores, que puderam ter acesso a produtos como televisores, carros e a casa própria. Para esses setores, foi um tempo de prosperidade pessoal, ainda que milhares de brasileiros sofressem a violência do

Estado após o AI-5. Aproveitando-se desse cenário econômico favorável e do tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo do México, em 1970, o governo deslançou uma forte campanha de propaganda nacionalista baseada na ideia do “Brasil Grande”.



Figura 8.5: Propaganda nacionalista da ditadura militar. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Propagandas_da_ditadura_militar_brasileira#/media/Ficheiro:Brasil_ame-o_ou_deixe-o.png.

O avanço da industrialização, sobretudo na Região Sudeste, intensificou o êxodo rural e o Brasil se transformou em um país urbano. Em 1980, somente 33% dos brasileiros moravam em áreas rurais. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte se agigantaram, enfrentando problemas como falta de moradia e de infraestrutura de saneamento básico e transportes. Os sistemas de saúde e educação também não conseguiam atender aos novos moradores das cidades.

Nas áreas rurais, o crescimento dos negócios agropecuários se baseou na adoção de novas tecnologias e na concentração da propriedade fundiária. Terras de posseiros e pequenos proprietários foram tomadas por grandes fazendas. Tensões constantes surgiram entre trabalhadores rurais e fazendeiros.

Os povos indígenas também foram duramente afetados pelo avanço da agropecuária modernizada e pela construção de hidrelétricas e rodovias. Tiveram suas terras invadidas e tomadas pelo governo, que as distribuiu para grandes empresas e colonos de outras regiões do país, sofreram com as epidemias e com as violências cometidas por agentes do Estado, fazendeiros, mineradores, madeireiros...

A situação de empobrecimento de boa parte da população brasileira ficou evidente já no início dos anos 1970 e foi reconhecida, inclusive, pelo ditador-presidente Emílio Médici, que teria afirmado em 1970: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”. Isso explicita uma característica do chamado “Milagre Econômico”: a concentração dos ganhos econômicos nos setores médios e ricos. A economia cresceu, mas a desigualdade social também, prejudicando trabalhadores urbanos e rurais.

lá na plataforma

No nosso ambiente virtual, selecionamos outras discussões sobre o período conhecido como “Milagre Econômico”.

Depois do milagre, a crise

A partir de 1974, o “milagre” começou a perder fôlego. Ainda assim, os empréstimos internacionais continuaram chegando, sendo utilizados pelo governo para estimular o desenvolvimento econômico e realizar obras como a usina hidrelétrica de Itaipu e a usina nuclear de Angra dos Reis. Novas empresas estatais foram criadas.

Entretanto, em 1979, conflitos internacionais levaram à alta do preço do petróleo e os empréstimos internacionais diminuíram, reduzindo a capacidade do Estado de investir na economia. O aumento dos juros da dívida externa exigiu cada vez mais recursos públicos para seu pagamento.

Menos dinheiro e mais dívidas: o resultado foi o descontrole das contas do governo, o aumento da inflação, a queda rápida na atividade produtiva e do emprego. A população brasileira voltou a enfrentar uma grave crise econômica e, em seu final, a ditadura entregou o país com uma inflação anual de mais de 200%!

As resistências à ditadura

Até aqui, discutimos a construção dos mecanismos autoritários e as políticas econômicas ditatoriais. Destacamos que as ações lideradas por militares receberam o apoio de grupos civis como forças políticas conservadoras e de extrema-direita, empresários, proprietários de terra e parte das classes médias e dos trabalhadores. Agora, vamos conhecer como a sociedade também articulou formas de resistir à ditadura e lutar por seus direitos.

1968: as manifestações contra a ditadura

Quando tomaram o poder, os militares contaram com o apoio de lideranças de partidos como a UDN e o PSD. Porém, as crescentes intervenções nas atividades políticas fizeram com que parte desses líderes começasse a se afastar do governo. Em 1967, políticos que tinham sido adversários até 1964, como o golpista Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e o deposto João Goulart, articularam um movimento chamado Frente Ampla, que criticou publicamente as restrições à vida política promovidas pelo Estado.

As denúncias de prisões ilegais e torturas e a tentativa de controlar a imprensa também fizeram com que os principais jornais, inicialmente favoráveis à ditadura, comessem a se posicionar criticamente. Os movimentos sindical e estudantil, duramente reprimidos nos primeiros anos após 1964, buscaram se reorganizar, promovendo greves e manifestações públicas. Estudantes secundaristas e universitários mobilizavam-se para defender o aumento das verbas para a educação e das vagas na universidade e pedir democracia.

No ano de 1968, as manifestações contra a ditadura cresceram muito e os estudantes entraram em confronto direto com as forças policiais e militares. Em março, uma manifestação no restaurante carioca Calabouço, reivindicando a melhoria da assistência para alunos pobres,

terminou com o assassinato do secundarista Edson Luís de Lima Souto, após uma invasão policial no local. A violência do governo gerou oposição e, em 26 de junho, após a morte de três estudantes pela polícia, aconteceu no Rio de Janeiro a **Passeata dos Cem Mil**, reunindo artistas, escritores, jornalistas, intelectuais, padres, donas de casa e trabalhadores.

lá na plataforma

No ano de 1968, a juventude se movimentou no Brasil e no mundo. Conheça um pouco mais sobre esse ano incrível no nosso ambiente virtual.

As críticas de diferentes setores sociais e as reivindicações de estudantes e operários eram desafios abertos à ditadura, e um grupo de oficiais de extrema-direita das Forças Armadas passou a defender a necessidade de intensificar as medidas repressivas. As tensões aumentaram em dezembro, após o Congresso Nacional negar uma licença para que o deputado do MDB, Márcio Moreira Alves, fosse processado na Justiça por ter, segundo alguns militares, ofendido as Forças Armadas.

No final do confronto entre os setores sociais de oposição e o governo, prevaleceu a força desses oficiais, que se concretizou na elaboração do AI-5 e no aumento da violência e da censura que a ele se seguiram. Nesse contexto, muitos brasileiros partiram para o exílio em outros países.

lá na plataforma

As instituições de pesquisa foram duramente afetadas pelo AI-5 como no caso do “Massacre de Mangueiras”. Conheça mais no nosso ambiente virtual.

As organizações de luta armada

Nos anos 1950 e 1960 surgiram movimentos guerrilheiros em vários países – Cuba, Vietnã, Angola, Bolívia – defendendo a realização de revoluções sociais através da luta armada. Boa parte deles tinha o objetivo de estabelecer uma sociedade comunista. Esse fenômeno político também ocorreu no Brasil, onde foram organizados grupos guerrilheiros com dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), contrário à luta armada contra a ditadura. A revolução estava no horizonte de muitos trabalhadores, professores, jornalistas, militares e estudantes que participaram das guerrilhas.

Diferentes organizações surgiram a partir de 1967, fortalecendo-se após o AI-5 com a adesão de muitos universitários que não viam canais para manifestar sua oposição à ditadura. A Aliança Nacional Libertadora (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram dois dos grupos mais fortes.

Os guerrilheiros promoveram diferentes ações, principalmente nas cidades, com o objetivo de enfraquecer a ditadura, mobilizar a população e reunir recursos para financiar focos armados em áreas rurais. A partir de 1968, foram realizados ataques a edifícios militares, roubos a casas, bancos e carros pagadores e sequestros de embaixadores estrangeiros que levaram à morte de militantes e agentes de segurança em confrontos. Também foram praticados assassinatos de pessoas ligadas à repressão.

lá na plataforma

Em fins dos anos 1960, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou um foco guerrilheiro no sul do Pará – a Guerrilha do Araguaia. Na plataforma, selecionamos materiais sobre esta e outras ações da guerrilha no Brasil.

Todavia, a resistência armada não recebeu apoio popular e a ação do Estado foi imediata, baseada na extrema violência, com o uso da tortura, do assassinato e do desaparecimento de corpos. Em poucos anos, as organizações de luta armada foram desarticuladas.

As graves violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes públicos geraram um movimento de denúncia no Brasil e no exterior, organizado por religiosos, exilados, vítimas e familiares de vítimas da ditadura. Eventos públicos, coleta de testemunhos e produções audiovisuais documentaram a violência do Estado brasileiro, sendo muito importantes para gerar pressões sobre a ditadura e registrar as políticas do Estado.

A resistência nas artes

Quem é essa mulher

Que canta sempre esse estribilho?

Só queria embalar meu filho

Que mora na imensidão do mar

Quem é essa mulher

Que canta sempre esse lamento?

Só queria lembrar o tormento

Que fez o meu filho suspirar

Os versos acima fazem parte da canção *Angélica* – composta em 1977 por Chico Buarque e Miltoninho – e lembram a luta de uma conhecida estilista de moda, Zuzu Angel, para saber o que aconteceu com seu filho, Stuart Edgard Angel Jones. Stuart era membro do grupo guerrilheiro MR-8, foi preso em 1971 e assassinado por membros do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CISA) no Rio de Janeiro. Seu corpo foi desaparecido. Sua mãe, então, se dedicou a saber o que aconteceu e encontrar seu corpo para sepultá-lo. Pressionou autoridades brasileiras e estran-

geiras e denunciou sem parar o desaparecimento do filho. Zuzu Angel foi assassinada em 1976, num acidente de carro provocado por agentes da ditadura.

A canção de Chico Buarque e Milton Nascimento nos ajuda a entender como as artes foram um importante espaço de luta contra a ditadura. Em suas obras, os artistas criticaram a falta de liberdade, denunciaram a violação dos direitos humanos, colocaram em debate os problemas sociais e contestaram os padrões morais conservadores impostos à sociedade.

Ainda nos anos 1960, ficaram muito conhecidas as chamadas “canções de protesto”. Uma das mais famosas, de 1968, é *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, sendo mais conhecida pelos versos iniciais (“Caminhando e cantando e seguindo a canção...”) e seu refrão (“Vem, vamos embora / que esperar não é saber / quem sabe a faz a hora / não espera acontecer”). Apropriada pelos estudantes, tornou-se um hino de convocação à luta. Depois do AI-5, a canção foi proibida e Vandré teve que ir para o exílio.

Pessoas assassinadas e mortas também foram lembradas. Em *O bêbado e a equilibrista*, que ficou famosa na voz da cantora Elis Regina em 1979, os compositores João Bosco e Aldir Blanc anunciavam que o Brasil sonhava “com a volta do irmão do Henfil” e que “Choravam Marias e Clarices / no solo do Brasil”. O irmão do Henfil era Herbert José de Sousa, exilado no Chile desde 1971, enquanto Clarice e Maria eram as viúvas do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, ambos assassinados no DOI-CODI de São Paulo em 1975 e 1976.

Trazemos como último exemplo as telenovelas, que se consolidaram durante a ditadura como um dos principais programas de televisão. Várias delas discutiam problemas sociais e traziam personagens que contestavam os padrões da família tradicional. Foi o caso de duas obras de Janete Clair: *Fogo sobre terra* (1974) e *Brilhante* (1981). Ambas sofreram censura e tiveram partes vetadas, mas, ainda assim, trataram de temas como a luta de moradores de uma cidade contra a construção de uma hidrelétrica e a homossexualidade.

A reorganização dos movimentos sociais nos anos 1970

Vimos anteriormente que a industrialização acelerada do “milagre econômico” transformou milhões de pessoas, muitas vindas do campo, em empregados nas fábricas. O estado de São Paulo se destacou como a região mais industrializada e foi lá que os sindicatos, principalmente o dos metalúrgicos, iniciaram mobilizações para reivindicar melhores salários e denunciar condições precárias de trabalho, como altas jornadas diárias. Em 1977, o relatório de uma agência internacional mostrou que o governo havia manipulado a taxa de inflação de 1973 e 1974, usada como base para reajuste salarial, e isso tinha causado uma perda de 34% do valor dos salários.

Uma forte greve eclodiu na região do ABC paulista. A repressão foi imediata, com prisão das lideranças e intervenção nos sindicatos. A mobilização operária, entretanto, continuou e, em 1978 e 1979, novas greves ocorreram, atraindo a atenção e o apoio de setores da imprensa e das forças políticas. O nome do principal líder metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, foi projetado nacionalmente. Daí em diante, os sindicatos foram conquistando cada vez mais força política e social.

No campo, o avanço da agropecuária e a concentração fundiária prejudicaram milhares de posseiros e pequenos fazendeiros. Nesse contexto, a atuação de membros da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, foi importante para retomar as associações de camponeses e articular as primeiras ações coletivas de ocupação de terras. Os sindicatos rurais também se fortaleceram, articulando-se na então chamada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Em 1979, eclodiu uma greve de milhares de canavieiros, que se repetiu nos anos seguintes e resultou em várias conquistas, como o reajuste salarial e melhores condições de trabalho.

Esse contexto registrou, ainda, a retomada das organizações estudantis, desafiando abertamente as leis criadas pela ditadura. Em várias universidades, os estudantes recriaram centros acadêmicos e diretórios centrais, disputados por diferentes tendências políticas de esquerda. Em 1977 e 1978, as reuniões e manifestações estudantis foram duramente reprimidas pela ditadura. Ainda assim, em 1979, 10 mil pessoas de todo o país participaram de um congresso na cidade de Salvador, que marcou a reorganização da UNE.

Os povos indígenas também participaram desse processo de mobilização coletiva e organização. As epidemias, a perda das terras e as violências do Estado resultaram em mais um ciclo de genocídio, denunciado dentro e fora do país. Ao mesmo tempo, a ditadura propôs uma legislação que tornava os indígenas cidadãos com os mesmos direitos e deveres de todos os brasileiros, mas retirava o direito a suas terras originárias.

Lideranças de várias etnias passaram a se reunir em assembleias para deliberar ações conjuntas, dando origem ao Movimento Indígena Unificado, que recebeu apoio de religiosos católicos, jornalistas e pesquisadores. Em 1980, foi fundada a União das Nações Indígenas (UNI), que desempenhou um papel fundamental na mobilização desses povos para defender seus direitos culturais e à terra.

Por fim, é fundamental destacar o fortalecimento dos movimentos negros nesse mesmo período. Como mostramos, os arquivos da censura registram canções vetadas por tratarem do racismo. De acordo com a ditadura, este não era um aspecto marcante do Brasil, onde existiria uma “democracia racial” – uma sociedade marcada pela miscigenação, na qual pessoas brancas e negras viviam sem conflitos. Por isso, quem denunciava o racismo queria, na verdade, causar divisões entre os brasileiros.

Entretanto, cotidianamente, pessoas negras eram discriminadas no mercado de trabalho e nos espaços sociais, além de serem alvo da violência policial. Foi após a prisão e o assassinato numa delegacia policial na cidade de São Paulo de um feirante negro, acusado de ter cometido um furto, que uma manifestação pública denunciou a discriminação racial e a violência racista. Reivindicando uma “verdadeira democracia racial”, o dia 20 de novembro e Zumbi dos Palmares como símbolos importantes para as populações negras e as dificuldades desses trabalhadores e trabalhadoras, o movimento negro se articulou em muitas cidades do Brasil. Em 1978, várias associações criaram o Movimento Negro Unificado (MNU).

Assim, no final dos anos 1970, o regime ditatorial estava diante de um novo cenário: por um lado, os problemas econômicos se intensificavam e, por outro, diferentes setores sociais se mobilizavam e se organizavam publicamente. Nos anos 1980, a história brasileira seguiria novos rumos.

Resumo

- A ditadura civil-militar, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, utilizou diferentes mecanismos repressivos contra opositores políticos, ativistas sociais, artistas, jornalistas, professores, estudantes e povos indígenas, entre outros.
 - A violação dos direitos humanos no período ditatorial incluiu tortura sistemática, prisões políticas, perseguição aos trabalhadores, assassinato, desaparecimento de corpos e censura.
 - A economia apresentou diferentes dinâmicas entre 1964 e 1985, incluindo o período de crescimento nomeado de “milagre econômico”, entre 1969 e 1974, e uma forte crise iniciada nos anos 1980. O alinhamento ao sistema capitalista e o aumento da desigualdade social são duas características do período.
 - Ao longo da ditadura, diferentes formas de resistência foram articuladas por sindicatos urbanos e rurais, guerrilha, estudantes, artistas, intelectuais, movimentos indígenas e negros.
-

Atividade

texto I

Por todo o mundo, todas as vítimas têm o direito de saber a verdade sobre as violações que as afetam. Mas a verdade também tem de ser contada para benefício de todos e das suas comunidades, como salvaguarda vital contra a recorrência das violações. O direito à verdade está diretamente ligado ao direito à justiça.

[...] Proteger o testemunho das vítimas e de outras testemunhas é também essencial para assegurar o direito a conhecer a verdade e a justiça. [...] Além disso, a preservação de arquivos e de outra documentação alusiva às violações dos direitos humanos é crucial para assegurar um registo histórico verdadeiro e a preservação da memória (DIA INTERNACIONAL..., 2016).

texto II

Brasília, 16/11/15 – Entre os dias 17 a 20 de novembro, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizará em Santos, São Paulo, a 91ª Caravana da Anistia. [...] As Caravanas da Anistia são sessões públicas nas quais a Comissão de Anistia desloca sua sede para diversas cidades do Brasil para julgar os requerimentos de anistia política. Além do aspecto indenizatório, trata-se de uma política pública de educação em direitos humanos, com o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em especial do período relativo à repressão ditatorial.

Dentro da Caravana ocorrerá uma série de atividades: oficinas pedagógicas em escolas e universidades, cine-debates; homenagem a ex-perseguidos políticos da cidade de Santos; entrega de representação, feita por ex-perseguidos políticos, contra a Volkswagen, relativa à violação de direitos humanos durante a ditadura, e entrega de documento para a preservação do Centro dos Estudantes de Santos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Os textos anteriores tratam do direito coletivo à memória, à verdade e à justiça. Identifique nos textos as ações da ONU e do Ministério da Justiça para concretizar esse direito.

Resposta comentada

Veja, a seguir algumas sugestões de resposta:

- testemunhos das vítimas de violações de direitos humanos;
- preservação de documentação histórica que documenta as violações dos direitos humanos;
- realização de cerimônias públicas com participação de vítimas das violações dos direitos humanos;
- atividades em escolas e universidades.

Referências

BLUME, Bruno André. Habeas Corpus: entenda o conceito em 4 pontos! *Politize!*, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/habeas-corpus/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

DIA INTERNACIONAL pelo direito à verdade sobre as violações dos direitos humanos e pela dignidade das vítimas, 24 mar. 2016. Disponível em: <https://unric.org/pt/dia-internacional-pelo-direito-a-verdade-sobre-as-violacoes-dos-direitos-humanos-e-pela-dignidade-das-vitimas-24-de-marco-de-2016/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

Rascunho

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.